

ANDRÉA MARCIA SANT'ANA

IMPrensa, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NO INTERIOR PAULISTA:

RIBEIRÃO PRETO (1948-1959)



Grupo de garotos, vendedores de jornal, Ribeirão Preto, década de 1950

ANDRÉA MARCIA SANT'ANA

**IMPrensa, Educação e Sociedade
NO INTERIOR PAULISTA:
RIBEIRÃO PRETO (1948-1959)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientador: Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

Bolsa: Fapesp

ARARAQUARA – SP
2010

Sant'Ana, Andréa Marcia

Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista:
Ribeirão Preto (1948-1959) / Andréa Marcia Sant'Ana –
2010

144 f ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e
Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Rosa Fátima de Souza Chaloba

1 Educação. 2. Imprensa. 3. Cultura

4. Ensino Primário. 5. Ensino Secundário – História.

I. Título.

ANDRÉA MARCIA SANT'ANA

**IMPrensa, Educação e Sociedade no Interior
Paulista:**

Ribeirão Preto (1948-1959)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientador: Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

Bolsa: Fapesp

Data da defesa: 30/08/2010

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba
UNESP/FCLAr.

Membro Titular: Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
UFU/FE

Membro Titular: Prof. Dr. José Vaidergorn
UNESP/FCLAr.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho a minha mãe Dinah Marsiglia Sant'Ana
In memoriam

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre iluminando meu caminho, mostrando o real sentido da vida.

À orientadora Professora Doutora Rosa Fátima de Souza por acreditar em mim e conseguir ver potencialidades que não sabia ter ou pudesse vir a desenvolver. Obrigada por suavizar minha caminhada com conselhos e orientação. Às revisões, preciosas sugestões e minuciosa correção. Ao seu exemplo de humildade e tranquilidade, que ao final desta jornada, me trouxeram maior segurança e maturidade.

Aos membros de minha banca de qualificação: Profa. Dra. Alessandra Arce e Prof. Dr. José Vaidergorn, pela valiosa análise do trabalho, seus comentários e sugestões.

A meu pai e meu irmão Norton, que sempre me apoiaram, me incentivaram e acreditaram no meu sucesso; meus sobrinhos Rafael e Lara, amores da minha vida, pela compreensão da minha ausência; querida tia Bília, por sua paciência, carinho, conselhos e orientações.

À E.E. Dr. Edgardo Cajado, especialmente as minhas companheiras de trabalho: Rita, Célia e Ezilda pela colaboração, a palavra amiga sempre na hora certa; à Direção e Coordenação da escola pela compreensão e apoio.

Ao pessoal da Escola Bauhaus, um porto seguro nos momentos de aflição.

À Muriel, por seu carinho, disponibilidade e contribuição na formatação desta dissertação; a querida Linda pela amizade e preciosa ajuda na digitação deste trabalho; à Denise e Rose, amigas de todas as horas, que sempre me colocaram para cima.

Um especial agradecimento a minha amiga-irmã Jaqueline (sem a sua ajuda eu não chegaria até aqui).

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que em parceria com a FAPESP, me concedeu uma Bolsa, permitindo-me dedicar mais tempo à pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, que foram tão prestativos e atenciosos e me atenderam de forma tão carinhosa.

Finalmente, agradeço a todos meus familiares e amigos, por fazerem parte de minha vida, e por me transformarem numa pessoa melhor.

“O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”. ((THOMPSON, 1981, p.182)

(...) “os fatos não revelarão nada por si mesmos, o historiador terá que trabalhar arduamente para permitir que eles encontrem “suas próprias vozes”. Mas atenção: não a voz do historiador, e sim a sua (dos fatos) própria voz, mesmo que aquilo que podem “dizer” e parte de seu vocabulário seja determinado pelas perguntas feitas pelo historiador. Os fatos não podem “falar” enquanto não tiverem sido interrogados.” (THOMPSON, 1981, p.40)

RESUMO

Partindo da análise de três jornais da cidade de Ribeirão Preto, esta pesquisa buscou reconstituir parcialmente, na ótica da imprensa escrita, o debate educacional no interior paulista, em meados do século XX. A investigação teve como objetivos: examinar como a educação primária e a secundária foram retratadas na imprensa local; verificar como jornais de diferentes matrizes político-ideológicas debateram e elaboraram propostas para a educação; analisar o processo de urbanização e modernização da cidade de Ribeirão Preto, na ótica da imprensa local e contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a história da educação paulista. A abordagem teórica privilegiou a história cultural. Dentro desta vertente, a pesquisa foi norteadada pelos conceitos de classe, cultura e experiência, desenvolvidos pelo historiador Edward Palmer Thompson. As décadas de 40 e 50 do século XX representam, para a História do Brasil Republicano, a transição do rural para o urbano, da oligarquia para a democracia, do agrário para o industrial. Nesse processo, a educação teve um papel decisivo e estratégico. A análise dos jornais possibilitou acompanhar o crescimento da cidade de Ribeirão Preto, os problemas decorrentes do aumento populacional e como as várias camadas sociais, segundo os periódicos, se apropriaram do espaço urbano. Em relação ao ensino primário, a pesquisa evidenciou as políticas públicas, que buscaram atender as reivindicações das camadas populares e os problemas decorrentes da democratização do ensino básico, temáticas que circularam nos jornais e que demarcaram a escola pública como espaço ideal para a educação popular. Com relação ao ensino secundário, os periódicos, enalteceram as escolas e colégios, identificados como instituições tradicionais, responsáveis pela formação da elite intelectual de Ribeirão Preto. Os problemas, os desafios e o embate entre o ensino público e o ensino privado, também estavam presentes nos jornais e foram objeto de análise aprofundada.

Palavras – Chave: Educação, Imprensa, Cultura, Ensino Primário, Ensino Secundário

ABSTRACT

Based on the analysis of three newspapers in the city of Ribeirao Preto, this study intend to reconstruct in part, from the point of view of the press, the educational debate in the interior of the state of Sao Paulo in the mid-twentieth century. The research aimed to examine how the primary and secondary education was portrayed in the local press, to verify how newspapers of different political and ideological matrices discussed and developed proposals for education, to analyze the process of urbanization and modernization of the city of Ribeirao Preto, in the perspective of the local media and, finally, to contribute to the expansion of knowledge about the history of education in the state of São Paulo. The theoretical approach focused on cultural history. Within this area, the research was guided by concepts of class, culture and experience, developed by the historian Edward Palmer Thompson. The decades of 1940 and 1950 of the twentieth century represent, for the History of Republican Brazil, the transition from a rural to a urban society, from oligarchy to democracy, from a agrarian economy to a industrial model. In this process education played a decisive and strategic role. The analysis of newspapers allowed following the growth of the city of Ribeirao Preto, including the problems arising from population growth and how the various social strata, according to the journals, appropriated the urban space. In relation to primary education, the research showed public policies that intended to meet the demands of the poor and the problems arising from the democratization of education, these topics circulated in newspapers and they have spotted the public school as an ideal space for popular education. Regarding secondary education, journals, praised the schools, identified as traditional institutions, responsible for the formation of the intellectual elite of Ribeirao Preto. The problems, challenges and the clash between public education and private education, were also present in newspapers and were also object of analysis.

Key - words: Education, Media, Culture, Primary Education, Secondary Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Propaganda de um filme norte americano em cartaz no cinema	26
Figura 2: Aniversário de Ribeirão Preto	27
Figura 3: Capa de comemoração do Natal.....	29
Figura 4: Tabela de preço dos alimentos da cesta básica	33
Figuras 5 e 6: Tabela de variação dos preços dos alimentos, luz e combustível nos anos de 1951 e 1952	35
Figuras 7 e 8 : Cobertura das eleições	40
Figura 9: Doutor José de Magalhães, primeiro prefeito eleito pelo voto direto pelo PTB	41
Figura 10: Câmara Municipal com seus 21 Vereadores	41
Figura 11: Propaganda eleitoral do candidato a Deputado Estadual Constáble Romano	44
Figura 12: Propaganda eleitoral do proprietário do jornal A Cidade, Orestes Lopes de Camargo a Deputado Estadual	44
Figura 13: Propaganda eleitoral do proprietário do jornal Diário da Manhã, Antonio Machado Sant`Anna a Deputado Estadual.....	45
Figura 14: Convite do Partido Democrata Cristão	45
Figura 15: Vista aérea da cidade de Ribeirão Preto	47
Figura 16: A população exige solução para o problema da falta de água.....	49
Figura 17: Terminal de ônibus da Praça XV	51
Figura 18: Fotografia que mostra um garoto fumando	53
Figuras 19 e 20 e 21: Fotos do Carnaval em Ribeirão Preto, no ano de 1953.....	56
Figura 22: A foto tirada às 23:00 horas, no interior de um estabelecimento comercial, dois meninos dormiam, enquanto um outro chorava.....	59
Figura 23: Crianças jogadas na rua.....	60
Figura 24: Publicidade de página inteira	68
Figura 25: O governador Lucas Nogueira Garcez em visita à cidade de Ribeirão Preto	78
Figura 26: A comemoração do Cinquentenário do Colégio do Estado	99
Figura 27: Baile de coroação da Rainha dos estudantes, ao lado da eleita, o paraninfo Dr. Oswaldo de Abreu Sampaio, diretor do Diário da Manhã	100
Figura 28: Baile de coroação da Rainha dos estudantes na Sociedade Recreativa	100
Figura 29: Formatura do Curso de Relações Humanas, promovido pelo SESI.....	101
Figura 30: Desfile na Esplanada do Teatro Pedro II, na Praça XV	102

- Figura 31: Grupo de alunos em frente ao prédio da Escola Normal Livre da I.U.M.L (Colégio Moura Lacerda, Faculdade de Ciências Econômicas)..... 103**
- Figura 32: Foto tirada na Delegacia de Polícia no momento em que Fernando Assunção foi detido para prestar depoimento, estava presente o Dr. Acácio Guião..... 118**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução da Receita do Município de Ribeirão Preto nos anos de 1948 a 1956	36
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Adaptação: dados do Censo IBGE, 1954 – Estado de São Paulo (Ribeirão Preto) – Ensino Primário	87
Tabela 02 – Número de alfabetizados pela Campanha de Alfabetização de Adultos	92
Tabela 03 – Estado de São Paulo: Projetos de Lei criando Ginásios.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDBE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
UNESCO	Organização educacional, científica e cultural das Nações Unidas
UDN	União Democrática Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PDC	Partido Democrata Cristão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. RIBEIRÃO PRETO: IMPRENSA, ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE .	23
1.1. Precoce imprensa impressiona	23
1.2. Ribeirão Preto a “Petit Paris” que virou Metrópole	30
1.3. Democracia, populismo e o processo eleitoral	37
1.4. Sociedade e Urbanização	46
2. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA	58
2.1. A escola redentora amparada pelo magistério missionário. As finalidades morais, cívicas, sociais e culturais do ensino primário	60
2.2. A escola entre a inovação e a tradição	62
2.3. Professor: o depauperado salvador da pátria	72
2.4. As mazelas da escola pública: expansão, precariedade, seletividade e indisciplina ..	76
2.5. Campanha de Alfabetização de Adultos: a cura para a “chaga” do analfabetismo, o “cancro social”	91
3. A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NA FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	97
3.1. Ribeirão Preto, cidade padrão de progresso material e intelectual no coração do Brasil.....	97
3.2. Avanços e retrocessos na expansão do ensino secundário	104
3.4. O ensino secundário era um escândalo, e virou manchete de primeira página.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
FONTES	132
REFERÊNCIAS	138
ANEXO.....	142
ANEXO 1 – LISTA DOS JORNAIS PESQUISADOS NO ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO	143

INTRODUÇÃO

Quando iniciei a graduação, o jornal como fonte histórica, despertou meu interesse. Na monografia, investiguei a trajetória dos grupos de teatro Arena e Oficina, em que os jornais foram fontes privilegiadas em minha pesquisa. Ao terminar a graduação, fiz especialização na Fundação Cásper Líbero, em Teoria da Comunicação. Mais tarde, tive o privilégio de fazer um curso com a professora Maria Helena Capelato sobre Imprensa e Populismo, e outro curso sobre Cultura Brasileira com o professor Carlos Guilherme Mota. Posteriormente, ingressei no magistério e minhas pesquisas se voltaram para a área da Educação. Ao ingressar no mestrado, tive a felicidade de poder conciliar temas, períodos e fontes que sempre me despertaram interesse, ou seja, Imprensa, Educação e Cultura, no período de florescimento da democracia populista no Brasil.

As décadas de 40 e 50 do século XX representam, para a História do Brasil Republicano, a transição do rural para o urbano, da oligarquia para a democracia. Em duas décadas a sociedade brasileira abandonou seu caráter agrário, rural e exportador, enraizado por mais de 400 anos e gestou uma nova forma de organização política, social e cultural. As chaminés das fábricas, o aumento acelerado do comércio e dos serviços impulsionaram o crescimento dos centros urbanos, que passaram a receber milhares de migrantes em busca de emprego e melhores condições de vida. Através do voto, das associações, sindicatos, partidos políticos e dos meios de comunicação, a sociedade se organiza, se fortalece e passa a pressionar e reivindicar seus direitos. Nesse processo de transição do Brasil agrário para o moderno, a educação teve um papel decisivo e estratégico.

Com a Proclamação da República, aos poucos, os ideais liberais vão permeando e transformando a sociedade. Segundo Saviani (2004), na Constituição de 1892, a educação é separada da Igreja passando a ser responsabilidade do Estado, porém na prática, a reforma na educação, de forma efetiva, só aconteceu, timidamente, em alguns estados, destacando-se São Paulo, com a reforma realizada pelo educador Antonio Sampaio Dória, em 1920. Com a revolução de 30, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública. A educação passou a ser reconhecida como fator estratégico no desenvolvimento do país. Em 1931, aconteceram as reformas do ministro Francisco Campos, que organizou o ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos (um fundamental e outro complementar) e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo,

reivindicou uma escola laica, pública e gratuita para todos. Segundo Souza (2008), a educação do povo foi prioridade no projeto republicano. O ensino primário, por exemplo, deveria vencer o desafio de construir a nação brasileira, moldar o novo cidadão, através da regeneração do povo, combatendo os maus costumes, o vício e a indolência.

A Constituição de 1934 estabeleceu a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação. Durante o Estado Novo, Vargas definiu a qualificação profissional como prioridade. Entre 1942 e 1946, por iniciativa do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, são implementadas as reformas que receberam o nome de Leis Orgânicas, que se estenderam a todos os ramos da educação (do ensino primário ao ensino secundário, além do ensino técnico e industrial), que regulamentaram a qualificação profissional. A Constituição de 1946 retomou a exigência de 1934 da fixação das diretrizes para a educação nacional. Em 1947, começaram os debates e discussões no Congresso Nacional, que se estenderam por toda a década de 50. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada em dezembro de 1961. Este período foi marcado por intensos debates, como afirma Romanelli (1980), muitos interesses estavam em jogo: centralização versus descentralização; ensino público versus ensino privado; o ideário liberal versus o conservadorismo.

O Estado de São Paulo, principal centro urbano e produtivo do país, liderou o crescimento industrial e se tornou o principal destino das correntes migratórias. A cidade de Ribeirão Preto, localizada no nordeste do Estado, vivenciou todas as etapas deste processo de transição pela qual o Brasil passou. Entender e reconstituir a trajetória deste município significa, portanto, desvendar e clarear este momento crucial da história do país.

Assim os objetivos desta dissertação são: examinar como a educação primária e a secundária foram retratadas na imprensa local; verificar como jornais de diferentes matrizes político-ideológicas debateram e elaboraram propostas para a educação; analisar o processo de urbanização e modernização da cidade de Ribeirão Preto, na ótica da imprensa local e contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a história da educação paulista. A pesquisa contempla o período da redemocratização do Brasil, após o Estado Novo, que marca a história da educação, devido aos debates que antecederam a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Politicamente, foi um período de regime democrático, que na esfera municipal, teve início no ano de 1948, quando tomou posse o prefeito, vice e vereadores eleitos pelo voto direto. O período de análise se estende até o ano de 1959, ano da divulgação do segundo Manifesto dos Educadores, publicado nos jornais *O Estado de São*

Paulo e o Diário do Congresso Nacional e, no âmbito municipal, encerram-se três gestões do poder executivo e legislativo.

Para a investigação, foram selecionados como fontes principais três periódicos de Ribeirão Preto: *O Diário da Manhã*, *A Cidade* e o *Diário de Notícias*. A escolha dos jornais seguiu três critérios: número de exemplares (eram os jornais com maiores tiragens nas décadas de 40 e 50, portanto, os mais lidos pela população); conteúdo (todos apresentam editoriais, colunas, artigos e notícias específicos, direcionados à área da educação); e por ultimo, a diversidade ideológica e cultural. Enquanto os periódicos, *O Diário da Manhã* e *A Cidade* apresentavam os princípios do liberalismo, o *Diário de Notícias* era veículo de divulgação da doutrina e dogmas da igreja católica.

A imprensa escrita no Brasil, especialmente no limiar do século XX, desempenhou um papel relevante na divulgação de notícias e formação de opinião. Os periódicos tinham uma tiragem expressiva e eram mantidos por grupos ou famílias com grande influência na comunidade e, às vezes, de forma mais explícita, defendendo interesses (públicos ou privados) de grupos sócio-econômicos específicos.

A análise do discurso jornalístico permite captar tanto o âmbito macro do sistema, como a esfera micro das experiências humanas. O jornal impresso é uma fonte riquíssima de pesquisa, por não ser neutro e imparcial, retrata diversas faces dos fatos e, conseqüentemente, não fica alheio à realidade histórica, na qual está inserido. Formador e regulador de opinião pública vincula análises a respeito da vida política, educacional, moral, cultural, etc.

Os jornais podem contribuir para um estudo reflexivo sobre a educação, como corrobora Nóvoa:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifesta, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação... São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação aos acontecimentos, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia. (NÓVOA, A. In: CARVALHO, C, 2004, *op cit.*, p. 51)

As fontes escolhidas para este estudo foram pesquisadas no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. O arquivo não possui material micro filmado, o que dificultou a pesquisa. Embora boa parte dos jornais se encontre encadernado, muitos foram “comidos” por traças, partes dos jornais apagados, encadernações mal feitas, o que não permitiu a leitura

integral dos textos, além de exemplares soltos e incompletos. Todos os jornais disponíveis para a pesquisa foram investigados e fotografados, gerando um arquivo com cerca de 10 mil fotos. No Anexo I, registramos uma relação dos jornais pesquisados com os respectivos meses e anos, e vale salientar que, embora existam algumas lacunas temporais, o material encontrado é tão rico que não comprometeu a análise. Cabe ressaltar que há anos o Arquivo reivindica verbas junto ao poder público, para que este material seja micro filmado. Atualmente, está se tentando uma parceria com a iniciativa privada, daí a relevância de se pesquisar e recuperar este material (mesmo parcialmente), que está ameaçado de se deteriorar.

Esta dissertação articula três áreas de estudo: Educação, História da Educação e História local. A historiografia contemporânea tem privilegiado as temáticas relacionadas às formas culturais, que são elaboradas no processo de construção da vida social. Sendo assim, a história da educação no Brasil, vem demonstrando estar atenta a estas transformações ao valorizar novas fontes documentais como os jornais.

A abordagem teórica, que subsidia esse trabalho, privilegia a história cultural, que segundo Burke (2005) é um campo de pesquisa, que tem como objeto de investigação, os processos e práticas dos quais se constrói um sentido e se forjam os significados do mundo social. O método consiste em tomar diversos elementos da cultura, procurando decodificar a realidade do já vivido, por meio de suas representações. Dentro desta vertente, a pesquisa foi norteada pelos conceitos de Classe, Cultura e Experiência, desenvolvidos pelo historiador inglês, Edward Palmer Thompson. Considerado “pai da versão marxista da história cultural”, juntamente com Raymond Williams, Doris Lessing, John Saville, Raphael Samuel, entre outros, Thompson foi um dos fundadores da New Left, na Inglaterra.

Thompson em sua obra “A formação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1987) esboçou uma teoria para o estudo da cultura popular nos moldes marxistas. Entretanto, mesmo mantendo uma análise classista, como seria de se esperar dentro do marxismo, abandonou a clássica definição marxista-leninista, que identificava a classe pela posição ocupada junto aos meios de produção. Alargou o conceito, entendendo que a categoria deveria ser apreciada no seu fazer, no acontecer histórico, na sua experiência como classe. Thompson demonstrou como o fator cultural é determinante no processo de gestação da classe social:

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre

efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p. 9)

O historiador explica que a noção de classe traz consigo o princípio de relação histórica. Porém, como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura, por isso é necessário investigar as experiências compartilhadas pelos homens, em determinado tempo e espaço. A cultura é fator determinante na formação da consciência de classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, p.10)

A pesquisa será iluminada por esta concepção teórico-metodológica, buscando-se investigar o entrelaçamento entre experiência e cultura na constituição da história da educação no Brasil. Além da utilização dos conceitos desenvolvidos por Thompson, pretende-se nesta pesquisa, também aprofundar o conceito de ideologia, desenvolvido na obra do pensador italiano, Antônio Gramsci. Para Gramsci (1968) o primeiro conceito de ideologia foi elaborado por filósofos franceses, vinculados a um “materialismo vulgar”. Segundo eles, as idéias seriam decompostas, até chegar a elementos originais, isto é, até chegarem às sensações, das quais as idéias derivavam. Esta seria uma concepção fisiológica da ideologia.

Segundo Gramsci (1968), Marx e Engels entendiam a ideologia como parte da “superestrutura”, determinada pelas relações no processo produtivo. Embora comungue das idéias marxistas, Gramsci não vê a ideologia como fenômeno derivado do econômico, nem a considera uma “falsa consciência”, nem sistema de idéias. Para ele, a ideologia é concepção de mundo, que se manifesta na ação e a organiza. É uma unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção. Não se trata de um conjunto de realidades espirituais, nem de simples aparência artificial. A ideologia tem uma existência material, encontra-se materializada nas práticas, faz parte do real. “É uma concepção de

mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. (GRAMSCI, 1978, p. 16).

O referido autor distingue a ideologia em dois grupos: a) as ideologias que surgiram por iniciativas individuais e racionalistas, responsáveis pela criação de movimentos individuais, que não trazem soluções para os problemas apresentados pela história; b) as ideologias que são historicamente orgânicas e que surgiram conforme a necessidade que a história apresenta, tendo uma validade psicológica por organizarem as massas humanas. Esse tipo de ideologia permite que o homem adquira a consciência de sua posição na sociedade. Elas dão expressão às aspirações de grandes correntes históricas (de classes ou grupos), com vocação hegemônica no que tange a atravessarem épocas inteiras e moverem ações de grandes massas. Para Gramsci (2000), as ideologias constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da objetividade, a representação da realidade que é reconhecida por todos os homens, que independe do ponto de vista meramente particular ou de grupos.

A concepção de ideologia, adotada pelo autor, está permanentemente atenta para a criação cultural do ser humano. As representações não se deixam reduzir às condições em que se encontravam seus criadores, no momento em que as criaram, e também não devem ser consideradas imutáveis na forma que assumiram na cabeça das pessoas, que as adotaram. Por isso, Gramsci não abandonava, em momento algum, sua convicção de que as representações, as idéias, as formas da sensibilidade, os preconceitos, as superstições e também os sistemas filosóficos e as teorias científicas precisavam sempre ser pensados historicamente.

Esta pesquisa foi realizada em três etapas: a primeira bibliográfica, com a leitura das obras que versam sobre as temáticas desenvolvidas, através de um levantamento de conteúdos e definição de conceitos teóricos que nortearam a análise documental. A segunda etapa, realizada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, onde foram pesquisados os periódicos, com a seleção dos artigos, notícias, colunas, editoriais e reportagens que abordavam as temáticas referentes à educação e à cidade de Ribeirão Preto. Em um terceiro momento, as fontes foram analisadas e interpretadas de acordo com as temáticas e categorias, previamente estabelecidas, sendo problematizadas e inseridas no referencial teórico escolhido.

A dissertação contém três Capítulos. O primeiro tem como foco a cidade de Ribeirão Preto, na ótica e interpretação dos periódicos, com destaque para o intenso processo de modernização, com a diversificação da economia, e o surto de urbanização ocorrido na década de 50, tendo como pano de fundo a dinâmica de uma sociedade que vivia em um regime democrático populista. O segundo Capítulo mostra como os jornais abordaram o processo de

expansão do Ensino Primário e a Campanha de Alfabetização de Adultos, com destaque para os debates travados na imprensa sobre os problemas e os objetivos do ensino básico: “para que ensinar; como ensinar; o que ensinar; e a quem se deveria ensinar.” O terceiro Capítulo analisa como os periódicos interpretaram a trajetória e o desenvolvimento do Ensino Secundário em Ribeirão Preto, os problemas, desafios e embates entre o ensino público e o ensino privado, que foram exaustivamente noticiados, debatidos e criticados nos periódicos.

1. RIBEIRÃO PRETO: IMPRENSA, ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

1.1. Precoce imprensa impressiona

Há uma lacuna sobre a história da imprensa em Ribeirão Preto. O material que existe, muitas vezes é carregado de distorções em função da visão memorialista e ufanista dos historiadores locais. Segundo Cione (1992), em 1876, o juiz Hypólito de Camargo publicou um soneto sobre Ribeirão Preto no jornal *A Província de São Paulo*. Esta foi a primeira vez que Ribeirão Preto apareceu na imprensa. O médico e cientista Luiz Pereira Barreto em 1876 escreveu uma série de artigos intitulados de “A Terra Roxa”, também no matutino *A Província de São Paulo*:

Foi na Província de São Paulo, que Luiz Pereira Barreto e Martinho Prado Júnior, nos anos de 1876 e 1877, publicaram seus escritos, os primeiros sobre Ribeirão Preto, que tiveram repercussão nacional e internacional e que tanto ajudaram o progresso de Ribeirão Preto, com profunda influência nos destinos da cidade. (CIONE, 1992, p.29)

Nesta época não há registro de imprensa local. Com a ampliação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, chegavam à cidade alguns exemplares dos jornais: *A Província de São Paulo* e o *Correio Paulistano*. Como afirma Guião (1992) a imprensa local, ainda sob o regime monárquico, faz sua estréia em 1884, com a publicação do jornal *A Luta*. Era um periódico semanário, fundado por Ramiro Pimentel, patrocinado por políticos locais. Recheado de sonetos e assuntos charadísticos, o jornal tinha poucas notícias locais, não chegando nem a cumprir seu papel de veículo de informação, o que dirá um jornalismo opinativo, pois de luta só tinha o nome. O jornal circulou alguns anos e não se sabe o motivo de seu fechamento.

Em 1889, surge o semanário *O Ribeirão Preto*. Fundado e dirigido por Manoel França, o jornal estava no meio do turbilhão político que antecedeu o fim da monarquia e o começo da república. Defensor do regime republicano, suas oficinas foram invadidas pela polícia. O prelo foi retirado e desapareceu; patrocinadores passaram a boicotar o jornal que parou de circular. “Este jornal parece que nasceu malfadado, com sorte precária em todas as fases de publicação”. (GUIÃO, 1922, p.60)

Posteriormente, sua publicação foi retomada por Antônio Guimarães, mas novamente foi interrompido. Em seu lugar surgiu *O Sorriso*, jornal combativo, que criticava abertamente os poderosos, ou seja, os coronéis. Seu fundador, Antônio Guimarães foi assassinado no

mesmo ano da fundação do jornal. “(...) o jornal desapareceu com a morte de seu redator, vítima de lastimável incidente, provocado por desabrida polêmica pessoal.” (GUIÃO, 1922, p.60)

Na mesma época ressurgiu *O Ribeirão Preto*, sob a direção de João de Moura, que atacava constantemente a elite local, gerando grandes inimizades. Outro jornal que surge no final do século XIX é o semanário *O Repórter*, fundado em 15 de novembro de 1891. Esse foi o primeiro periódico moderno da cidade, adotou o formato Standard. O jornal contava com jornalistas de peso como: Juvenal de Sá, Alfredo Sodré, Tito Sodré, Elpídio Gomes e Braz Arruda. No dia 15 de fevereiro de 1897, Juvenal de Sá fundou *O Jornal do Oeste*, que circulou por poucos meses. Em 1898, publica outro periódico, entrando para a história do jornalismo da cidade como o fundador do primeiro jornal diário da cidade *O Diário da Manhã*. “Pode-se dizer que o *Diário da Manhã* foi o início venturoso da imprensa diária em Ribeirão Preto, com feição independente”. (GUIÃO, 1922, p.61).

A Pátria surge em 1906, revista de cultura cívica, ciência, artes, religião, filosofia e política, sob a direção dos professores Renato Jardim, Benedicto Sampaio, Albino de Camargo, Tito Livio dos Santos e Dr. Rabello. Em 1906, depois de ter vendido o *Diário da Manhã*, Juvenal de Sá volta à atividade com a publicação de *Aurora*, revista ilustrada que desapareceu depois de fraco sucesso para dar lugar ao reaparecimento de *O Reporter*, em 1907, a segunda fase de circulação diária.

Também circularam várias publicações em italiano, afinal 80% dos imigrantes que vieram para trabalhar nos cafezais, eram da Itália. “L'Unione Italiana”, “La tribuna”, “Il Corriere Italiano”, “L'Eco Italiano”, o jornal “Il Messaggero” e mais tarde “Lo Seudiscio”, cuja publicação foi interrompida em consequência de um processo criminal, por injúria, movido por um negociante da cidade. Em 1914 “La Voce degli Italiani” foi o último jornal italiano a circular na cidade.

Diversas publicações surgiram posteriormente, porém, todas tiveram uma curta existência. Este fenômeno caracterizou não só a imprensa local, mas toda a imprensa nacional, segundo Sodré (1966), a imprensa no início do século XX, em geral era mantida por pequenas empresas, que sem muitos recursos acabavam sucumbindo. Somente com o desenvolvimento do capitalismo, a crescente urbanização e industrialização foi que a imprensa se profissionalizou, passando a ser um negócio lucrativo. “Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão.” (SODRÉ, 1966, p.314).

Na década de 40, do século passado, cinco jornais circulavam diariamente em Ribeirão Preto. O *Diário da Manhã* era o jornal de maior circulação, chegando em algumas ocasiões a ter tiragens de 3.300, 10 mil e 12 mil exemplares, com várias edições extras. Como já foi citado, este jornal foi o primeiro periódico diário em Ribeirão Preto. Ao longo de sua história, teve diversos proprietários. Durante a Primeira República, participou ativamente dos debates e polêmicas da época, apoiando o Coronel Francisco Schmidt, o maior produtor de café do mundo. Este, em constante disputa pela hegemonia política na cidade, tinha como adversário o Coronel Joaquim “Quinzinho” da Cunha Diniz Junqueira.

Em 1938, Constâncio Romano compra o *Diário da Manhã* e o transforma no jornal mais moderno do nordeste paulista. Mantinha uma linha direta com a redação do importante jornal paulistano *A Gazeta*, ao tempo do jornalista Cásper Libero. Romano instalou a primeira clicheria em Ribeirão Preto e em seguida, a primeira linotipo e a primeira roto plana, deixando de lado a velha “Marinoni”. A imprensa local era feita até 1939, através de composição de chamada caixa de tipos à mão tirando letra por letra, formando no compositor a linha que ia para o granel. A inauguração da nova gráfica, como afirma Cione (1992), contou com a presença de várias autoridades:

Ribeirão Preto conta desde o dia 6 de dezembro com um importante melhoramento na sua imprensa. A inauguração desse melhoramento constitui um acontecimento social, tendo se feito representar o Sr. Interventor Federal, Dr. Adhemar de Barros e com a presença de figuras gradas da Capital do Estado. (CIONE, 1992, p.204)

Ao receber notícias diretamente da capital, sempre estava à frente dos concorrentes. As máquinas rotativas permitiam uma impressão mais rápida, tiragens maiores e o uso de cores. A seguir duas imagens que demonstram os resultados da modernização gráfica:



Figura 1: Propaganda de um filme norte americano em cartaz no cinema

Fonte: Diário da Manhã, p.3. 27 jan., 1952

Com a compra de novos equipamentos, foi possível aprimorar a impressão com a utilização das cores: amarelo, azul e vermelho.



Figura 2: Aniversário de Ribeirão Preto

Fonte: Diário da Manhã, p.1, 28 mar., 1952

Datas comemorativas como Natal, eleições, aniversário da cidade ganhavam edições especiais, com vários cadernos, uso de cores na impressão e várias edições que chegavam a ter 60 páginas. Importante destacar que a modernização do jornal (máquina de impressão à direita), é associada à própria modernização da cidade (o avião sobrevoando o centro da cidade).

Depois de Constâbile Romano, outros jornalistas assumiram a direção do jornal: Oswaldo de Abreu Sampaio, Luiz Antonio Ribeiro Pino, entre outros. Desde os anos 50, o jornal se tornou propriedade da família Sant' Anna. Apesar das mudanças da direção do jornal, este manteve a sua estrutura editorial constante, variando o número de cadernos, contemplando um diversificado número de leitores, porém sempre privilegiando as notícias locais.

O jornal *A Cidade* circulou pela primeira vez, no dia primeiro de janeiro de 1905. Nos primeiros vinte e cinco anos de vida, o jornal teve vários donos. Durante a República Velha, foi a voz do PRP (Partido Republicano Paulista) na cidade e aliado do Coronel Joaquim “Quinzinho” da Cunha Diniz Junqueira. Em 1908, o expediente informava que o jornal era de Antônio Carlos da Silva. Em 1915, embora um dos donos fosse Augusto Conceição, o expediente apenas informava: “*A Cidade* é propriedade de uma sociedade anônima”. (Encarte exclusivo *A Cidade*, 2003, p.1).

A partir da década de vinte do século passado, Renato Barillari assume o jornal. Em 1930 divide sociedade com Francisco Augusto Nunes. Neste mesmo ano, o jornal é “empastelado” por opositores de Getúlio Vargas, que também queimaram parte da coleção encadernada, com exemplares que datavam da fundação do jornal. Assim, a imprensa perde uma parte de sua história por causa de richas políticas. Cione (1992) expõe que, para Barillari Filho, o empastelamento não teve motivações políticas, pois seguia a linha editorial do governo. O fato é que o acontecimento agravou a doença de Renato Barillari, levando-o a morte. Seis anos depois, o jornal foi vendido para Orestes Lopes de Camargo, que já trabalhava no jornal como revisor e guarda-livros, desde a década de 20.

Até 1956 o jornal funcionou num velho barracão, no mesmo terreno onde está a sede atual, na Rua São Sebastião.

O jornal *A Cidade* continua sendo o impresso de maior circulação em Ribeirão Preto, diferentemente dos outros periódicos, que passaram por diversos proprietários ao longo do tempo, *A Cidade* é administrado há cinquenta anos, pela mesma família Lopes de Camargo.

O jornal *Diário de Notícias* foi fundado por José da Silva Lisboa, no dia um de julho de 1928. Lisboa mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando o jornal com seu irmão, Dr. Oswaldo da Silva Lisboa, que em 1943, vendeu o jornal para o Prof. Oscar de Moura Lacerda. No auge do fascismo na Europa, o *Diário de Notícias* foi ameaçado de “empastelamento” pelos integralistas, contrários à linha editorial do jornal. Com a morte do Prof. Oscar de Moura Lacerda, em 1944, o jornal passou a ser administrado pela Cúria Diocesana, e posteriormente, pela Cúria Arquidiocesana de São Paulo por 36 anos.



Figura 3: Capa de comemoração do Natal

Fonte: Diário de Notícias, p.1, 25 dez., 1949

O Diário de Notícias sempre publicava edições especiais em datas e comemorações religiosas, destacando os eventos católicos.

Dos três jornais, o Diário de Notícias foi o que apresentou a linha editorial mais agressiva com relação ao comunismo e um ataque direto aos países socialistas. Em plena guerra fria, a igreja católica era uma aliada forte dos países capitalistas e isto estava presente nos editoriais, reportagens, colunas e encíclicas papais, publicadas, diariamente, com grande destaque, muitas vezes na primeira página. As manchetes já eram uma sentença de morte ao comunismo: “Juristas mexicanos estudam uma legislação anticomunista”; “Comunistas condenados à morte na Grécia”; “No Japão Partido comunista é fechado”. Na Hungria a prisão do cardeal primaz em 1949, trouxe indignação de toda comunidade católica, conforme se pode constatar neste trecho do artigo escrito pelo padre Alberto de P. Nunes:

Finalmente, o regime intrinsecamente mau e perverso – o comunismo ateu e materialista – como definiu o grande Pio XI, é uma seria ameaça a religião. Ele também representa e ingedra um sério perigo a civilização ocidental e cristã e a cultura de todos os povos da terra. É a destruição de tudo para que se plante a mais inimaginável barbárie, sem precedentes na história da civilização de todos os povos. (Diário de Notícias, p.5, 5 jul., 1949)

Os três periódicos, durante a década de 50, se profissionalizaram ganhando uma diagramação moderna. A modernização das redações refletia a urbanização e a crescente diversificação econômica que trouxe para a cidade uma maior complexidade social. Estas novas camadas sociais passaram a exigir uma imprensa mais informativa e ativa. Com isso, a imprensa conquistou seu lugar, definindo sua função, e estruturando a divisão do trabalho em seu setor específico, gerando e atraindo capitais, delineando a passagem da pequena para a grande imprensa. Assim, a imprensa local vai se estruturando em padrões estrangeiros e sendo fortemente influenciada pelos interesses externos, importando do jornalismo norte-americano o uso do Lead e do foto jornalismo.

A partir de 1950, o foto jornalismo ganhou destaque nos periódicos tanto nas notícias internacionais, nacionais e locais. As notícias e reportagem passaram a ser acompanhadas pelas fotografias, o que demonstrava que as redações se tornaram mais sofisticadas e as técnicas de impressão mais modernas. Os jornais deixaram os velhos resquícios literários, herança da cultura francesa e passaram a seguir o modelo norte americano o que implicou numa maior complexidade e diversidade dos cadernos. Este momento marcou o fortalecimento do jornalismo informativo em que prevaleciam as notas, notícias, reportagens, entrevistas, serviço, enquetes e outros. Os três jornais produziam informação, sobretudo local, e também reproduziam notícias, reportagens e colunas publicadas nos periódicos, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Concomitantemente, o jornalismo opinativo também ganhou espaço, através dos editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas, cartas e outros.

1.2. Ribeirão Preto a “Petit Paris” que virou Metrópole

Para a investigação é importante recuperar como esta sociedade ribeirãopretana se formou e se transformou. A ocupação do nordeste paulista começou no final do século XVIII. Desanimados com a decadência da mineração em Minas Gerais, os pecuaristas que ali viviam abandonaram as terras da Serra da Mantiqueira e seguiram para o planalto paulista. No início

eram apenas algumas fazendas de gado, agrupadas no Distrito de São Simão. Sociedade predominantemente cristã, os habitantes do povoado idealizaram a construção de uma capela. José Mateus do Reis, em 1845, foi o primeiro a doar parte de suas terras para a construção da futura Igreja, outros fazendeiros seguiram seu exemplo.

Em 19 de junho de 1856, fundou-se oficialmente o povoado de São Sebastião de Ribeirão Preto. Em 15 de julho de 1870 foi inaugurada a igreja, onde hoje se encontra a fonte luminosa na praça XV de novembro, que continua a ter o status de “coração” da cidade. Em volta da igreja, o povoado cresceu, passando à freguesia, depois à vila. Quatro anos mais tarde, constituiu-se a Câmara Municipal da Vila.

A região continuava atrair os forasteiros que vinham tentar a sorte na agricultura e no comércio e, aos poucos, a pequena comunidade agrícola já se transformara num pólo gerador de riquezas. Primeiro chegou o café, trazido do Vale do Paraíba por Luis Pereira Barreto, em 1876, posteriormente vieram os trilhos da estrada ferro, em 1883, com a Companhia Mogiana, trazendo imigrantes e o progresso para o nordeste paulista. O ouro que ali se achava era verde e nascia da terra roxa, do empreendedorismo dos fazendeiros e do trabalho incansável dos escravos africanos e, posteriormente, dos imigrantes, sobretudo os italianos. Chegavam também aventureiros, investidores, comerciantes, curiosos, que desembarcavam na velha estação do Barracão para tentar a sorte e a fortuna no novo Eldorado. (CIONE, 1993)

O café “Bourbon” tomou conta da paisagem e foi responsável pela transformação da cidade no maior centro produtor do mundo, até 1929. Durante cerca de 40 anos, o café produzido na região de Ribeirão Preto sustentou a balança de exportação brasileira e influenciou nos rumos econômicos e políticos do país. A influência da comunidade cafeeira fazia presidentes de Estado, como Altino Arantes, e Presidentes da República, como Washington Luís. Produzindo até quatro milhões de sacas de café por ano, alguns homens e mulheres fizeram fortuna e fama, como Henrique Dumont, pai de Santos Dumont, Francisco Schmidt, proprietário de 60 fazendas e 30 milhões de pés de café, ou a família Junqueira, considerados os reis e barões do café - a elite ribeirãopretana.

A cidade ganhou ares boêmios inimagináveis para o sertão. Com a chegada, em 1894, de um garçom francês, Francisco Cassoulet, foi inaugurado o Cassino Eldorado, que importava cantores, dançarinos, dançarinas e prostitutas da França para deleite dos poderosos coronéis. A roleta e o bazar animavam as noites regadas a champanhe francês e charutos acessos com notas de 500 mil réis.

Ribeirão Preto diversificou sua economia com a implantação de fábricas, como a Cia. Cervejaria Antarctica (1911) e depois a Paulista (1914), grandes casas comerciais, como o

antigo Banco Constructor, a construção de palacetes, a importação da moda francesa. A cidade crescia e sofisticava-se culturalmente. O teatro Carlos Gomes construído com mármore de carrara e telhas francesas, era na época a maior e melhor casa de espetáculos do sul do país, nele se apresentavam companhias de ópera internacionais e os principais nomes do teatro brasileiro. Em seus salões também aconteciam grandes bailes por onde a elite desfilava e mostrava sua riqueza. Tamanha era a riqueza da “petit Paris” que um único teatro já não era mais suficiente. Em 1930 foi inaugurado o Teatro Pedro II.

Na educação, no final do século XIX, por iniciativa de alguns intelectuais, surgem salas de aulas em suas residências. Também salas são alugadas de particulares. Em 1902 é fundado o primeiro grupo escolar. E por influência da elite cafeeira, em 1907, foi instalado o Ginásio do Estado, um processo que durou apenas dois meses, entre o pedido da Câmara Municipal e a aprovação na Assembléia Legislativa Estadual. (CIONE, 1993)

Com o “crack” da Bolsa de Nova York, em 1929, muitos produtores de café foram à falência, mas, ao contrário de algumas cidades do Vale do Paraíba, que estagnaram após o ciclo do café, Ribeirão Preto não parou, substituindo aos poucos a monocultura pela diversificação agrícola. No lugar dos grandes latifúndios de café, surgiram pequenas e médias propriedades, muitas dirigidas por imigrantes. A cana-de-açúcar, o algodão, a laranja, a soja e o arroz vão tomando conta da paisagem, juntamente com a pecuária. A década de 30 marcou a passagem de uma economia agrária exportadora para uma produção visando a atender ao mercado interno. A prosperidade das áreas rurais impulsionou o desenvolvimento da indústria e do comércio e do setor de serviços, consolidando Ribeirão como principal pólo econômico da região. Nas décadas de 40 e 50 a cidade teve um crescimento populacional de 30%.

Os números apontados por Walker e Barbosa (2000), comprovam a importância dos setores secundário e terciário no processo de urbanização de Ribeirão Preto. Em 1913, existiam 22 indústrias e algumas pequenas fábricas. No início da década de 1920, empresários locais, com alguma assistência do governo, haviam construído a primeira siderúrgica elétrica da América Latina. O número de estabelecimentos industriais cresceu de 181 em 1940 para 293 em 1950 e 390 em 1960. Em 1913, o setor comercial já estava ativo com mais de 255 estabelecimentos de venda a varejo e atacado. Mais tarde, no entanto, esses números cresceram para 577 em 1940; 694 em 1950; e 1042 em 1960.

Os jornais retratam esta diversificação econômica, através dos vários cadernos e páginas, criados especificamente para informar sobre as diversas atividades econômicas, atendendo a todos os setores da sociedade. “Página Agrícola, O Mundo Econômico em Revista, Página Operária, Notícias Econômicas”, exemplos de publicações diárias e semanais

com notícias sobre economia. Também se destacavam as informações sobre a economia doméstica, sobretudo debates, críticas de temas cotidianos como o aumento do custo de vida. Eram comuns publicações de tabelas com matérias que destacavam o aumento da inflação e, conseqüentemente, dos produtos da cesta básica:

	1940	1950	1956	1959
Carne	2,00	6,70	45,00	64,00
Pão	1,00	5,00	15,00	28,00
Arroz	1,20	5,00	18,00	32,00
Feijão	1,00	5,00	15,00	35,00
Batatinha	1,00	4,50	16,00	20,00
Açúcar	1,20	4,10	13,00	17,50
Leite	1,00	2,80	8,80	12,80
Café	4,00	12,90	65,00	46,00
Oleo	2,40	8,00	45,00	65,00
Ovos	2,50	15,00	30,00	55,00
Milho	0,20	1,80	6,00	12,00
Banana	0,30	1,50	5,00	6,00
Laranja	1,00	5,00	15,00	20,00

Os preços são em cruzeiros e referem-se a quilo ou dúzia conforme o gênero.

Figura 4: Tabela de preço dos alimentos da cesta básica

Fonte: Diário da Manhã, p.1, 29 jul., 1959

A comparação mostra concretamente como a inflação fez com que o custo de vida crescesse em Ribeirão Preto.

É interessante ressaltar que os jornais procuravam usar uma linguagem e recursos (como demonstra a tabela acima) mais diretos, objetivos, de forma bem didática, para que os leitores conseguissem compreender as informações.

Outro bom exemplo é o artigo de Ragazzoni (1949), que analisava os fatores que levavam às flutuações do custo de vida na cidade. Segundo ele, depois de anos de observação nas camadas sociais, havia concluído que quanto menos ganhava a família, maior era a porcentagem que se gastava com a alimentação. Em 1935, uma família com cinco pessoas que ganhava Cr.\$ 1.000,00, gastava 40% em alimentação; 20% em vestuário; 15% em habitação, 5% em diversão, instrução e farmácia, sobrando 10% para despesas extras. Em 1949, essa família ganhando 3.000 cruzeiros, gastava 40% em alimentação; 30% em vestuário; 20% em habitação e 10% em diversão. As verbas para instrução, farmácia e extras desapareceram. Ragazzoni conclui que a maioria da população (formada pelas classes operárias e médias) era a mais prejudicada com o aumento do custo de vida.

Outro exemplo pode ser verificado, no artigo do jornal *Diário da Manhã*, veiculado em 1952, que organizou uma tabela com dados fornecidos pela agência Municipal de

Estatística, sobre a variação dos preços dos gêneros de primeira necessidade. As figuras 5 e 6 mostram a variação dos preços dos produtos, entre os anos de 1951 e 1952. O artigo fazia uma rápida análise da tabela e concluía que somente o querosene e o peixe fresco abaixaram, já a eletricidade tinha subido 7%, a lenha 40%, a carne 67% e algumas frutas e legumes 100%. (Diário da Manhã, p.3, 30 jan., 1952):

Por ela vemos que as únicas baixas ocorreram com os preços de peixe fresco e do la carne, 67%, vai terminar em 100% para alguns legu- e o de menor, foi o de alimentos com 23%.

GENEROS	UNIDADE	1951 Cr\$	1952 Cr\$	DIFERENÇA PORCENTUAL
Açúcar refinado	kg	4,00	4,00	—
Arroz de 1.a	kg	4,00	5,50	+ 37
Banha de porco	kg	20,00	22,00	+ 10
Batata inglesa	kg	3,00	3,00	—
Café moído	kg	30,00	30,00	—
Carne de vaca de 1.a com osso	kg	9,00	15,00	+ 67
Carne de vaca de 2.a com osso	kg	7,20	10,00	+ 39
Carne de porco, pernil	kg	12,00	16,00	+ 33
Carne seca	kg	16,00	20,00	+ 25
Farinha de mandioca	kg	3,00	3,00	—
Farinha de milho	kg	4,00	4,00	—
Feijão	kg	3,00	4,50	+ 50
Frango	Cabeça	16,00	23,00	+ 50
Leite pasteurizado	Litro	2,50	3,50	+ 40
Manteiga fresca	kg	35,00	50,00	+ 43
Ovos "caipira"	Dúzia	11,00	13,00	+ 18
Pão misto	kg	5,20	5,20	—
Peixe fresco de 1.a	kg	18,00	15,00	+ 17
Peixe salgado — bacalhau	kg	18,00	22,00	+ 22
Toucinho fresco	kg	15,00	18,00	+ 20
Pato	Cabeça	13,00	20,00	+ 54
Total		248,90	306,70	+ 23
FRUTAS				
Abacaxi, tamanho médio	Um	2,00	3,00	+ 50
Banana nanina	Dúzia	1,50	2,00	+ 33
Laranja	Dúzia	6,00	6,00	—
Mamão, tamanho médio	kg	1,00	3,00	+ 100
Total		10,50	13,00	+ 24
LEGUMES				
Abóbora madura	kg	2,00	3,00	+ 50
Aipim o umandioca	kg	1,00	1,50	+ 50
Alface	Molho	0,50	0,70	+ 40
Cenoura	kg	3,50	5,00	+ 40
Couve manteiga				

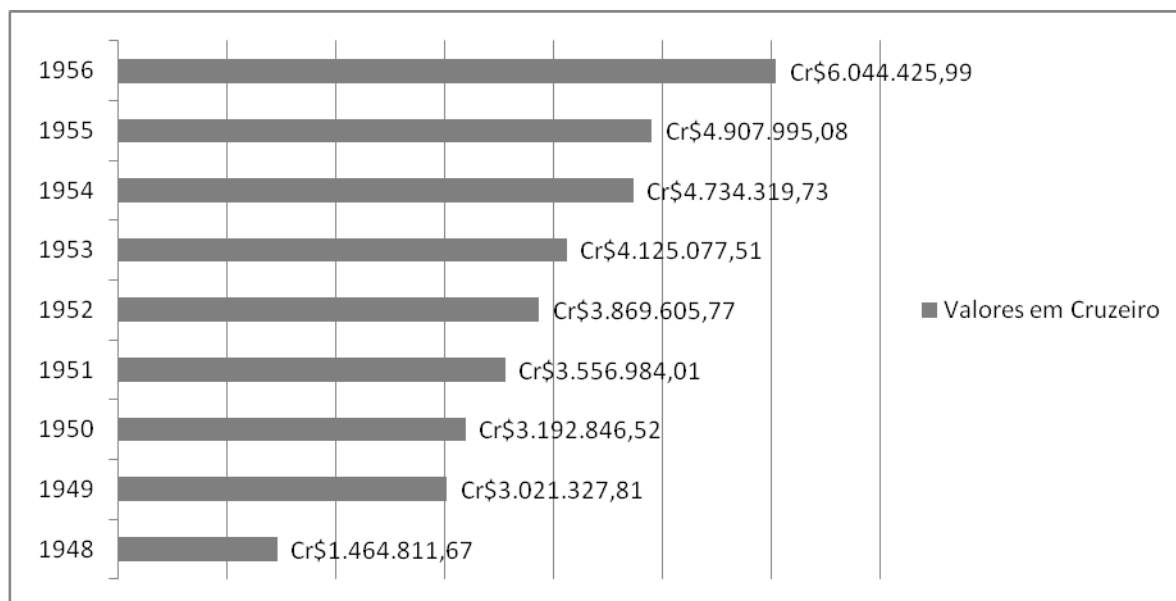
Feijão	Cabeça	16,00	23,00	+ 50
Frango	Litro	2,50	3,50	+ 40
Leite pasteurizado	kg	35,00	50,00	+ 43
Manteiga fresca	Dúzia	11,00	13,00	+ 18
Ovos "caipira"	kg	5,20	5,20	—
Pão misto	kg	18,00	15,00	+ 17
Peixe fresco de 1.ª	kg	18,00	22,00	+ 22
Peixe salgado — bacalhau	kg	15,00	18,00	+ 20
Toucinho fresco	Cabeça	13,00	20,00	+ 54
Pato		248,90	306,70	+ 23
Total				
FRUTAS				
Abacaxi, tamanho médio	Um	2,00	3,00	+ 50
Banana nanina	Dúzia	1,50	2,00	+ 33
Laranja	Dúzia	6,00	6,00	—
Mamão, tamanho médio	kg	1,00	3,00	+ 100
Total		10,50	13,00	+ 24
LEGUMES				
Abóbora madura	kg	2,00	3,00	+ 50
Alpim o umandioca	kg	1,00	1,50	+ 50
Alface	Molho	0,50	0,70	+ 40
Cenoura	kg	3,50	5,00	+ 40
Couve manteiga	Molho	0,50	0,70	+ 40
Espinafre	Molho	0,50	0,70	+ 40
• Milho verde	Espiga	0,50	0,80	+ 60
Quiabo	kg	4,00	5,00	+ 25
Repólio	kg	2,00	4,00	+ 100
Xuxu	kg	2,00	2,00	—
Total		16,50	23,40	+ 42
LUZ E COMBUSTIVEL				
Alcool	Litro	4,50	4,50	—
Eleticidade	kwh	0,82	0,88	+ 7
Querozene	Litro	2,00	1,90	— 5
Carvão vegetal	kg	1,00	1,50	+ 50
Lenha de primeira	M3	50,00	70,00	+ 40
Óleo combustível Diesel	Litro	1,50	1,50	—
Total		59,82	80,28	+ 34
TOTAL GERAL		335,72	423,98	+ 26

Figuras 5 e 6: Tabela de variação dos preços dos alimentos, luz e combustível nos anos de 1951 e 1952

Fonte: Diário da Manhã, p.3, 30 jan., 1952

Segundo Walker e Barbosa (2000) a crescente urbanização aliada às mudanças estabelecidas na Constituição de 1946, garantindo maior autonomia financeira para os municípios, elevaram consideravelmente a receita dos mesmos. Os artigos 15, 20 e 21, garantiam o repasse de receitas oriundas de tributos federais e estaduais. Esta nova divisão de receita elevou a arrecadação de Ribeirão Preto em aproximadamente 18%, em 1950, e em mais de 21%, em 1960. Com maior autonomia, impostos que anteriormente eram recolhidos pelo estado, passaram a ser de responsabilidade da prefeitura, elevando de forma expressiva a arrecadação dos impostos municipais. Os maiores geradores de receita eram os impostos de indústria e profissões, seguido pelo imposto de construção, territorial e urbano. O gráfico abaixo demonstra o crescimento das arrecadações:

Gráfico 01 – Evolução da Receita do Município de Ribeirão Preto nos anos de 1948 a 1956



Fonte: PINTO, 2005

A maior parte da arrecadação era absorvida pela folha de pagamento, em seguida vinham os gastos com os serviços públicos municipais: matadouro, mercado, cemitério, limpeza e iluminação públicas, conservação de parques e jardins. Uma porcentagem menor era destinada às Obras e Melhoramentos Públicos, ou seja, conservação de vias públicas, reparações diversas, conservação de rodovias, construção de ruas e prédios públicos. Finalmente, vinham os gastos com Serviços Públicos de Interesse Comum com o Estado, como obras de saneamento básico, construção de escolas municipais e segurança pública. (Pinto, 2005)

Apesar do crescente aumento da arrecadação, os investimentos eram insuficientes, havia uma maior demanda, a população exigia melhor qualidade de vida na cidade e estas cobranças estavam diariamente presentes nos jornais. Os prefeitos sempre justificavam para a imprensa ou para os vereadores as dificuldades da administração, que sempre esbarravam na falta de recursos.

Cortez (1959) em sua coluna no jornal *A Cidade* comentava sobre os gastos da prefeitura. O prefeito colocava radialista e jornalista a par das finanças da prefeitura, que estava com uma dívida de cerca de 60 milhões de cruzeiros, feita no ano de 1958. Ao lado da dívida passiva, existia a dívida ativa (a receber dos contribuintes) num total de trinta e cinco milhões de cruzeiros. A coluna seguia informando que, nos primeiros 80 dias do corrente exercício, a prefeitura já tinha arrecadado sessenta milhões de cruzeiros, o que permitiu prever

uma arrecadação em torno de 170 ou 180 milhões, durante o ano. A situação, segundo Cortez era difícil, mas não era uma calamidade, principalmente se fosse levada a sério a cobrança da dívida ativa. Gastava-se, segundo a prefeitura informou, excessivamente com o funcionalismo público, que ficava com cerca de 75% de toda a receita. Tecnicamente, não era admissível uma folha de pagamento que ultrapassasse 40% da receita. Esse fato, segundo Cortez, não revelava necessariamente excesso de funcionários, eles eram necessários principalmente na limpeza pública, engenharia, transporte, etc. Na época da ditadura, os dirigentes não reajustaram os impostos. A dívida existente seria resultado de obras feitas na administração anterior e todas teriam sido necessárias: rede de esgoto, encanamentos e ligações de água, construção de reservatórios, criação de parques infantis, pavimentação asfáltica, etc.

Importante ressaltar que Cortez não fazia críticas aos gastos da prefeitura, principalmente com relação à folha de pagamento, muito pelo contrário, acabava por justificar a dívida do executivo, dizendo que a culpa era das administrações anteriores e da inadimplência dos contribuintes. Após constatar a origem das dívidas, Cortez, em seguida, tratava de dizer que os gastos da administração anterior foram todos necessários, mesmo custando o endividamento da prefeitura. Este era um traço marcante na linha editorial do jornal *A Cidade*, sempre insistindo numa postura “neutra”. Neutralidade, que significava não se indispor com os poderes públicos.

1.3. Democracia, populismo e o processo eleitoral

Em 1945, com o fim da II Guerra Mundial, o Brasil que lutara na Europa contra os regimes fascista e nazista, defendendo a liberdade e a democracia, não poderia admitir a continuidade do regime ditatorial. As eleições para a Presidência e a Constituinte seriam programadas para dezembro e a eleição estadual, para maio de 1946. Estimava-se a população do Brasil acima dos 46 milhões de habitantes. O Decreto-Lei nº. 7.586, de 28 de maio de 1945, regularia, além do alistamento, as eleições. O Tribunal Superior Eleitoral retornaria, após quase dez anos de extinção. Desde a Revolução de 30, se tornou constante a preocupação com a lisura do processo eleitoral, com um objetivo o de se evitar fraudes, tão comuns no período da República Velha, e assim, garantir que os candidatos eleitos fossem aqueles, que

efetivamente receberam, através do processo democrático, nas urnas, o maior número de votos, dentro do critério de proporcionalidade estabelecido por lei¹. (Fausto, 2005)

O Decreto-Lei nº. 7.586 considerava eleitores, brasileiros, maiores de 18 anos, desde que naturalmente alistados. No entanto, não podiam alistar-se os analfabetos, os militares na ativa – salvo oficiais –, os mendigos e os privados de direitos políticos. O alistamento e o voto eram obrigatórios a todos os cidadãos, com exceção dos inválidos, dos maiores de 65 anos, dos brasileiros a serviço do país no exterior, dos oficiais das Forças Armadas em serviço ativo, dos servidores públicos em licença ou férias fora do domicílio, dos magistrados e, por último, das mulheres que exercessem profissões não lucrativas. A qualificação e a inscrição do eleitor, com vistas ao alistamento, podiam ser efetuadas de duas maneiras: “ex officio” ou a requerimento do próprio cidadão interessado. Do primeiro modo, estavam autorizados a realizá-los os chefes de repartições públicas – mesmo de entidades autárquicas, paraestatais ou de economia mista – e os titulares das seções da Ordem dos Advogados e dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura.

No título eleitoral, constavam os seguintes dados: nome do eleitor, idade, filiação, naturalidade, estado civil, profissão e endereço. O sigilo era garantido pelo emprego de sobrecartas oficiais, uniformes e opacas. O presidente da mesa receptora as rubricava na medida em que elas eram entregues aos eleitores, que em seguida dirigiam-se a gabinetes privados para colocar as cédulas reservadamente nos envelopes. Logo após, a sobrecarta oficial era introduzida na urna, garantindo a inviolabilidade do sufrágio. Caso um cidadão se inscrevesse mais de uma vez, com objetivo de fraudar o processo eleitoral, a pena seria a detenção de três meses a um ano. Se tentasse votar mais de uma vez ou no lugar de outro eleitor, a pena seria de detenção de seis meses a um ano. Não se concederia fiança nas infrações eleitorais, quando o tempo máximo da pena privativa de liberdade superasse os seis meses.

Todos estes mecanismos legais demonstram a preocupação em se garantir, que o processo democrático fosse legítimo. Os periódicos se transformaram em importantes veículos de informação, ao mesmo tempo, agentes fiscalizadores de todo o processo eleitoral. Outra novidade que afetou diretamente os municípios foi que, a partir das eleições de 1947, quando os prefeitos passaram a ser eleitos pelo voto direto e não mais pelos vereadores como

¹ Quanto à representação proporcional, o quociente eleitoral era aferido ao dividir-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral. Se houvesse fração, ela seria desprezada se igual ou inferior a meio, ou arredondada para um, se superior. Os votos em branco seriam válidos para a determinação do quociente eleitoral.

era anteriormente. Isto significou um fortalecimento da democracia, além de tornar o jogo político mais complexo, pois se no processo anterior havia uma unanimidade entre os vereadores, inclusive em termos partidários, naquele momento, a relação entre o executivo e legislativo passou a sofrer uma constante tensão, inclusive partidária, ou seja, os partidos mais fortes e com maior número de cadeiras na Câmara adquirem cada vez mais poder.

Em Ribeirão Preto, a cobertura das eleições no período de 1948 a 1959 foi realizada pelos três jornais. Os repórteres eram enviados aos locais de votação por toda a cidade. Havia uma preocupação constante com a paz e a lisura, durante o pleito, sempre destacando que o povo mostrou novamente seu civismo e que tudo correu na mais tranqüila ordem. Todos os dias, os dados sobre a votação eram atualizados, com a abertura de novas urnas, somando os votos que cada candidato recebia. No período eleitoral, os jornais pareciam folhetins em capítulos, como uma novela ou romance. Na primeira página, sempre com destaque para as eleições e a atualização dos números, com edições extras:



Condeixa e Jurca: el

Resultados Finais das Eleições em Rib. Preto

PARA PREFEITO:	
Condeixa Filho	10.691
Oswaldo de Abreu Sampaio	9.116
José Costa	6.978
Hélio Foz Jordão	5.238
Oswaldo Lopes de Brito	1.940
Orestes Lopes de Camargo	1.350
Divo Marino	1.207
PARA VICE-PREFEITO:	
Orlando Jurca	12.677
Enéas Oliveira Vianna	7.434
Waldomiro Silva	4.902
Salvador Salerno	4.527
Edmur C. Gonçalves de Oliveira	3.138

Figuras 7 e 8 : Cobertura das eleições

Fonte: Diário de Notícias, p.1, 4 out., 1959

Depois da apuração, novas edições extras, com as fotos e biografias dos candidatos eleitos eram publicadas, com editoriais e reportagens enaltecendo o regime democrático. Na cidade, quem inaugurou este tipo de cobertura foi o *Diário da Manhã*, com sua edição especial do dia primeiro de janeiro de 1948, quando tomaram posse os novos representantes do poder executivo e do legislativo. A foto do primeiro prefeito eleito pelo voto direto foi estampada e ocupava, praticamente, a página inteira do jornal, seguido de sua biografia. Nas páginas seguintes, as fotos dos vereadores, também, com suas respectivas biografias. Esta prática passou a ser seguida pelos outros jornais, sempre que as eleições aconteciam ou mesmo em datas comemorativas:



Figura 9: Doutor José de Magalhães, primeiro prefeito eleito pelo voto direto pelo PTB
 Fonte: Diário da Manhã, p.1, 1 jan., 1948



Figura 10: Câmara Municipal com seus 21 Vereadores
 Fonte: A Cidade, p.1, 19 jun., 1956

No dia da posse dos vereadores, o editorial do *Diário da Manhã* destacou que, com a instalação da Câmara Municipal, muitos sonhos se concretizavam. Segundo o jornal, a população esperava que a cidade marchasse para o progresso. Em todas as notícias eram destacados os valores patrióticos, sentimentos cívicos de um povo trabalhador, honesto e culto. O jornal enfatizava que esperavam dos governantes eleitos trabalho constante e dedicação, objetivando a felicidade da população e o progresso do município. Os ideais de progresso e modernização também eram recorrentes. O editorial seguia lembrando que o regime de ditadura tinha imperado por 15 anos, submetendo o povo a uma “indesejável escravidão política”; e questionava se o Brasil não estaria melhor se tivesse vivido, durante toda sua história, num regime de democracia. Ressaltava também:

(...) se temos o regime anti-capitalista, que estabelece novas bases para o proletariado, de outro se tem o capitalismo que evolui, através da democracia, que busca resolver os problemas relacionados aos salários e custo de vida, procurando estabelecer equilíbrio econômico e social. Muita coisa poderá ser feito pelo legislativo municipal visando à infância nas escolas, os velhos, os enfermos, procurando melhorar a situação alimentar daquelas, dando asilo e amparo aos segundos e hospitais aos últimos. (*Diário da Manhã*, p.1, 4 jan., 1948)

Este editorial mostrava o quanto, os articulistas do jornal achavam importante a valorização dos ideais democráticos, o exercício da cidadania, através do voto secreto. Também foi possível perceber como a guerra fria estava entranhada na mentalidade da época, sendo que o socialismo deveria ser combatido pelo capitalismo, através da social democracia, em que o Estado assumia a função de “bem estar social,” tendo por obrigação garantir os direitos dos trabalhadores, através de serviços públicos gratuitos como: educação, saúde e transporte.

Os jornais estavam também inseridos no contexto do desenvolvimentismo tão marcante, neste período, e que viveu seu ápice, com campanhas como a que levou a criação da Petrobrás, em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas e a campanha de Juscelino Kubitschek, candidato eleito presidente, em 1955, com o slogan “50 anos em 5”. Em Ribeirão Preto, campanhas de páginas inteiras enalteciam a modernidade da cidade, o seu crescimento, o seu progresso contínuo. Em 1956, na comemoração do Centenário da cidade, o otimismo e a certeza de um futuro de prosperidade levaram os poderes públicos a organizarem uma grande festa, que contou com a presença do governador de São Paulo, Jânio Quadros e do presidente da república, Juscelino Kubitschek.

Outra marca do período é o tipo de democracia que se desenvolveu, na América Latina, sobre a forma do populismo, fenômeno que caracterizou a assimilação das massas ao processo político, juntamente com a ascensão de líderes carismáticos com seus discursos e plataforma de campanha, que incorporavam as reivindicações populares. Como afirma Weffort:

A urbanização, as migrações, a expansão das comunicações, etc., encontra-se em relação com o populismo na medida em que colocam amplos setores da população do país em situação de disponibilidade política, que, nas condições vigentes na sociedade brasileira, é por certo muito difícil de encontrar-se no campo com uma maioria de analfabetos excluída por lei da participação eleitoral e onde ainda pesa de modo decisivo o poder econômico e social do grande proprietário de terras. (WEFFORT, p. 158-159, 2003)

A imprensa teve papel relevante como veículo de divulgação das práticas populistas. A partir das eleições de 1946, a justiça eleitoral autorizou os partidos a financiarem a campanha de seus candidatos. Nos meses que antecederiam as eleições, que geralmente aconteciam em outubro, os três jornais apresentavam páginas inteiras de propaganda eleitoral, engordando sua receita. Portanto, nesse momento, ser proprietário de um meio de comunicação, significava acumular o poder de manipulação dos espaços das campanhas políticas. No aspecto da propaganda política, embora todos os candidatos e partidos tivessem acesso aos meios de comunicação, quem era dono de jornal usava e abusava do veículo para fazer propaganda em benefício próprio. Constâbile Romano, por exemplo, proprietário do *Diário da Manhã*, foi candidato e venceu as eleições para prefeito e deputado estadual. Em 1950, sua campanha política, através do jornal, embora não fosse mais o proprietário, foi fortíssima, estampando sua foto na primeira página, ressaltando suas qualidades e os slogans de sua campanha.

O mesmo fez Orestes de Camargo, ao usar seu jornal *A Cidade* como veículo de propaganda, embora não tenha vencido as eleições para prefeito, foi vereador por dois mandatos. Antonio Machado Sant'Anna, jornalista que adquiriu o *Diário da Manhã*, em 1955, também transformou o jornal em plataforma política. No *Diário de Notícias*, as propagandas mais freqüentes eram da UDN (União Democrática Nacional), e do PDC (Partido Democrata Cristão), ambos aliados da Igreja Católica:



Figura 11: Propaganda eleitoral do candidato a Deputado Estadual Constâbile Romano

Fonte: Diário da Manhã, p.1, 1 out. 1950

As propagandas se tornaram uma grande fonte de renda para os jornais, estavam na primeira página e, muitas vezes, ocupavam a página inteira.



Figura 12: Propaganda eleitoral do proprietário do jornal A Cidade, Orestes Lopes de Camargo a Deputado Estadual

Fonte: A Cidade, p.3, 1 out., 1958



Figura 13: Propaganda eleitoral do proprietário do jornal Diário da Manhã, Antonio Machado Sant'Anna a Deputado Estadual

Fonte: Diário da Manhã, p.1, 2 out., 1958



Figura 14: Convite do Partido Democrata Cristão

Fonte: Diário de Notícias, p.1, 3 out., 1959

O jornal católico também fazia propaganda política, inclusive na primeira página.

Outra fonte de renda para os jornais locais era a publicação das atas da Câmara Municipal. Em 1948, por exemplo, o *Diário da Manhã* ganhou a licitação para a publicação das atas. Nos anos seguintes, o jornal *A Cidade*, também passou a desempenhar esta função,

permitindo à população acompanhar os debates na Assembléia Legislativa. Os jornais sempre destacavam os debates, principalmente, quando os projetos eram polêmicos. O constante embate entre o poder executivo e legislativo fez com que os prefeitos vetassem projetos de lei, aprovados pelos vereadores, como também o orçamento apresentado pelo executivo e questionado pelo legislativo. Importante ressaltar que este jogo político vinha estampado nas primeiras páginas. Em algumas ocasiões, os jornais emitiam sua posição, através dos editoriais ou do comentário de seus colunistas e articulistas.

1.4. Sociedade e Urbanização

O rápido crescimento populacional gerou vários problemas na cidade. Os três jornais, através dos editoriais, artigos e colunas denunciavam constantemente o aumento da mendicância, o problema do menor abandonado, o crescimento da violência. Recebiam nas redações as reclamações da população e abriam espaço nos jornais para que o cidadão se manifestasse sobre problemas como: abastecimento de água, transporte público, trânsito, pavimentação, serviço telefônico, fornecimento de energia, iluminação das vias públicas, saneamento básico, coleta de lixo, vagas nas escolas, construção de novas escolas e o aumento do custo de vida. Eram constantes as reclamações de falta de água e energia. Os jornais cobravam solução dos poderes públicos e continuavam acompanhando os problemas por várias edições. Também participavam e apoiavam campanhas em prol de instituições de caridade, ou mobilizações da sociedade com algum fim específico, como será apresentado nos capítulos posteriores. O movimento da população dos bairros periféricos pressionou os poderes públicos, exigindo abertura de mais vagas nas escolas e a instalação de novas escolas nos bairros.

O *Diário da Manhã*, de janeiro de 1951, apresentava os números do ultimo recenseamento de Ribeirão Preto, com uma população de 94.190 habitantes, assim distribuídos: 62.978 na zona urbana; 4.133 na zona suburbana e 27.079 na zona rural. Em uma comparação com os dados de 1940, concluía que houve um aumento de 18% da população no geral e 38% de aumento da população urbana. A matéria continuava explicando para os leitores os motivos que levaram ao aumento da população urbana, ou seja, a incorporação de fazendas e chácaras à cidade. A matéria também destacava o número de residências no município: 12.532 em 1950, o que resultou em uma densidade domiciliar de 5,18 pessoas por habitação. Após a exposição dos números, o jornal denunciava que os melhoramentos urbanos

não acompanharam o crescimento da cidade, principalmente as benfeitorias essenciais como: pavimentação e abertura de ruas, transporte, mercado com produtos de primeira necessidade, feiras-livres. As ruas eram intransitáveis, as linhas de ônibus insuficientes, e não havia uma estação rodoviária na cidade.

Os periódicos sempre noticiavam os problemas dos bairros mais populosos, onde viviam as camadas mais baixas da população, principalmente os operários. Os bairros República e Vila Virgínia, apresentavam problemas de calçamento e a necessidade de retificação do córrego, responsável pelas constantes enchentes que levavam a população a perder tudo que tinham. O *Diário da Manhã*, embora apontasse os problemas, mantinha um discurso ufanista, como constatamos na imagem abaixo, ao destacar o progresso e a modernização da cidade mostrando que Ribeirão Preto estava destinada a prosperar e a assumir, em todos os seus pontos cardeais, a concepção exata de uma verdadeira metrópole, a cidade do futuro:



Figura 15: Vista aérea da cidade de Ribeirão Preto

Fonte: *Diário da Manhã*, p.1, 29 mai., 1955

Desta forma, os problemas iriam ser solucionados, porque este era o destino do município, progresso contínuo e ininterrupto, financiado logicamente, pelos impostos e taxas pagos pela população:

Bairros como Campos Elíseos, Vila Tibério, República e Vila Virginia estão crescendo com muitas indústrias e comércios sendo instalados, o que leva o município a aumentar a arrecadação de impostos, possibilitando que os poderes públicos resolvam os problemas da cidade como calçamento, energia elétrica, água e rede de esgoto. Onde não há calçamento o progresso estacionou. A prefeitura está asfaltando as vias de ligação entre Vila Tibério e o Barracão. Sobre o calçamento há uma polêmica com respeito ao projeto de lei que prevê o aumento de 5 para 10 anos da taxa de calçamento, taxa esta, elevada onerando principalmente os pobres. (Diário da Manhã, p.8, 5 jan., 1951)

A redação do *Diário da Manhã* se tornou uma referência para a população, um espaço aberto para suas queixas e reivindicações. Em 1952, por exemplo, o jornal publicou várias reclamações: o ferroviário José Mortari, mandou uma carta para a redação do jornal, que denunciava a situação precária dos trens. “A 56 quilômetros de Ribeirão, o trem quebrou às 21:30 e só foi socorrido às 6 horas da manhã, deixando cerca de 100 passageiros, inclusive crianças, aproximadamente 10 horas, entregues à própria sorte” (Diário da Manhã, p.6, 22 jan., 1952). Em seguida, continuava a reportagem “atendendo ao que nos solicitou um leitor, novamente o jornal foi verificar a situação na Vila Tibério, famílias sem teto vivem em condição de miséria e é preciso que as entidades de caridade abriguem estes infelizes.” (Diário da Manhã, p.6, 22 jan., 1952).

Durante a década de 50, o *Diário da Manhã* manteve o espaço para as denúncias da população. Em 1958, na coluna “Reclamações do Povo sobre diversos assuntos”, o jornal noticiava os vários problemas dos bairros.

Moradores reclamam do gado solto que diariamente é levado aos matadouros. Dezenas de pessoas correm o risco de serem pisoteadas, inclusive crianças a caminho da escola. A Solução é, ou conduzir o gado em caminhões gaiola ou mudar os matadouros do centro da cidade. (...) Moradores da rua Caramuru reclamam dos alagamentos. O asfalto sem galerias fluviais e sem boca de lobo faz as águas das chuvas invadirem as casas. (Diário da Manhã, p.8, 6 nov., 1958)

Este espaço de “desabafo” para a população, muitas vezes se esgotava ali, naquele momento, o jornal não procurava apurar as denúncias e muito menos cobrar solução dos poderes públicos. Como podemos perceber, em alguns momentos, a imprensa se tornou mais combativa, ao cobrar das autoridades soluções para os problemas, principalmente de infraestrutura (asfalto, iluminação e saneamento básico), em outros momentos, os problemas ficaram relegados às “notas”, que simplesmente relatavam as reclamações.

A falta de água e energia eram problemas noticiados, quase que diariamente. Os jornais denunciavam e cobravam solução das autoridades competentes. Em 1954, o *Diário da Manhã*, com a manchete: “Mulheres protestam falta de água”, noticiou o protesto feito pelas donas de casa que exigiam a regularização do abastecimento de água.

Devido a todo esse tormento, ontem, um grupo de mulheres se dirigiu à Empresa de Água e Esgoto. O grupo estava composto de cerca de 60 donas de casa. (...) Procuram o gerente a fim de protestar contra a falta de água, que se prolonga por vários dias e noites, a fim de exigir providências. (...) A atitude dessas donas de casa é das mais justas. Elas reclamam o direito de possuir a água pela qual pagam religiosamente todos os meses. (*Diário da Manhã*, p.8, 30 out., 1954)

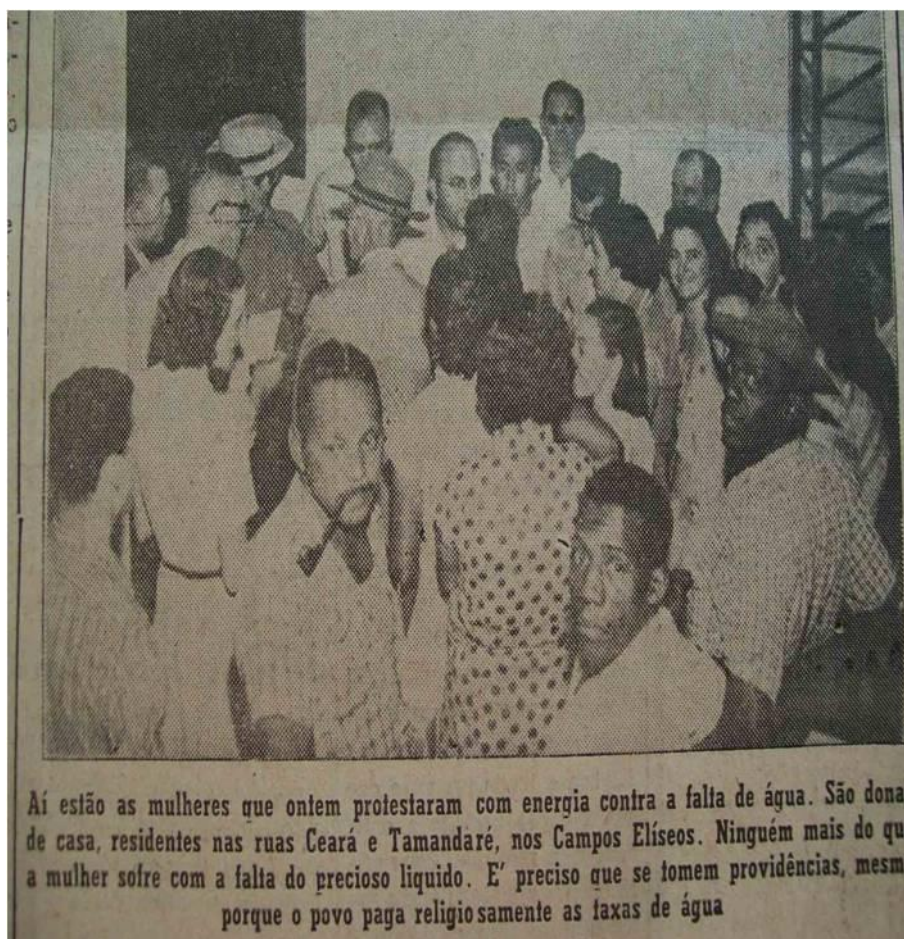


Figura 16: A população exige solução para o problema da falta de água

Fonte: *Diário da Manhã*, p.8, 30 out., 1954

Sobre as taxas de água, o *Diário de Notícias* em 1957 estampava a manchete: “Proferida a decisão na ação declaratória que visa à anulação das portarias”, o jornalista Macedo informava à população:

(...) o juiz de direito da segunda Vara, Dr. Gabriel A. Monteiro de Barros deu ganho de causa a ação declaratória intentada pelo advogado do vereador Orlando Jurca, visando anular as portarias 14 e 15 de 1956 e de número 2 deste ano, que aumentavam as taxas de água e esgoto e as tarifas telefônicas. A Câmara negou o aumento, mas o prefeito insistiu na cobrança. A prefeitura terá que devolver cerca de 15 milhões de cruzeiros aos consumidores. (Diário de Notícias, p.8, 28 mai., 1957)

Em 1959, *A Cidade* noticiou que o prefeito Constáble Romano havia solicitado, junto à Câmara, a inclusão no orçamento de 1960 de 5 milhões de cruzeiros para a construção de um reservatório na Vila Tibério. É importante destacar que os bairros mais populosos, como: Vila Tibério, Vila Virgínia e Campos Elíseos, onde moravam principalmente operários, eram os que mais sofriam com problemas de abastecimento de água. Como afirma Walker e Barbosa (2000), os recursos destinados à ampliação dos serviços de água e esgoto e os investimentos na recuperação da rede que já existia, vieram das taxas extras, que a população pagou durante anos. Taxas pagas com o suor do trabalhador, que ao chegar em casa, depois de um longo dia de trabalho, não tinha água nem para o banho. Os periódicos registraram a revolta e a insatisfação destes trabalhadores. O crescimento tinha um preço e quem pagava a conta era o “povo”, que nem sempre, recebia pelos serviços previamente pagos. A construção dos reservatórios não atendia à demanda.

Também era comum, principalmente nos bairros de periferia, a falta de energia. A concessionária contratada pela prefeitura era obrigada a fazer a manutenção e a expansão da rede elétrica, entretanto, como acontecia com a água, os investimentos também eram insuficientes para atender às necessidades da população:

Em decorrência da constante falta de energia na cidade, a redação do jornal procurou o engenheiro Paulo Araújo Alvim, chefe da divisão da Cia. Paulista de Força e Luz. O engenheiro explicou que a falta de energia ocorreu devido a dois acidentes em duas sub-estações, mas que foram resolvidos rapidamente. Também informou que a partir de setembro de 1950 a Cia. iniciou trabalho de reforma geral da rede, os trabalhos deverão se estender por oito meses. Depois da reforma estarão resolvidos todos os problemas de equilíbrio de voltagem da rede secundária, porém, durante a reforma, ainda irão acontecer, cortes de energia em toda a cidade. (Diário da Manhã, p.1, 16 jan., 1951)

A população também sofria com a deficiência dos transportes públicos, com terminais lotados, ônibus lotados. A esse respeito, o jornal também cobrava medidas a fim de solucionar os problemas.

Ribeirão apesar de progredir rapidamente enfrenta problemas que não condizem com sua situação. Problemas que se ornaram tão velhos que já fazem parte do cotidiano da cidade. Muitos desses problemas temos abordado com alto sentido de colaboração, sugerindo medidas e providências que julgamos convenientes uma vez que estamos em contato com o povo e sabemos de suas dificuldades e aflições. Falta policiamento nos bairros, sinalização nas ruas, na Praça XV por causa do terminal de ônibus, os pedestres e carros não conseguem circular. Conseguimos fotografar a situação, confirmam. A própria foto de torna notícia. (Diário da Manhã, p.6, 12 jan., 1952)



Figura 17: Terminal de ônibus da Praça XV

Fonte: Diário da Manhã, p.8, 15 jan., 1952

A fotografia mostrava a situação caótica do transporte público urbano na cidade.

Com o progresso muitos problemas vão surgindo, alguns consequência da incapacidade administrativa, outros fruto do próprio crescimento da cidade. Energia elétrica, abastecimento de água, construção de uma nova estação ferroviária, construção de uma estação rodoviária, construção do mercado municipal e substituição do serviço telefônico, problemas em via de solução. Um problema que não tem solução e que necessita estudos de ordem técnica e jurídico são os transportes. As linhas já não atendem as necessidades, sendo preciso criar novas linhas e prolongar as existentes. A empresa de ônibus quer reajuste nas passagens, mas para isso precisa melhorar a oferta de transporte. (Diário da Manhã, p.8, 15 jan., 1952)

Em 1952, o prefeito autorizou à empresa de transporte urbano Antonio Ache & Cia. LTDA. a subir as passagens de ônibus, sendo que a empresa se comprometia a aumentar o número de ônibus, além da inauguração de novas linhas. O aumento foi de 0,80 para Cr.\$ 1,00. Embora os aumentos acontecessem, ao longo da década, a empresa não conseguiu

atender à demanda por novos carros e linhas. Em 1954, ela pediu falência, terminando a história de uma empresa familiar, que não conseguiu acompanhar o progresso da cidade. A partir de então, a empresa Cometa, começou a atuar na cidade, fazendo o transporte urbano e intermunicipal.

Com relação aos problemas de natureza social, os três periódicos cobravam soluções e iniciativas da sociedade civil e poupavam os poderes públicos. Demarcavam e estabeleciam aquilo que era de competência estatal e civil. Em 1955, o *Diário da Manhã* publicou uma matéria com a manchete; “Caridade em Ribeirão Preto”.

A cidade possui 7 asilos: 4 destinados à menores, 1 a cegos, 1 aos pobres e 1 aos velhos. Na maioria das entidades os asilados contam com assistência médica, dentária e escolar. Os lares para menores proporcionam, ainda, aprendizado profissional afim de que este sejam preparados para as lutas da vida. O poder público distribui Cr\$ 202.000,00 cruzeiros para a manutenção de todos os lares no ano, o restante é obtido da população através de quermesses e donativos. (*Diário da Manhã*, 8, 18 nov., 1955)

Na cidade havia uma rede de instituições que atendiam crianças, idosos, pobres, e mendigos. Estas instituições recebiam verbas públicas, mas a receita maior provinha, principalmente, através de doações e campanhas, patrocinadas por famílias mais abastadas da cidade, como os “Junqueiras”, ou instituições religiosas, como a Liga das Senhoras Católicas.

Estas instituições, à medida que a cidade crescia, eram mais solicitadas e cobradas. Os jornais aderiam a todas as campanhas em prol da caridade. Em 1959, *A Cidade* estampou, na primeira página, um apelo à sociedade:

As instituições que acolhem as crianças desamparadas estão superlotadas e enfrentam dificuldades financeiras. O lar Santana que mantém cerca de 100 crianças está tendo grande dificuldade em se manter. O lar está apelando para a generosidade da população. Aos amigos queridos que reforcem as suas doações e aqueles que ainda não auxiliaram, por quaisquer circunstâncias, o Lar, que passem fazê-lo. (*A Cidade*, p.1, 1 mar., 1959)

Os problemas com o menor abandonado e a delinquência infantil eram questões muito sérias para a sociedade e, sempre, estiveram em discussão nos periódicos, associadas ao tema educação. O jornal *A Cidade* do dia 20 de junho de 1951, denunciou o problema da delinquência precoce. Segundo o jornal, influenciados pelos gibis e o cinema, crianças compareciam na delegacia de polícia por apresentarem atitudes “indignas e imundas”. O delegado, em seu discurso moralista, enfatizava a missão patriótica das crianças: “A pátria de amanhã está reclamando verdadeiros homens, para uma recuperação moral em benefício da

coletividade”. A matéria também enfatizava, que era necessário construir abrigos para os menores abandonados. ”Ribeirão não pode ficar fora deste movimento. Dona Sinhá Junqueira doou o terreno para a construção do abrigo.” A reportagem, apresentada na primeira página do jornal, trazia também fotografias que flagravam os menores, abandonados à própria sorte, nas ruas da cidade.

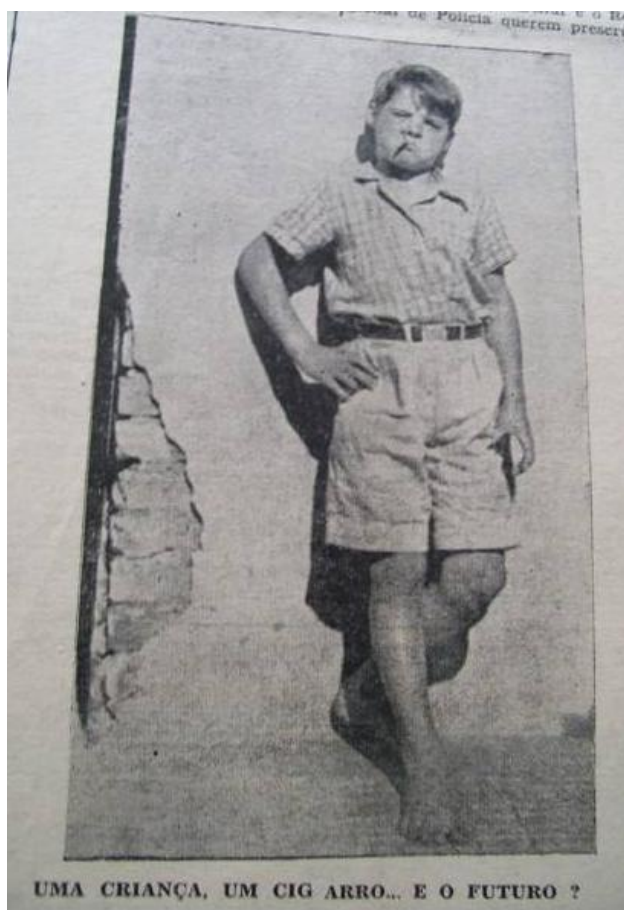


Figura 18: Fotografia que mostra um garoto fumando

Fonte: A Cidade, p.1, 20 jun., 1951

A Reportagem destacava o problema do menor abandonado em Ribeirão Preto. O fotojornalismo mostrava seu poder e a imagem dizia muita mais que as palavras.

Em fevereiro de 1951, no jornal *A Cidade*, Octacílio Alves de Almeida, colunista do jornal, escreveu um longo artigo em que defendia o trabalho para os jovens:

O problema dos menores abandonados é um entrave educacional. Depois da lei trabalhista que exige idade mínima de 14 anos para o início de qualquer aprendizagem profissional, mais uma série de imposições aos empregadores, a vadiagem aumentou. Não somos contra o amparo legal ao trabalhador. Mas se cumprir todas as exigências da lei afasta aprendizes das casas comerciais e oficinas enchendo a rua de desocupados. Se aventure nos arrabaldes da cidade, e assista a jogos de futebol, da turma de garotos desocupados.

Meninos de 14, 15 e 16 anos são geralmente filhos de operários, ou menores abandonados sem lar. O governador LUCAS NOGUEIRA GARCEZ autorizou o secretário da justiça a elaborar novo código de menores. Qualquer lei sem base científica, com as devidas classificações dos tipos por meio de reações psicológicas, em consideração à idade será inútil. Precisamos de corpo especializado e preventivo do serviço de menores. Fiscalize a frequência e a disciplina escolar. Que atue sobre pais relapsos. Não é o trabalho que atrapalha o desenvolvimento da criança, mas sim a promiscuidade, e a pobreza que deturpam o caráter. (A Cidade, p.1, 20 jun., 1951)

Em maio de 1957, no *Diário da Manhã*, o professor Acácio Palma Guião, escreveu em sua coluna:

Um dos fatores que favorecem a delinquência infantil é a idade mínima de 14 anos para trabalhar. Os menores que deixam a escola primária aos onze anos, ficam perambulando pelas ruas, aprendendo vícios e maus hábitos. Para acabar com esta situação o Ministro da Educação Dr. Clovis Salgado, está propondo um curso complementar ao primário para jovens dos 11 aos 14 anos. O governo Federal vai auxiliar os estados com 12 milhões, de uma verba total de 100 milhões de cruzeiros. O plano prevê a instalação de pequenas oficinas com 7 salas para 200 alunos, junto aos grupos escolares e durante 2 anos os aludidos alunos menores, egressos do primário, terão ensino e trabalho. Para 1958 serão investidos 200 milhões. Como há falta de professores, o ministro sugeriu o aproveitamento das normalistas, mediante curso de especialização de 6 meses no SENAI.

Se o plano do Dr. Clovis Salgado for aplicado nas bases programadas, está completamente resolvido o problema do menor abandonado no Brasil. Cessará o inferno em que vivemos e viverá mais folgado o Juizado de Menores e o Brasil dará aos seus filhos pequenos, nessa quadra infantil perigosa, estudo e divertimento, pois, o trabalho nessas condições em oficinas é agradável e recreativo. (*Diário da Manhã*, p.1, 10 mai., 1957)

Interessante ressaltar, que os dois articulistas, intelectuais ligados à educação, em momento algum apontam a continuação dos estudos, no ensino secundário, para aqueles adolescentes. A solução, para eles, era a educação profissionalizante. Caso não houvesse escolas, reivindicavam maior flexibilidade da legislação, para que a “educação do trabalho” afastasse estes jovens da delinquência. Como afirma Freitas e Biccas (2009, p.63) “No bojo dessas relações sociais permaneceu fermentando uma sociedade em estado de contínuo estranhamento e alerta em relação ao cidadão pobre.”

Os três periódicos analisados neste estudo, mantinham colunas sociais, nas quais retratavam as festas e eventos que aconteciam na cidade, além de anunciarem diariamente os aniversários, sempre de pessoas “ilustres” - a elite de Ribeirão Preto. A cobertura dos eventos e festas destinados às camadas populares se restringia ao carnaval, a algumas notas

sobre formaturas, geralmente nos grupos escolares. Para os periódicos, os espaços urbanos estavam bem definidos. Um bom exemplo disso é a cobertura feita pelo *Diário da Manhã*, do carnaval de 1953, indicando claramente os espaços de cisão de cada classe social. A classe baixa participava dos bailes no Clube Operário ou do carnaval de rua, já a elite se divertia no seletivo Clube Sociedade Recreativa. A cobertura do carnaval passava a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que não havia conflitos sociais, já que todos se divertiam obedecendo, logicamente, a regra tácita – cada um no seu lugar.



O príncipe e a rainha num bem enfeitado "Jeep" desfilaram garbosamente pelas ruas da cidade, arrancando demorados aplausos do povo. Os homens de cor atraíram para si todas as atenções, mostrando que no reinado de Momo ninguém lhes tira a corôa.



Figuras 19 e 20 e 21: Fotos do Carnaval em Ribeirão Preto, no ano de 1953
Fonte: Diário da Manhã, p.3, 24 fev., 1953

A festa mais popular da cidade era comemorada por todas as classes sociais. O jornal destacava o carnaval de rua e o carnaval nos clubes com a manchete: “Ribeirão Preto pegou fogo”.

A sociedade que se formou em Ribeirão Preto, ao longo do século XX, foi fruto de um processo acelerado de urbanização, decorrente de uma diversificação econômica que levou a indústria, o comércio e os serviços a exigirem e absorverem profissionais com as mais diversificadas qualificações. Por outro lado, houve um aumento expressivo da classe média, oriunda principalmente da expansão das profissões liberais e da burocracia estatal, gerada pelo aumento do funcionalismo público. Por fim, a própria elite também se diversificou. Existia uma elite formada por famílias tradicionais, descendentes da República do Café, que migraram seu capital para outras atividades econômicas. Outra parte desta elite era formada pelos “forasteiros imigrantes e migrantes” que souberam investir e enriquecer. Esta sociedade complexa e dinâmica estava retratada nos periódicos com suas reivindicações, publicidade, reclamações, cobertura social, festas, datas comemorativas.

Os jornais desempenharam um papel importante no cotidiano da cidade, ora informando, ora denunciando, em outros momentos dando voz à população. Também agindo como formador de opinião e educadores da sociedade, modelando modos de conceber o mundo e reforçando valores sociais.

O crescimento da cidade aconteceu de forma muito rápida, basta dizer que no final da década de 1950, Ribeirão Preto já contava com 140 mil habitantes. Apesar de haver um aumento das arrecadações, através de verbas estaduais e federais, e da arrecadação municipal, os investimentos não foram suficientes para resolver os problemas básicos da cidade. É importante ressaltar que alguns avanços aconteceram, e algumas melhorias chegaram aos bairros mais carentes, mesmo que de forma precária, como foi o caso das escolas primárias, assunto que apresentaremos, no próximo Capítulo.

2. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA

Em março de 1950, o *Diário da Manhã* publicou uma matéria que denunciava o grande número de famílias pobres, que não podiam cuidar dos filhos e acabavam por permitir que os mesmos vivessem pelas ruas “abandonados permanentemente matriculados na escola do vício”. Segundo o jornal, a falta de recursos financeiros da comunidade impossibilitava que houvesse um maior número de escolas e assistência social na cidade. A reportagem terminava com um alerta:

(...) a dolorosa perspectiva de criar, para o futuro, situação hoje ainda mais perigosa, uma vês que os meninos vadios de hoje poderão ser os ladrões, assassinos e salteadores de amanhã. (*Diário da Manhã*, p.1 31,mar., 1950)

A abordagem da imprensa local era sempre a mesma, ou seja, a preocupação com o patrimônio estava em primeiro lugar, ou acompanhada do medo da violência, dos assaltos e roubos e das perdas materiais. O tom de alerta também era uma constante, o fato de não se encarar o problema, naquele momento, iria trazer sérias conseqüências no futuro. Em 1957, o mesmo *Diário da Manhã* estampava, na primeira página, a manchete “Os menores abandonados de hoje serão os criminosos de amanhã”. Como já foi estudado no primeiro Capítulo, o desamparo da infância e da adolescência era uma temática muito presente nos periódicos, sobretudo no *Diário da Manhã* e *A Cidade*. O problema era conseqüência da urbanização crescente e do aumento populacional. Elezer Puglia, o autor da reportagem, cuja manchete foi citada acima, cobrava da sociedade em geral uma solução para o problema. Também, questionava indignado como Ribeirão Preto, com a estrutura que possuía, permitia que suas crianças permanecessem abandonadas:

É possível que uma cidade sede de Bispado, sede de Delegacia Regional de Ensino Secundário e outras entidades regionais; cidade que conta com onze grupos escolares, outro tanto de estabelecimentos de ensino (...) enfim uma cidade que mereceu a homenagem de se dizer, com referência a ela, que é preciso “riberãopretanizar” o Brasil (...) é possível que esta cidade suporte por mais tempo uma situação assim? Que vamos ensinar para nossos homens de amanhã, especialmente aqueles que não tiveram a sorte de nascer em berço de ouro? O índice cultural de uma cidade se mede também, pelo

carinho com que ela trata a infância, os desvalidos e a velhice. (Diário da Manhã, p.1, 10 mai., 1957)

Apesar da denúncia do problema social, o articulista do jornal não questionou, em instante algum, sobre o passado dessas crianças, não discutiu a desigualdade sócio-econômica, que com certeza fazia parte de suas histórias de vida. E o que mais impressiona: os poderes públicos nem eram citados como responsáveis pelo problema, ou por sua solução. A responsabilidade era da “comunidade”, ou seja, a sociedade civil. Outra constante era essa preocupação com o futuro das novas gerações. Nesse sentido, a escola, particularmente do ensino primário era, constantemente, assinalada como portador de uma missão salvacionista.



Figura 22: A foto tirada às 23:00 horas, no interior de um estabelecimento comercial, dois meninos dormiam, enquanto um outro chorava

Fonte: Diário da Manhã, p.1, 10 mai., 1957



Figura 23: Crianças jogadas na rua.

Fonte: A Cidade, p1, 20 jun., 1951.

Esta foto tirada em 1951 mostra que a existência do menor abandonado era um problema antigo na cidade.

Neste Capítulo, mostraremos como os periódicos abordavam a temática da infância, o papel do professor, a expansão do ensino primário em Ribeirão Preto, a inserção das classes populares na escola e a campanha de alfabetização de adultos.

A democratização do ensino primário levou a uma resignificação da educação e o desafio de se manter ou não um modelo tradicional e conservador de escola. A esse respeito, os periódicos se posicionaram, opinaram, debateram, discordaram, concordaram...

2.1. A escola redentora amparada pelo magistério missionário. As finalidades morais, cívicas, sociais e culturais do ensino primário

O ensino primário², desde a Proclamação da República, transformou-se num objetivo estratégico no projeto republicano. As discussões em torno de sua “missão” estavam presentes

² A Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 incorporou alguns princípios defendidos pelo Manifesto dos Pioneiros. Estes princípios estavam presentes, sobretudo nos artigos 39 e 41, que instituíram a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e a descentralização do ensino, previstos nos artigos 24 e 25. (Romaneli, 1980, p.161)

O Ensino Primário foi estruturado em duas categorias: ensino primário fundamental, destinado às crianças de 7 a 12 anos de idade, subdividido em primário elementar, de 4 anos e primário complementar de 1 ano. O ensino primário supletivo com duração de 2 anos que era destinado a educação de adolescentes e adultos que não freqüentaram a escola na idade adequada. No Estado de São Paulo a Consolidação das Leis do Ensino, aprovada pelo Decreto 17.698 de 26 de novembro de 1947, ao tratar da obrigatoriedade escolar, determinava que “são

nos periódicos. A escola deveria, além de ensinar a ler, escrever e algumas noções de cálculos, transmitir outros conhecimentos, tendo como pano de fundo um discurso patriótico. O futuro do país dependia da educação. Atrelado a esse discurso estava o professor, visto como o protagonista desse processo.

Em janeiro de 1951, o *Diário da Manhã* destacava: “que a função da escola primária deve ser educar, formar a personalidade da criança, mais que transmitir uma grande soma de conhecimentos”. Para o articulista, Paulo Mendes Campos (1952), também do *Diário da Manhã*, educar não era apenas ensinar a ler e escrever. Através do ensino seria possível organizar, mais tarde, uma sociedade harmoniosa e civilizada. A educação fundamental tinha por finalidade: melhorar as condições essenciais da vida, despertar a estima dos valores sociais, éticos e cívicos e, finalmente, desenvolver a consciência dos direitos e deveres. O verdadeiro mestre era aquele que compreendia a importância da educação, e que não esperava apenas preparar uma classe de indivíduos alfabetizados, mas de cidadãos úteis, livres e capazes. Em 1951, em um artigo no jornal *A Cidade*, Maria H. Oswald explicitava, claramente, qual era a missão das professoras do ensino primário:

As professoras, verdadeiramente professoras, são mães pelo cérebro, pela alma vigilante. São os professores de ensino primário os pioneiros na obra de civilização. Carecem de uma preparação moral superior. Ensinar não é mera função do cérebro que conhece e ministra o conhecimento, é, sobretudo obra de apostolado. Nunca o mundo careceu tanto de professores apóstolos. (*A Cidade*, p. 3, 1, mai., 1951)

O *Diário de Notícias* também ressaltava a importância da escola e dos professores. Seu colunista, José Lima (1949), argumentava que o problema educacional era de vital interesse moral para a nação. Os padres zelosos do bem das almas e da pureza dos costumes e cheios de elevado civismo postularam resoluções para os graves problemas do país, principalmente a educação do povo. Combatiam o curandeirismo e as superstições, numa guerra santa ao nefasto “neo-maltusianismo”. José Lima seguia fazendo um apelo aos professores e médicos, que se unissem aos padres, no combate aos problemas educacionais.

Não esqueçamos, entretanto, que Deus e o Brasil exigem de todos nós que saibamos cumprir os nossos deveres de brasileiros e cristãos, que saibamos honrar a maravilhosa pátria em que nascemos e glorificar por nossas ações o divino Creador. (*Diário de Notícias*, p.3, 3 jul., 1949, p.3)

Religião e nação estavam totalmente entrelaçados, o discurso nunca era puramente religioso, ele estava impregnado pela idéia de nação e pátria. Embora houvesse um ataque à escola laica, a Igreja católica se considerava parceira do Estado, defendendo a democracia, que naquele momento, era vista como o melhor remédio no combate ao socialismo. Associado a esses temas, sobressaía a defesa do ensino religioso.

Padre Rosseti (1951), por exemplo, defendia a necessidade de haver uma ou duas aulas semanais de religião. Para ele não deveria haver separação entre o ensino religioso e o ensino leigo.

As liberdades democráticas abriram portas para todos os cultos e a liberdade de consciência. Deixou-se à escola sua função específica de mestra e educadora da nossa juventude. Supõe, com efeito, a cisão do homem em sua constituição unitária de alma e corpo, espírito e matéria. Por outra parte, positivamente, com a instrução moral e religiosa, a Igreja auxiliará grandemente ao Estado, formando os seus súditos para serem ótimos cidadãos. Não se deve separar ensino religioso de ensino leigo. O homem para se formar tem tríplice desenvolvimento físico, intelectual e moral. Assim não poderá prescindir da educação moral e da instrução religiosa, base da moral. (ROSSETI, *Diário de Notícias*, p. 5, 13 mai., 1951)

Podemos aferir, mais importante que as disputas sobre o monopólio da educação era a preocupação em garantir uma educação, que propiciasse uma formação, sobretudo moral. Concluindo, podemos dizer que os três periódicos defendiam os princípios democráticos e acreditavam que a escola era a instituição privilegiada para a semeadura do patriotismo, dos valores morais e éticos. O *Diário de Notícias*, veículo da Igreja, evidentemente, radicalizava o discurso, ao defender o ensino religioso e os professores religiosos como mais eficazes, na formação das futuras gerações. Assim, sobre o ensino primário e seus professores era depositada uma expectativa imensa: a escola redentora, o professor sacerdote. Contudo, o processo de expansão e o ingresso das classes populares no universo educacional trouxeram novos problemas e desafios para a sociedade. “O que ensinar, como ensinar e para quem ensinar,” também esteve em debate, nas páginas da imprensa local.

2.2. A escola entre a inovação e a tradição

A problemática da alfabetização era temática recorrente nos periódicos. A educação fundamental deveria, primeiramente, garantir a alfabetização. Havia um intenso debate sobre metodologias. Os jornais apontavam a carência material, as condições precárias das instalações escolares e os turnos reduzidos de três horas, como os principais obstáculos para

uma efetiva aprendizagem. Eram freqüentes notícias e matérias sobre os Congressos que aconteciam em todo o país, em que eram debatidos os mais diversos temas sobre a educação. Conservadores, defensores da escola tradicional, expunham suas opiniões, mas também havia espaço para os escolanovistas, com suas idéias “modernas”.

Frequentemente, os periódicos de Ribeirão Preto reproduziam artigos ou comentavam as inovações na educação, ora aprovando, ora criticando. Um assunto que causou muita polêmica na época, inclusive como foi mencionado, no Capítulo anterior, apontava os gibis como um dos responsáveis pela “perdição” de crianças e adolescentes. Enéas Amaral (1952), colunista do *Diário da Manhã*, trouxe à baila um artigo em que Gilberto Freire recomendava aos educadores, que não combatessem de forma tão intransigente as histórias em quadrinhos. Deveriam aproveitá-las de forma educativa, divulgando, em quadrinhos, episódios da Independência, Abolição e outros fatos da história do Brasil. Na opinião de Freire, era natural que os garotos preferissem este tipo de leitura “simplesmente recreativa”. E esta preferência refletia a necessidade “mental” das crianças descansarem dos deveres escolares. Não era necessário acabar ou proibir os gibis, mas sim melhorar o seu conteúdo.

O importante não é substituir uma finalidade por outra, mas melhorar o nível das publicações, depurar e enriquecer o seu conteúdo. Os educadores, bem como os pais, nada podem fazer aqui, competindo-lhes apenas selecionar e fiscalizar as leituras de seus alunos e de seus filhos. Isto é obra para os editores, os diretores e especialmente os redatores de publicações infantis que tenham responsabilidade moral e interesse patriótico bastante para não corromperem a infância de sua terra com histórias infantis que não chegam muitas vezes a ser nem engraçadas.

(Diário da Manhã, p.5, 12 fev., 1951)

O que constatamos é que havia uma preocupação por tornar a atividade da leitura um ato prazeroso para as crianças, além de educativo. Os índices de analfabetismo eram alarmantes. Assunto polêmico: ao criticar as falhas do ensino primário, muitos artigos atribuíam ao gibi, a falta de interesse dos alunos pelos estudos, sendo inclusive um dos responsáveis pelo fracasso escolar. Esta visão mais moderna e as inovações propostas por Gilberto Freire, provavelmente teriam mais chance de serem implementadas nas escolas particulares do que na rede pública, onde o controle e a fiscalização eram mais presentes, segundo os periódicos.

As escolas públicas tinham que seguir os programas impostos pela Secretaria da Educação, além de sofrerem uma fiscalização rígida exercida pelos diretores e inspetores escolares, que elaboravam as avaliações e monitoravam o cotidiano da sala de aula. O

principal instrumento de fiscalização era o semanário. Em 1951, o Delegado de Ensino, Domingos Faro, em publicação no jornal *A Cidade*, explicava as deliberações sobre a caixa de rendimento instituída pela Delegacia, naquele ano:

Senhor Diretor e Auxiliar de Inspeção. O Delegado e Inspectores, em reunião coletiva, deliberaram tornar obrigatório, no corrente letivo, a caixa de rendimento instituído pela Delegacia, obedecendo normas:

- a) o Diretor visitará, diariamente, uma classe no ensino, e examinará qualquer das disciplinas do currículo escolar, pelo Semanário de lições;
- b) Determinará o registro de seis ou mais questões que julgue sabidas conscientemente acerca do ponto que for verificado;
- c) Dessa forma o Caixa de Rendimento nos grupos escolares, será preferencialmente o produto da colaboração do professor docente e do diretor do estabelecimento sem prejuízo dos registros que os professores pretendam, de per si, organizar;
- d) Nas escolas isoladas a caixa de rendimento continuará sob cuidados do Inspetor Escolar para visto, nas ocasiões de inspeção. (FARO. *A Cidade*, p. 3, 21 mai., 1951)

O inspetor escolar, Octacílio Alves de Almeida (1951)³, criticando o semanário, iniciou sua coluna com o comentário de uma professora:

Os planos de estudos por mais próximos que estejam da perfeição do ideal, representam sempre uma coação, um sistema de valores imposto ao educando. Na organização de um semanário os professores não dão importância à vontade da criança; copiam os pontos alinhavados no programa escolar e passam-lhe um pouco de açúcar, com algumas recreações didáticas, e vão à escola transmiti-los cotidianamente sem qualquer observação à criança. Seria preferível, continuava ainda a educadora, fosse o ensino puramente ocasional, assim daríamos à criança aquilo que ela realmente desejasse aprender. (*A Cidade*, p.3, 4 abr., 1951)

Em seguida, argumentou respondendo a professora:

A distinta colega naturalmente está imbuída do espírito da lei do mínimo esforço que propriamente do conhecimento do que seja aprendido à formação intelectual do Brasileiro. A aridez do semanário é árido. Todos seguem a exposição do plano de trabalho que os pedagogos do Brasil alinhavaram e que constitui a estrutura mestra do aprendizado à formação intelectual do brasileiro. A aridez dos semanários não vem da matéria registrada, mas sim da falta de aptidão vocacional da professora. É bem

³ Octacílio Alves de Almeida era professor e foi inspetor escolar lotado na delegacia regional de Ensino de Ribeirão Preto. Sua função era supervisionar os estabelecimentos de ensino. A partir de 1951, passa a assinar uma coluna diária sobre Educação no jornal “*A Cidade*”, discutindo os mais diversos assuntos envolvendo a temática da educação, principalmente, a educação pública. Foi vereador em Ribeirão Preto, no período de 1952 a 1955.

verdade que há exageros de algumas autoridades quanto à feitura dos semanários. (...) Querer estender entretanto um semanário a fim de condenar-mo-lo integralmente e, pior ainda, condenarmos o próprio programa de ensino, como comparsas de prejuízos ao ensino, parece-nos algo arrojado e sem nexos (...) A defeza também do ensino ocasional não se justifica. (...) Mas admitamos ainda que o ensino ocasional recebesse estímulo direto dos alunos, mas que tocasse ao professor cria-lo, quando em conversa com os discentes. Como poderia o professor arranjar de momento tantos assuntos importantes que arrancassem imediato entusiasmo das crianças? O ensino ocasional, através do tempo e do espaço, sempre contou com adeptos, mas arranjou também muitas críticas. RUDE, por exemplo, em seu livro “A Escola Nova e sua Didática”, enumera alguns: “O ensino ocasional cria obstáculos á união íntima dos estudos e á preparação de u’a matéria por meio das outras; não possibilita visão sintética do aprendido, por que não tem sistematização: deixa ao acaso muitos assuntos e, por causa disso, prescinde muita vez de matérias importantes; é dispersiva e prejudicial a aprendizagem; e, finalmente, o ensino ocasional dificulta muito a inspecção da promoção dos alunos”. (A Cidade, p.3, 4 abr., 1951)

Embora houvesse um programa a ser cumprido pelo ensino primário, a própria professora questionava a importância desses conteúdos, e provavelmente influenciada pelos princípios da Escola Nova, acreditava que o ensino seria mais efetivo se fosse baseado nas necessidades e experiências dos alunos. Por outro lado, Almeida, sendo inspetor escolar, defendia o ensino oficial e seus conteúdos, atribuindo a resistência da professora em cumprir o programa, como fruto da preguiça. Ele defendia o semanário como um instrumento de regulamentação dos conteúdos a serem ministrados, em sala de aula, evitando as armadilhas do “ensino ocasional”.

As tentativas de homogeneizar o processo educativo apareciam também nas páginas da imprensa. Oficialmente, os programas eram modificados, novas fórmulas eram experimentadas (numa ponta as decisões políticas e na outra o cotidiano escolar). O próprio inspetor escolar, Octacílio Alves de Almeida, em um de seus artigos, chegou a criticar o excesso de mudanças na educação, sugerindo um prazo de dez anos para que novas modificações fossem feitas, havendo assim, tempo para se avaliar os resultados. Em 1950, na sua coluna diária, o redator denominado Escolar⁴, no *Diário da Manhã*, cobrava do poder público clareza em suas decisões. Em janeiro de 1950, a Secretaria da Educação autorizou um novo programa para o ensino primário.

⁴ Nos anos de 1949 e 1950 o *Diário da Manhã* manteve uma coluna chamada Ensino assinada pelo colunista “Escolar”. Não foi possível descobrir se este era o nome verdadeiro, sobrenome ou um pseudônimo adotado pelo colunista. Sabemos que além de jornalista, ele exercia a função de diretor de escola. A sua coluna tratava sobre temas variados relacionados à educação, principalmente, a educação pública. Após a coluna vinham os informes da Delegacia de Ensino, assim como ocorria no jornal *A Cidade*, este espaço era destinado para a publicação de leis, nomeações, licenças, remoções, etc.

Professores mais arrojadados seguem por conta e risco o programa novo. (...) Por outro lado, às vezes a mesma Delegacia de Ensino publica dois comentários, um esboçando a evolução, outro negando-a. É preciso que o Departamento de Educação se manifeste. Desenho, ginástica, canto, trabalhos manuais, etc, continuam como disciplinas separadas, em horários fixos ou passam a ser ensinadas em qualquer aula, inseridas de forma global no currículo? (Diário da Manhã, p.2, 3 mai., 1950)

É interessante a fala do colunista Escolar, quando se refere aos “professores mais arrojadados”, demonstrando haver na rede pública, profissionais conservadores e modernos e a resistência ou adesão a nova realidade educacional, que imprimia uma identidade particular ao cotidiano escolar. Talvez, por isso, a fiscalização e a burocracia estivessem tão presentes como instrumentos de controle do ensino público.

Em relação às escolas particulares, tudo leva a acreditar que a fiscalização, quando existia, era branda em comparação ao ensino público, havendo, portanto, mais liberdade e flexibilidade.

Em Ribeirão Preto, as escolas confessionais, principalmente as católicas, tiveram um papel importantíssimo na história da educação na cidade. Criadas, nas primeiras décadas do século XX, foram responsáveis pela formação de milhares de crianças e jovens, principalmente mulheres. Esses estabelecimentos funcionavam em regime de internato e externato e atraíam estudantes das famílias mais abastadas da cidade e de toda região, inclusive do Estado de Minas Gerais. As maiores expressões do ensino confessional no município foram: o Instituto Santa Úrsula, fundado em 1912, (registrou seu curso primário em 1918), a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora criada em 1918, o Instituto Metodista, que em 1931 passou a funcionar em prédio próprio, oferecendo o ensino primário e, finalmente, o Colégio Marista, fundado em 1938, oferecendo o ensino primário, ginásial e curso Normal. (Cione, 1997)

A postura conservadora dos católicos, registrada na imprensa, se traduzia nas divergências sobre o significado do ser humano e de sua inserção no mundo. A ênfase na família e no dever dos pais com relação aos filhos procurava fazer da família o núcleo da sociedade e não o Estado. Para os católicos, ao colocar o Estado como responsável direto pela educação escolar, os escolanovistas relegaram a família ao patamar de simples instância de cooperação na educação das crianças. As bases filosóficas da Escola Nova, segundo os católicos, era o materialismo biológico e o socialismo evolucionista, atribuindo ao Estado o direito de moldar a inteligência e o caráter do cidadão. Os fins educacionais colocavam, em segundo plano, os ideais cristãos ao propagarem o respeito às necessidades sociais, mundanas,

momentâneas e materialistas. Para a Igreja Católica, o ensino religioso, que vinha motivando muita polêmica, era essencial para uma verdadeira formação cristã.

No *Diário de Notícias*, Ribeiro (1951) denunciava escolas que se diziam estabelecimentos de caráter religioso, mas nos seus estatutos declaravam não ensinar religião. O mais triste, na opinião do autor, era constatar que famílias católicas estavam matriculando seus filhos nessas instituições. E alertava: “lembrem-se estes católicos, que preferem uma instrução mais barata ou mais “moderna” ministrada nesses ginásios neutros, que estão cavando a ruína da sua própria família e de sua pátria”. Mas nem tudo estava perdido,”é consolador ver que no Brasil se ensina a religião em muitas escolas e ginásios, apesar da falta de sacerdotes. Não falta professores, apóstolos que sabem repartir com seus alunos o pão espiritual (...)” (Diário de Notícias, p.4, 05 mai., 1951). Mas, infelizmente havia também os professores “materialistas”, que eram considerados péssima influência para as futuras gerações, como afirmou Nunes:

Em primeiro lugar o objeto do ensino, que é a verdade, e não as fantasmarias do professor. Em segundo, a autoridade deste ultimo junto a seus ouvintes, que podem ser facilmente induzidos ou arrastados ao erro, aos falsos conceitos da vida e uma opinião inteiramente falsa a respeito das pessoas e das coisas que as rodeiam, porquanto é raro que o discípulo possa julgar por si mesmo da verdade do ensino do mestre.” (Diário de Notícias, p.5., 12 mai., 1951)

Pela imprensa, percebe-se que a autonomia das escolas particulares, através de seus estatutos e o cotidiano da sala de aula, permeado pela relação professor/aluno, possibilitaram uma infinidade de situações (professores ateus e sacerdotes, escolas confessionais que não ensinavam religião, escolas leigas, que ensinavam religião).

Conforme afirma Saviani (2008), algumas escolas católicas inclusive, foram responsáveis por grandes inovações educacionais na metodologia e conteúdos, colocando em prática, as idéias propagadas pelos escolanovistas. Foram celeiros de verdadeiras inovações pedagógicas, precursoras, introduziram, por exemplo, Frenet e Montessori na educação brasileira.

O jornal *Diário de Notícias* foi um dos veículos utilizados pelas escolas confessionais de Ribeirão Preto, para propaganda dos serviços educacionais oferecidos. Eram comuns anúncios de página inteira, em que, além da propaganda dos cursos oferecidos, eram noticiadas as práticas pedagógicas, festas, formaturas, desfiles. Constantemente eram divulgados encontros, palestras e cursos promovidos pelas escolas, com a presença de educadores, de várias partes do país.



Figura 24: Publicidade de página inteira
Diário de Notícias, p.3, 24 jun., 1950.

Embora houvesse um movimento de renovação, dentro da própria Igreja e que se refletia na educação, os conservadores estavam em alerta e resistiam. Padre Adalberto Nunes, colunista do *Diário de Notícias*, em julho de 1949, procurava separar o joio do trigo. Nunes afirmava que os católicos progressistas formavam uma comunidade à parte, dentro da igreja. Politicamente e doutrinariamente não assumiam uma posição clara, e estavam sempre mudando de acordo com a época. Diante do marxismo afirmava o padre: “desejam eles que o cristianismo autêntico e o comunismo ateu se abracem, Cristo e Stalin se compreendam e a doutrina social cristã faça aliança com a doutrina social marxista” (Diário de Notícias, p.5, 20

jul., 1949). Segundo Nunes, a posição era insustentável e condenada no evangelho, quando Jesus afirmava que era impossível servir a dois senhores.

Como podemos constatar, as mudanças também eram bem vindas no ensino privado, porém, nas escolas religiosas a modernização estava subjugada à doutrina e aos dogmas católicos. Os três jornais defendiam as mudanças, aplaudiam as renovações pedagógicas, mas faziam suas ressalvas, revelando a face conservadora dos periódicos. Enquanto nos jornais *A Cidade* e *Diário da Manhã* o aparato estatal e burocrático era o principal mecanismo de controle, para o *Diário de Notícias*, os dogmas serviam a este fim.

Por trás de todas as inovações, debates, congressos, pesquisas, havia um objetivo comum, tornar a educação mais eficiente e de melhor qualidade. No ensino básico, isso significava acabar com o analfabetismo. No final da década de 50, do século XX, o governo federal lançou um plano, noticiado na imprensa local, que buscava renovar as práticas pedagógicas, utilizando o cinema e o rádio:

A campanha lançará um plano que incluirá 10 municípios de diferentes regiões. As medidas são: agrupar crianças em classes de 30; empregar vários métodos didáticos; reelaborar o currículo e atualizar as técnicas de ensino; complementação do ensino primário através das escolas pré-vocacionais, tendo como objetivo o mercado de trabalho; ensino supletivo para os adultos; complementação das atividades didáticas e recreativas utilizando principalmente o cinema e o rádio. (*A Cidade*, p.3, 4 mar., 1959)

A preocupação com os novos métodos de ensino era percebida também, mediante a grande quantidade de Congressos que aconteciam em todo o país. Em 1949, o *Diário da Manhã* comentava sobre um Congresso realizado na Bahia, cujo programa compreendia a discussão sobre metodologia nas disciplinas do Ensino Primário e Secundário. Também faziam parte do debate, as políticas e projeto para a educação: o papel da escola particular na formação histórica da nacionalidade brasileira; a situação e influência da escola particular no quadro educacional brasileiro; o código de ética profissional dos educadores, e finalmente, a discussão sobre uma “solução orgânica” para os problemas econômicos do ensino.

A preocupação com a formação do magistério, também foi uma temática constante. O professor Rovai (1951) ao comentar sobre os Congressos de Normalistas, que aconteciam anualmente, ressaltou a importância da participação do magistério em tais eventos e a necessidade de se documentar os resultados:

(...) sejam publicados anais, em que predominam trabalhos de professores e alunos congressistas, e não apenas algumas indicações deste ou aquele mentor do certame, a fim de que os debates possam ser amplos, livres, sem o constrangimento de uma idéia preconcebida, como me parece existir na mente dos que até hoje têm controlado essas, repito louváveis iniciativas; que vasta e variada bibliografia seja antecipadamente indicada aos congressistas. (A Cidade, p.3, 8 mai.,1951)

Na visão da imprensa, os Congressos, eram importantes, pois além de debaterem os problemas, também sinalizavam soluções. Em 1950, o colunista Escolar, ao comentar sobre o 3º Congresso de Ensino Rural, que tinha ocorrido na cidade de Casa Branca, interior do Estado de São Paulo, destacou a importância de formar os professores, de acordo com a realidade educacional do país. Era preciso integrar teoria e prática:

Não poderemos continuar no atual desequilíbrio entre a teoria e a prática, isto é, pregando histórias lindas sobre ambiente escolar às normalistas e apresentando às professoras neófitas, na zona rural, justamente o oposto do que lhe foi ensinado nos bancos escolares. A solução apresentada no congresso é que o Estado por doação ou compra consiga um terreno, mesmo fora do perímetro urbano, para os trabalhos experimentais dos alunos normalistas. (...) O professor será o elemento de ligação entre o Estado e o homem da roça; em sua escolinha poremos o médico, o dentista, a ambulância, o enfermeiro e o agrônomo. (Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.2, 24 jun., 1950)

Aliás, educação rural foi uma temática que, constantemente, era debatida nos três jornais. Em meados do século XX, o Brasil ainda era um país agrário, em que a maior parte da população vivia na zona rural. O ensino primário tinha uma missão civilizadora e a escola era vista como o meio mais eficaz para se efetivar esta transformação. Por meio da educação, seria possível transformar a população rural rústica em cidadãos, que através do voto, seriam inseridos neste novo Brasil, que segundo o discurso ufanista e otimista dos jornais, era o país do futuro, da modernidade e do desenvolvimento. Como veremos mais adiante, apesar das dificuldades que as escolas isoladas enfrentavam, elas serviram como pólo de concentração de campanhas que visavam transformar o “homem da roça”. Além de alfabetizar, era preciso ensinar novas técnicas agrícolas, noções de higiene, tratamento dentário, combate à esquistossomose e outras doenças. Se na cidade, a escola primária enfrentava muitos desafios, no campo os obstáculos eram infinitamente maiores, mas a missão era a mesma, formar e preparar as novas gerações para os desafios de um país democrático, que se industrializava, se modernizava, se urbanizava e ambicionava se unir aos países desenvolvidos do primeiro mundo.

Além dos debates educacionais, os interesses políticos e econômicos integravam os Congressos. Encontramos um bom exemplo no substitutivo ao projeto da LDBE, apresentado em 1958, pelo deputado Carlos Lacerda, que defendia os interesses das escolas particulares, já que seu conteúdo incorporava as conclusões do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em janeiro de 1948. (Saviani, 2000)

Tanto a iniciativa privada, quanto os poderes públicos organizaram e promoveram esses encontros em todo país, com objetivo de demarcar, fortalecer e divulgar as políticas educacionais e práticas pedagógicas. No Estado de São Paulo, eram comuns Congressos reunindo professores e principalmente, diretores e inspetores escolar. A população acompanhava os desdobramentos, através da imprensa.

Em setembro de 1956, o I Congresso Estadual de Educação, sediado em Ribeirão Preto, teve repercussão nacional. O *Diário da Manhã*, em julho de 1956, anunciava na primeira página, a instalação do Congresso, como um dos eventos, que fazia parte dos festejos de comemoração do Centenário da cidade, com a presença de 35 Delegacias de Ensino e mais de cinquenta escolas normais. Com a abertura realizada, no dia 18 de setembro, mais de 400 teses foram apresentadas. Tiveram destaque os temas: escola primária; escola primária e a comunidade; reforma das escolas normais e metodologias para o ensino da língua portuguesa. No dia 23, o *Diário da Manhã* anunciava o encerramento do Congresso, “após oportunas e interessantes resoluções”:

Diversos temas foram ventilados, como: categorias dos grupos escolares, reforma do Ensino Secundário; e, a hora em que encerrávamos o nosso expediente, estava em debate a tese da contagem de pontos para os professores de Ensino Religioso e sua remuneração. Este ultimo ponto dividiu o plenário, mantendo-se acesa a discussão, em torno da matéria. (*Diário da Manhã*, p.10, 23 set., 1956)

Conforme afirma Guiraldelli (2000), os desdobramentos do Congresso chegaram à capital federal. Dois acontecimentos deflagraram toda a polêmica que se seguiu. O discurso de abertura do Congresso, proferido por Anísio Teixeira, em defesa da escola pública, e a reação dos representantes católicos, que ao se sentirem preteridos pelo presidente da mesa, Almeida Junior, que se recusou a colocar na pauta de discussões a obrigatoriedade do ensino religioso, em todas as escolas, se retiraram do I Congresso Estadual de Educação.

Guiraldelli (2000) esclarece que, a partir do final de 1956, os defensores do ensino privado, sob a liderança da Igreja Católica, mostraram-se decididos a fazer valer

hegemonicamente seus interesses, no texto da futura LDBE. O marco desse movimento foi o discurso pronunciado pelo padre deputado Fonseca da Silva, na sessão da Câmara dos Deputados de 5 de novembro de 1956, atacando a orientação filosófica do INEP, dirigido na época por Anísio Teixeira, e o I Congresso Estadual de Educação, realizado em Ribeirão Preto. Essas críticas foram reiteradas pelo deputado, nas sessões de 27 de novembro, 8 e 14 de dezembro, quando acusou Anísio Teixeira de comunista, seguidor do pragmatismo de John Dewey. O debate sobre escola pública e privada mobilizou o Congresso Nacional, até a promulgação da LDBE, em dezembro de 1961.

Como podemos constatar, havia nos periódicos uma grande diversidade de “vozes”, demonstrando o quanto o discurso pedagógico era heterogêneo. Nos três jornais, constatamos a defesa do novo, através da divulgação dos congressos, de novas técnicas e metodologias experimentais, embora as práticas conservadoras resistissem bravamente.

2.3. Professor: o depauperado salvador da pátria

Foi uma surpresa constatar um número bastante expressivo de reportagens, notícias, artigos e colunas sobre o magistério nos três jornais pesquisados. A análise dos periódicos evidencia uma unanimidade nos discursos, isto é, a concepção de que o professor era considerado o profissional mais importante na sociedade. Ele era visto como um sacerdote, um missionário, “o salvador da pátria”, responsável por preparar as novas gerações, passando conhecimento, conteúdos e também valores morais e patrióticos. No entanto, o “status” do professor, segundo os jornais, não condizia com a remuneração injusta e as precárias condições de trabalho, que estes profissionais estavam sujeitos. O maior problema era a baixa remuneração, seja no setor público ou privado. Em 1951, no jornal *A Cidade*, o articulista Divo Marino comentava sobre a situação dos professores.

(...) Talvez a decadência moral, política e da cultura do presente tenha explicação no desprezo suicida com que o Estado, nos últimos descêndios, vem encarando o problema do Ensino.(...) Em 1913, um professor secundário percebia, anualmente, 6 mil cruzeiros. O juiz e o delegado policial recebiam o mesmo salário. Em 1925, o mestre passou a ganhar 12 mil cruzeiros anuais e o juiz, 10 mil, o promotor, 6 mil e o delegado policial 5 mil e quatrocentos cruzeiros por ano. No ano de 1951, passado um quarto do século, o professor secundário percebe apenas 3 mil e 600 cruzeiros mensais apesar de sua formação universitária e dos concursos públicos, que são soberbas manifestações de cultura. O professor, parodiando Vargas “no curto espaço” de 25 anos, transformou-se em expressão monetária, num

“Joãoninguém” a viver de migalhas. Seria qual a conclusão lógica do fenômeno? A sociedade, ou melhor, o governo não vê mais no professor uma função primordial para ser bem gratificada – é a natural resposta. Há na vida o sonho, que para o mestre é ideal de bem ensinar, do trabalho extra-muros de fermentador da cultura, de liderança social, da formação do carácter e do acervo cultural das novas gerações. Mas existe, também o terra-terra, há o Feijão. A conta do leiteiro, a conta do padeiro, o aluguel da casa, a farmácia, a educação dos filhos, a loja, o açougue, o lado duro da vida cotidiana e a rapinagem voraz dos “al-capones” dos mais variados comércios. (...) Neste momento as entidades classistas do professorado do Estado de São Paulo debatem sobre os vencimentos e questionam o poder público, exigindo aumento de salário para todos os segmentos da educação. (A Cidade, p.2, 21 abr., 1951)

As formas de luta se diferenciaram e diversificaram. Impedidos de se sindicalizar ou fazer greve, os professores da rede pública dependiam da ação e iniciativa dos poderes executivo e legislativo. Portanto, estavam à mercê de um sistema moroso e burocrático, impregnado por interesses políticos e impedimentos orçamentários.

Os professores da rede particular, através dos sindicatos e das greves, pressionaram governo e empregadores. As lutas, conquistas e derrotas estiveram sobretudo nas mãos dos professores do ensino secundário. Muitos artigos acusavam os professores de “categoria desunida” e portanto, responsáveis pela precária condição de trabalho. Mas como seria possível unir a categoria em um país com dimensão continental e uma classe profissional que não possuía uma formação homogênea? Exerciam o magistério profissionais das mais diversas áreas, com diversificado regime trabalhista. Os jornais desempenharam um papel importante ao noticiarem e informarem sobre os desdobramentos da luta do magistério local, regional e nacional. Em 1959, por exemplo, o jornal *A Cidade*, trazia notícias sobre a greve dos professores secundaristas:

Professores de ensino médio das escolas particulares entram em greve por melhores salários. A greve começou no Rio de Janeiro, foi para São Paulo capital e agora se espalha por todo o país. Os professores da cidade também se mobilizam. A nossa reportagem constatou que ontem não funcionaram o Colégio Duque de Caxias, Colégio Santa Úrsula, Escola normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio Metodista”. A instituição Moura Lacerda, ontem a noite estava guardada pela polícia. Os professores farão novas assembléias, a nossa reportagem irá acompanhar este movimento que deve ser justo em face da carístia e da má remuneração. (A Cidade, p.5, 17 mar., 1959)

Sobre os professores do ensino primário, a maior parte das publicações giravam em torno das políticas públicas: plano de carreira, concursos públicos, formação e salários. No encerramento do I Congresso de Educação, já mencionado acima, cerca de 70 professores

apresentaram uma moção em que reivindicavam melhores salários. O presidente da mesa, o professor Almeida Junior, negou a proposição, alegando que tal assunto não estava previsto no regimento, já que o Congresso era sobre problemas pedagógicos. Este posicionamento demonstra como a questão salarial era vista como uma discussão à parte não ligada diretamente com os problemas pedagógicos. Nos jornais analisados, encontramos muitas notícias que denunciavam o baixo salário dos professores. Em relação ao ensino público, os articulistas cobravam das autoridades uma política salarial, regulamentação da carreira, através de concurso público e um plano de carreira. Em relação ao ensino privado, era comum as denúncias de exploração, em que os proprietários das escolas enriqueciam às custas da exploração do trabalho docente, nesses casos, também era cobrada a intervenção estatal. A defesa do magistério foi ambígua, nos periódicos de Ribeirão Preto.

A discussão em torno da regulamentação da aposentadoria do professor, no Estado de São Paulo, mostrava as dificuldades enfrentadas pela categoria para adquirir seus direitos legais. Em 1948, estava em discussão o projeto de lei nº 33, do Deputado Henrique Richeti, que previa a concessão, com 25 anos de exercício, da aposentadoria aos professores primários. No editorial, o *Diário da Manhã* ressaltava a importância do professor em sua missão de incutir nas gerações futuras, o espírito de patriotismo e o sentimento cívico. Depois de enaltecer o professor, se colocava contra o projeto de aposentadoria, que levaria os mesmos à ociosidade. Nem o Estado ou a sociedade poderiam arcar com despesas tão grandes e desnecessárias.

O professor costuma iniciar a carreira com vinte anos, depois de um curso, que em muitos casos, a indústria do ensino tornou facilimo, depois de 25 anos descontando as férias, feriados e etc, o professor teria trabalhado dezesseis anos e oito meses. Muito pouco! Os funcionários públicos, os bancários, que precisam trabalhar o dobro do tempo para conseguir uma aposentadoria. Porque os professores com 45 anos deveria se aposentar, privando a sociedade de seus conhecimentos e patriotismo? (*Diário da Manhã*, p.1, 16 jan.,1948)

Almeida (1951) comentava sobre o plano do quadro de vencimentos do magistério e as dificuldades para se formalizar um projeto, que agradasse a todos:

Qualquer movimento de equidade a majoração dos vencimentos do professorado provocaria gritaria de outras classes de funcionários. Os Educadores Sanitários, se julgam no direito de serem incluídos no plano em elaboração na Secretaria da Educação. Alegam que são professores normalistas, que após o exercício do magistério se aperfeiçoa na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, e que na nova profissão estão sempre em contato com o ensino. A verdade, entretanto, é

uma só: d'oravante começarão os reclamos, por que o magistério é sempre observado em seus movimentos, embora seja a classe de funcionários que menos se movimenta e que pouco, ou quase nada, obtem. (...) Se fosse para acrescentar alguém aos quadros do magistério deveria se pensar em incluir serventes e porteiros dos estabelecimentos de ensino, classe abandonada pelo Estado. (A Cidade, p.3, 11 mai., 1951)

Dependentes da ação e aprovação do governador e deputados estaduais, os professores tinham que aguardar a tramitação dos projetos de lei, até sua promulgação. Em 1951, no governo de Lucas Nogueira Garcez foi aprovada uma tabela de vencimento para os profissionais da educação (Lei nº1.020/51), comemorada como uma vitória, já que atendia a todos os funcionários da educação (professor, diretor, inspetor escolar e delegado de ensino). Além da desvalorização salarial, eram constantes os atrasos no pagamento ou suspensão de benefícios. Em 1955, por exemplo, o *Diário da Manhã* publicou declaração do governador Jânio Quadros, que informava sobre o atraso dos vencimentos e dizia que “apesar de achar oportuna a solicitação, não assinarei o abono do professorado”. O jornal lamentava o tratamento dado aos professores. Professores de outros Estados viviam situação semelhante:

Pela primeira vez na história do magistério, professores se agitam em preparação de uma greve. O que podem fazer os professores se o governo não concede aumento, os donos de estabelecimentos particulares, que faturam quantias que beiram milhões de cruzeiros, também não. Sobra a greve. É preciso cumprir a lei que fala de salários condignos. Pela primeira vez os professores entrarão em greve e achamos que dará certo. É preciso que o movimento se estenda a todo o país. (A Cidade, p.1, 26, jun., 1951)

Os educadores sul-riograndense percebem, atualmente cinco mil e quinhentos cruzeiros e aumentos trimestrais de 500 cruzeiros, reclamam a sua elevação para catorze mil cruzeiros. O governador Leonel Brizola; declarou no entanto, que somente no próximo ano será possível a majoração de vencimentos, tendo em vista as dificuldades financeiras com que está lutando o governo gaúcho. (A Cidade, p.1, 7 abr., 1959)

Podemos concluir, que havia um grande descompasso entre a expectativa depositada no professor e sua efetiva valorização, sobretudo, financeira. Apesar da dificuldade em se unificar a classe, os sindicatos foram criados, e os movimentos de luta se intensificaram, principalmente as greves. Os jornais foram veículos de informação, que refletiram na identidade do magistério. Como formadores de opinião, em alguns momentos, estiveram contra os professores, mas na maioria das vezes, apoiaram suas lutas e celebraram suas conquistas.

2.4. As mazelas da escola pública: expansão, precariedade, seletividade e indisciplina

Eram publicados, nos periódicos, informações sobre projetos de lei em trâmite no legislativo, decretos lançados pelo executivo, convocações, publicações de normas e leis baixadas pelos estados e federação. Os jornais *A Cidade* e o *Diário da Manhã* mantinham diariamente, um espaço para as publicações da Delegacia de Ensino. Através das colunas diárias, editoriais e artigos, normalmente assinados por professores, inspetores, burocratas e políticos, a imprensa exercia o jornalismo opinativo e polêmico.

Com a expansão do Ensino Primário no Estado de São Paulo, o governo se aparelhou e se burocratizou, por meio de uma complexa legislação para a regulamentação do cotidiano escolar. Os jornais criticavam, ora aplaudindo, ora repudiando as políticas públicas. Em 1951, o *Diário da Manhã* informava que a Secretaria da Educação tinha um projeto que visava ampliar o curso primário de quatro para cinco anos. O objetivo era que os alunos tivessem conhecimentos mais amplos para o exame de admissão⁵, além da aquisição de novos conhecimentos. Segundo o artigo, a idéia vinha tendo boa aceitação pelos professores. A maior permanência dos alunos nas escolas, compensaria em parte, o regime de classes tresp dobradas, adotado em consequência da superlotação dos grupos escolares, que funcionavam, segundo o artigo, de forma precária. Não bastava informar, era preciso também, denunciar:

Mas cremos a escola primária atualmente ressentida-se da falta de um ambiente socializante da criança. (...) Nas escolas atuais não há períodos para recreação, para leitura na Biblioteca, que passou a ser uma sala ornamental; não há tempo para se promover pequenas reuniões, exibição de filmes e para outros recursos que a educação moderna aconselha. (*Diário da Manhã*, p.3, 12 jan., 1951)

Difícil para o ensino primário cumprir sua missão, em uma Escola que funcionava de forma tão precária, com um período escolar de três horas, às vezes, de apenas duas horas. O artigo continuava criticando a Secretaria da Educação, denunciando que na maioria dos grupos não havia sequer recreio, portanto, seria mais urgente resolver este problema, pelo menos nos primeiros e segundos anos, porque a função da escola primária “deve ser educar, formar a personalidade da criança, mais que transmitir uma grande soma de conhecimentos”.

⁵ Exame realizado para o ingresso no ensino médio.

Almeida (1951) em sua coluna diária, também denunciava o funcionamento precário das escolas e alertava sobre a necessidade de novas Delegacias de Ensino, no interior:

Estamos trabalhando com os mesmos recursos de 10 anos atrás. A administração do ensino primário clama por medidas novas e profundas. (...) Paralelamente à esta medida do aumento do quadro administrativo, quês e faz urgente, a providência de melhores verbas à inspeção ou de outras maneiras que favoreçam a locomoção das autoridades, serão também imprescindíveis. (...) Por outro lado, estamos presenciando aos desastrosos desequilíbrios entre a criação e a impossibilidade material escolar durante dois, três e até mais anos a uma escola, sem que o mesmo apareça. Nesse interregno, a escola funciona montada em caixões, em prateleiras ou em poleiros, como já vimos criancinhas penduradas em balcões, na semelhança de franguinhos empoleirados. (A Cidade, p.3, 19 mai., 1951)

Como afirma Sposito (2002), o aumento crescente de matrículas no ensino primário, a partir de 1940, demonstrava que havia pressão por escolas. Como resposta, o Estado criou ou instalou mais escolas, porém, muitas vezes em condições extremamente precárias. Daí a importâncias das denúncias feitas pela imprensa diária. Cada unidade escolar vivia uma situação específica. Muitas vezes a criação era feita, através de publicação no Diário Oficial, mas não chegava a ser instalada. Outras vezes, como no caso das classes e escolas de emergência, elas eram instaladas, colocadas em funcionamento, sem terem sido sequer criadas por ato oficial.

O fato de existir um número expressivo de escolas primárias, em uma cidade, não significava qualidade de ensino ou atendimentos das reais necessidades da população. Um bom exemplo encontramos na história do quinto Grupo Escolar “Cônego Barros”, de Ribeirão Preto. Criado em 1932, o grupo funcionou em prédios provisórios, até 1954. Inicialmente contou com 4 salas, depois passou a ter 5 salas, posteriormente 6, funcionando em três períodos. Suas instalações eram precárias e freqüentavam a escola crianças carentes da periferia. O prédio que iria abrigar definitivamente o “Cônego Barros” começou a ser erguido, a partir de 1952, quando o Prefeito Coronel Alfredo Condeixa, solicitou junto ao Governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, a realização das obras. A concorrência pública para a construção do prédio de dois andares foi vencida por uma firma de São Paulo.

Somente em 1954, com a presença do governador Lucas Nogueira Garcez, o prédio finalmente foi inaugurado. O grupo passou a funcionar em 3 períodos, e além das 15 classes que já existiam, foram anexadas mais 9 salas. Vinte dois anos se passaram entre a criação e a instalação definitiva. A burocracia e o jogo de interesses políticos foram os principais responsáveis pela morosidade. Nesse caso, talvez tenha valido a pena a espera, já que o prédio

se tornou referência importante na arquitetura e na história da cidade. Na comemoração do Centenário de Ribeirão Preto, em 1956, a cidade recebeu a visita do Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Os alunos do quinto Grupo Escolar “Cônego Barros” desfilaram com sua fanfarra formada por 36 instrumentos. Na ocasião, a estação de rádio PRA7, instalou-se no prédio para transmitir as comemorações do Centenário. (CIONE, 1997)



Figura 25: O governador Lucas Nogueira Garcez em visita à cidade de Ribeirão Preto

Fonte: A Cidade, p.1, 25 abr., 1954

Durante sua visita, o governador inaugurou o prédio do 5º Grupo Escolar Cônego Barros.

João Emboaba (1951) noticiou, em sua coluna no jornal *A Cidade*, que há mais de 20 anos o Governo Estadual tinha prometido construir mais um grupo escolar no bairro Vila Virginia. O Estado alegava que estava esperando que a Câmara Municipal fizesse a doação do terreno. O governo federal também exigia doações. Para Emboaba, essa prática dos governos exigirem doações de terrenos para a construção de edifícios públicos tinha que acabar.

Não é admissível que esses governos para construírem um prédio público que custe meio milhão de cruzeiros digamos, não possam despendar mais uns setenta ou cem mil cruzeiros para a aquisição dos terrenos necessários. Nessa época em que as assembléias federal e estadual possuem tantos

defensores do municipalismo nada mais justo que se acabasse com a exigência das doações.(A Cidade, p.8, 12 jun., 1951)

Em 1952 o *Diário da Manhã* noticiava que:

A prefeitura recebeu telegrama do Secretario da Viação do Estado informando sobre as reformas nas escolas do município. Está prevista a ampliação do prédio do Grupo Escolar Guimarães Junior; reforma da escola rural de Dumont; construção de muro ao redor do pátio da Escola Normal Oficial e a construção do Grupo Escolar da Vila Virginia. (Diário da Manhã, p.6, 6 fev., 1952)

Apesar de haver uma forte tendência à descentralização, temática recorrente inclusive nos debates no Congresso Nacional, referente ao projeto da LDBE, as verbas se concentravam nas mãos dos governos federal e estadual, deixando os municípios à mercê de suas decisões. Sem uma articulação entre os poderes, muitas escolas foram instaladas sem a existência de um plano para expansão. Em 1951, *A Cidade* publicou uma reportagem, informando sobre os investimentos do governo federal na construção de escolas. Não faltaram críticas ao Ministro da Educação, Clemente Mariani.

A obrigatoriedade do Ensino Primário imposta na Constituição de 1946 é expressão inoperante. (...) O Ministro distribuiu verbas especiais para a construção de 2.760 prédios escolares, em 1.245 municípios do Território Nacional, no ano de 1947, e a construção de 1.300 escolas rurais, destinadas ao ensino primário fundamental no ano de 1948. Adianta construir escolas se não há professores normalistas para preenche-las? (...) Maranhão cuja a capital tem a alcunha de “Atenas Brasileira”, no ano de 1947, apenas 9 professores foram diplomados pela única escola normal ali existente. O Distrito Federal com mais de 2 milhões de habitantes, tem uma escola normal. (A Cidade, p.1, 14 mar., 1951)

O jornal questionava que não adiantava construir escolas se não havia professores normalistas para assumir as classes. Os investimentos em educação não poderiam se restringir à construção de prédios, havia outras prioridades. Particularmente, no Estado de São Paulo, as pressões populares, muitas vezes, mediadas pelos candidatos a cargos políticos, traduzindo freqüentemente interesses eleitoreiros, fizeram com que a expansão acontecesse, ainda que de forma improvisada – espaço e tempo, instalações em barracões, abertura de classes provisórias e turnos subdivididos. Embora muitas ações tenham sido emergenciais, estas comprovam a urgência com que o Estado teve que agir para atender às reivindicações da população. Concluindo, havia um projeto que priorizava a expansão do ensino primário,

apesar das falhas e limitações. Como verificaremos a seguir, o processo de expansão, em Ribeirão Preto, buscou atender a população dos bairros periféricos.

O primeiro Grupo Escolar “Dr. Guimarães Junior” foi criado em 1902 e considerado um símbolo da importância econômica e política, que Ribeirão Preto tinha na Primeira República. Em 1912 foi criado o segundo Grupo Escolar “Fábio de Sá Barreto”, também instalado no centro da cidade, próximo dos palacetes dos barões do café, da praça XV e da Igreja Matriz. Em 1920, no populoso bairro da Vila Tibério, foi instalado o terceiro grupo escolar “Sinhá Junqueira”. O quarto grupo escolar iniciou seu funcionamento em 1921, como “Escolas Reunidas do Barracão”, no bairro Barracão. O quinto grupo “Cônego Barros”, como já foi estudado, se instalou em 1932, também na região central da cidade.

Com o crescimento populacional e a expansão dos bairros periféricos, as classes populares passaram a reivindicar escolas. Segundo dados do IBGE, em 1956, existiam em Ribeirão Preto 123 escolas primárias, destas, 71 eram estaduais, 39 municipais e apenas 13 particulares. Entretanto, como ocorria em todo o Estado, as condições de acesso à escola pública na cidade enfrentaram problemas, e a ação estatal foi marcada pelas improvisações e soluções emergenciais, que deveriam ser provisórias, mas se tornaram, em muitos casos, permanentes. A partir da década de 1950, do século XX, houve uma expansão do ensino primário com a instalação de grupos escolares nos bairros do Barracão, Tanquinho, Vila Paulista e Santa Cruz do Jaques, que funcionavam em prédios alugados, em condições precárias. O número de escolas instaladas era insuficiente para atender a demanda, como assinalou, em 1957, o jornal *Diário da Manhã*:

Os bairros operários de população densa como Campos Elíseos e Vila Tibério comportam facilmente 2 grupos, cada um, já que ambos tem mais de 30 mil habitantes. Os 3 grupos instalados em 1951, reunindo escolas isoladas e municipais, estão funcionando em prédios inadequados. Todos estão superlotados. É uma verdadeira calamidade pública. (*Diário da Manhã*, p.1, 24 fev., 1957)

A solução encontrada para atender a demanda por vagas em Ribeirão Preto, foi primeiramente impedir os alunos com menos de sete anos, já matriculados, que ingressassem nos grupos escolares, cedendo a vaga para os mais velhos e retardatários. Em 1957, segundo o Inspetor Escolar, professor Álvaro Cardoso, naquele ano, mais de quatro mil crianças e jovens deixaram de frequentar a escola. O *Diário da Manhã* publicou o levantamento feito pela Delegacia Regional sobre a situação do ensino primário na cidade:

Total de alunos que aguardam vaga: 1060. Segue a lista de espera por unidade escolar:

1º GE Guimarães Junior: 120; 3º GE da Vila Tibério: 300; 4º GE do Barracão: 300; 5º GE Cônego Barros: 100; GE do Tanquinho: 80; GE Círculo Operário: 80; GE Cruz dos Jaques: 80. (Diário da Manhã, p.1, 20, fev., 1957)

A reportagem destacava também, que se fossem considerados os dados daqueles pais, que nem chegaram a procurar por matrícula, a lista de espera chegaria a 1500. Por este levantamento é possível constatar como a maior demanda se concentrava nos bairros de periferia, especialmente nos bairros operários. Enquanto as escolas do centro apresentavam uma carência de 220 vagas, os bairros tinham uma lista de espera de 840 vagas.

Várias reportagens e artigos foram publicados, posteriormente, sobre a situação caótica da educação no município. Para amenizar o problema, o Instituto Metodista, um colégio particular protestante tradicional da cidade, ofereceu à Delegacia de Ensino três salas equipadas com capacidade para 35 alunos e funcionamento em 2 períodos, sendo necessário, apenas, que o Estado criasse uma escola de emergência. Este foi um exemplo de colaboração do ensino privado. Outra sugestão foi que se aproveitasse a construção onde ocorrera no ano anterior, a Exposição do Centenário da cidade, instalando-se ali salas emergenciais.

No dia 26 de fevereiro de 1957, com a manchete de primeira página, o *Diário da Manhã* anunciava: “Solucionado o caso das faltas de vagas nos grupos escolares”. A reportagem informava que o Secretário da Educação, Sr. Vicente de Paula Lima, em visita à cidade, havia tomado as primeiras medidas para a solução do problema, suspendendo o 5º ano de cada grupo escolar, para o aproveitamento das salas em três períodos. De volta a São Paulo, em reunião com o governador Jânio Quadros, solicitaria a instalação do Grupo Escolar do Barracão, onde iriam funcionar 12 salas, em três períodos e a instalação de mais 4 salas, no Grupo Escolar do Tanquinho. Para o secretário da educação, com a criação de 16 classes, o problema estava resolvido.

Assim, de forma improvisada, com medidas emergenciais, como foi bastante usual nesse período, a população seria atendida. Porém, houve muita revolta com relação à extinção do 5º ano. Muito se lutou para a instalação destas classes, conquista que a comunidade, segundo os jornais, não estava disposta a abrir mão. Conforme explicações do *Diário da Manhã*, o 5º ano era para muitos um curso de admissão gratuito, muito útil aos pobres que, com mais um ano de estudo, tinham mais chance de ingressar no Ginásio do Estado e continuarem seus estudos no ensino secundário. No dia 28 de fevereiro, o *Diário da Manhã* anunciava o restabelecimento das classes de 5º ano do 1º Grupo Escolar “Guimarães Junior”:

Domingo último, este jornal noticiou que a Delegacia Regional de Ensino havia deliberado a dispensa dos alunos do 1º Grupo Escolar “Guimarães Junior”, à rua Lafaiete. (...) Lamentamos que o Estado não tenha meios para instalar novas classes, Apesar da cessão de vários estabelecimentos locais, inclusive o Instituto Metodista, que poz a disposição da Delegacia de Ensino quatro salas equipadas. Soubemos, porém, ontem à noite, que o prof. Rômulo Pero, Delegado de Ensino mandou que se estabelecesse o 5º ano do 1º G.E., medida que causou grande satisfação. (Diário da Manhã, p.8, 28 fev., 1957)

Diante do quadro mostrado, constatamos que o número de vagas era insuficiente para a demanda. Considerando que Ribeirão Preto, a quinta maior cidade do interior do Estado, carecia de vagas, podemos deduzir que a situação em outros municípios devia ser muito mais grave.

Diante das divergências políticas entre Estado e Município e a conseqüente paralisação das atividades do Convênio Escolar, a Secretaria da Educação do Estado via-se na contingência de procurar outras soluções para amenizar o déficit das escolas elementares na cidade. Em 1959, o *Diário da Manhã* anunciava que os problemas do ensino seriam finalmente resolvidos, através da Campanha de Prédios Escolares, um convênio estabelecido entre o estado e o município. Segundo o jornal, seis grupos seriam construídos. Passado um mês, a manchete anunciava: “Fracassada a tentativa de convênio para a construção dos grupos escolares”. Ao manter uma política de centralização, controlando a maior parte dos recursos e monopolizando o processo de expansão da rede pública, o Estado favorecia a burocracia e a morosidade.

Pelo que conhecemos de nossa burocracia podemos informar que o caminho mais curto seria inegavelmente o convênio, pois o Estado não cria grupo escolar sem que haja prédio e não constrõe prédio a não ser para grupos criados. Isso gera um circulo vicioso que só pode ser quebrado pela interferência da Prefeitura Municipal que cuidará dos prédios, entregando ao Estado a nomeação dos professores. (Diário da Manhã, p.1, 20 fev., 1957)

Além da dificuldade de garantir vagas, existia outro desafio, conseguir recursos para a manutenção e funcionamento das escolas. A ausência do Estado, que não atendia às necessidades materiais das escolas era muito criticada. Os periódicos sempre denunciavam a falta de cadernos, carteiras, livros, merenda, transporte, etc. Em artigo publicado no *Diário da Manhã*, por exemplo, o articulista Alvarus Oliveira (1952) denunciava que estudantes não tinham nem bancos para sentarem, outros não conseguiram continuar os estudos. Segundo ele, “em outros países a educação é vista como despesa que o governo gasta para que o povo se

eduque, enquanto no Brasil, o governo ganha às custas da educação do povo”. (Diário da Manhã, p.2, 27 mar., 1952).

É importante destacar que na ausência do Estado, a sociedade e o poder público municipal, muitas vezes, se mobilizavam para suprir as necessidades das escolas. Os jornais cediam espaço para a divulgação de festa, festivais e campanhas. Um dos objetivos era captar recursos para a Caixa Escolar. A Prefeitura, em parceria com a iniciativa privada, promovia campanhas para atender às crianças e jovens que freqüentavam os bancos escolares. Os jornais sempre informavam sobre os serviços e atendimentos prestados, além de divulgarem os eventos escolares.

Seguem alguns exemplos: em 1948, a Delegacia de Ensino em convênio com a Prefeitura, implantou um serviço de atendimento médico e odontológico nas escolas rurais. Os jornais publicavam o relatório destas visitas, informando os atendimentos prestados. Normalmente, as visitas eram feitas por um médico e um agente sanitário. Além do atendimento às crianças, era feito um relatório sobre as instalações da escola e uma série de recomendações e benfeitorias, que deveriam ser feitas para melhoria das escolas. O relatório era entregue para o proprietário da fazenda. Caso não fossem feitas as melhorias, o fazendeiro era multado. *A Cidade e o Diário da Manhã* divulgavam, mensalmente, o resultado das visitas às propriedades agrícolas do município e região:

(...) Dia da saúde da criança da roça , cujo escopo elevado, humanitário e patriótico, é dar aos escolares dos grupos e escolas isoladas a assistência social de que tanto necessitam (...) Na visita feita a 18 de junho ultimo, à escola da Fazenda Santana da Serra (...) compareceram 31 crianças das 39 matriculadas, 10 crianças da região, 4 adultos também foram examinados. Resultado do exame: verminose: 42; hipert. da amígdalas: 3; impetigo: 1; bócio: 1; gastrite alcoólica: 1; rutura do menisco: 1; conjuntivite crônica: 1; acne juvenil: 1. Que necessitam de tratamento dentário: 23, com dentes em péssimo estado: 14; receitas 10. (...) (A Cidade, p.1, 4 ago., 1949)

Como verificamos, as reportagens apresentavam um relatório dos serviços prestados, constando o número de alunos atendidos e os tratamentos realizados. Informavam também sobre os remédios receitados, que eram distribuídos gratuitamente e o encaminhamento para tratamento dentário. Sempre alertavam sobre a necessidade das crianças adquirirem o hábito de usarem calçados para prevenir a verminose, a maior responsável pelas enfermidades na zona rural. Em algumas ocasiões, ressaltavam o zelo patriótico dos fazendeiros ao manterem as escolas em boas condições (prédio confortável, fossa e água encanada). Entretanto, o

movimento em favor da criança da roça, muitas vezes, foi interrompido e lá estavam os jornais para denunciar. Almeida, em várias ocasiões, tratou sobre o assunto em sua coluna:

(...) O Centro de Saúde fornece o médico e a medicação necessária, ficando a cargo da fazenda as despesas da condução, e à Delegacia de Ensino o controle do serviço. O trabalho é de grande importância, mas pela falta de recursos dos órgãos estatais o trabalho não tem sido contínuo. Falta a compreensão e auxílio dos fazendeiros. Algumas Prefeituras entram no movimento, mas por terem poucos recursos não conseguem ajudar com constância. (...) Os inspetores escolares conhecem bem a situação da roça. As escolas isoladas estão abandonadas à força quase que única de professoras que tem de lecionar e enfrentar os problemas sociais e econômicos do meio ambiente. Há fazendeiros compreensivos e amigos da escola, como poderíamos relacionar grande quantidade, se preciso fosse; há, entretanto, muitos que se desinteressam integralmente do que se faz nesse setor, imbuídos da velha mentalidade de que o homem rural viverá muito bem sem os cuidados da educação. Neste particular, conhecemos alguns que tangidos pelos inspetores à reforma de prédios ou à ajuda material às crianças, revoltam-se e se mostram mesquinhos dentro da órbita da velha panacéia de uma superioridade de senhores feudais, hoje extinta e até ridícula aos olhos da sociedade moderna. (A Cidade, p.3, 12 mai., 1951)

No discurso da imprensa, o setor público e o privado apareciam com uma parceria que gerava bons frutos. Esse convênio entre os poderes estadual, municipal e iniciativa privada (fazendeiros), demonstrava claramente, que mesmo não havendo recurso suficiente, foram criados mecanismos e programas, parcerias a fim de atender as escolas mais necessitadas. Embora a fiscalização fosse feita pelo Estado, sem a colaboração dos municípios e fazendeiros, a campanha não teria acontecido. Na cidade, muitas escolas contavam com a colaboração de voluntários, principalmente médicos e dentistas que atendiam toda a comunidade escolar. Muitos médicos se tornaram figuras públicas, pelo serviço prestado às classes populares.

Os recursos para a manutenção e funcionamento das escolas provinham da Caixa Escolar, que recebia verbas do Estado, do Município e da sociedade civil. Estas verbas não eram fixas e variavam a cada ano, de acordo com as decisões do poder legislativo. Em março de 1950, o articulista Escolar, do *Diário da Manhã*, escreveu sobre a problemática Caixa Escolar. No dia 9 de março, denunciou que “nenhum dos deputados estaduais apresentou emenda que favorecesse os grupos escolares aumentando a caixa escolar. Os preços dos livros e cadernos aumentaram muito, como os alunos mais carentes poderão adquiri-los?” (*Diário da Manhã*, p.3, 09 mar., 1950). O colunista Escolar reclamava da Assembléia Legislativa, que não contemplou Ribeirão Preto, com verbas para 1950. Acusava os deputados estaduais de esquecerem da cidade. Também criticou os vereadores, que segundo ele, destinaram naquele

ano, uma verba irrisória às caixas escolares. No mesmo período, Escolar escreveu vários artigos que destacavam a importância das caixas escolares.

Nos dias de paradas, festas, visitas oficiais ou no cotidiano escolar se vêem alunos bem uniformizados, bem vestidos, bem alimentados e dispostos. Só quem vive dentro da escola sabe o quanto custa para o professor no início do ano uniformizar, alimentar e dar material para os alunos pobres. (...) A Caixa Escolar é a melhor, senão a única instituição de realce e valor no ensino primário. A Caixa Escolar não promete, dá. Pois bem é a custa da Caixa Escolar que a escola pode projetar-se no cenário social ou integrar-se em sua finalidade puramente educativa alimentando, amando, vestindo e até desfilando. (...) Esperamos, entretanto, que no início das aulas os professores saiam à rua, de chapéu na mão (...) pedindo pelos alunos, pelos estabelecimentos. (Diário da Manhã, p.3, 12 jan., 1950)

No dia 28 está programado desfiles e passeatas em que o povo e as autoridades estarão presentes e por isso os alunos precisam estar uniformizados. (...) Poderão as caixas escolares atender prontamente as necessidades dos alunos inscritos para que possam tomar parte na festa no município? (...) E como sair deste impasse? Pondo à margem dos desfiles os alunos pobres, o que é contra educativo, visto como criaremos desde cedo o complexo da inferioridade na criança. (Diário da Manhã, p.3, 10 mar., 1950)

Chama a atenção, nos artigos de Escolar, sua preocupação com os “compromissos” cívicos e sociais que os grupos escolares tinham, em que os alunos deveriam se apresentar de forma impecável. Este era um problema sério para uma escola, que foi se democratizando e que, com o ingresso das camadas populares, precisava continuar a manter na sociedade, o mesmo “status”. Em nenhum momento, foi levantada a possibilidade dos grupos não participarem dos desfiles; se não havia recurso estatal, os professores precisavam mobilizar a sociedade civil para captar novos recursos.

Em Ribeirão Preto, os grupos escolares trabalhavam anualmente para adquirir recursos para a Caixa Escolar. Nessas ocasiões, os jornais *Diário da Manhã* e *A Cidade* divulgavam a programação, e convidavam a sociedade para os eventos. Interessante destacar que as festas contavam com a participação de alunos de outras escolas públicas. Em 1951, *A Cidade* divulgou Festival do 3º grupo escolar e denunciou a falta de recursos financeiros nas escolas primárias.

O Estado exige o desenvolvimento de um grande programa de atividades, mas foge a responsabilidade dos auxílios, deixando todo o movimento aquisitivo nas costas dos professores que necessitam se desdobrar para conseguirem êxito nos intentos. Em Ribeirão Preto o terceiro grupo escolar, anualmente trabalha para adquirir recursos para a Caixa Escolar, promovendo vários festivais com uma programação de bailados e números de

folclore nacional. (...) Se apresentará um grupo de alunas da Escola Industrial José Martimiano da Silva. O programa consta de: valsinha (escoteiros do terceiro grupo), recitais, dança do baião, desafio de violas, catira, minueto, quadrilha e dança havaiana. Renda em benefício da Caixa Escolar.(A Cidade, p.8, 26 jun., 1951)

Diante de uma máquina administrativa centralizadora, a Caixa Escolar era vista como uma instituição de valor positiva, pois funcionava de forma simples, sem burocracia. A cada ano eram destinados ou não, recursos provenientes do município e do estado. Por ter uma administração descentralizada, aquelas escolas que trabalhavam mais, conseqüentemente conseguiam mais recursos, podendo gastar mais e, assim, obter melhores resultados. A Caixa Escolar representava o esforço de cada unidade escolar, de professores, alunos, direção e funcionários (uma verba que estava mais próxima, podendo ser utilizada a qualquer tempo). Os recursos oriundos da federação, estado e da escola eram controlados por um Conselho Fiscal e Protetor, constituído na própria comunidade escolar e que contava com a efetiva participação dos pais e professores.

Na administração de Lucas Nogueira Garcez, marcada por uma série de reformas na área da educação, foi feito um projeto propondo a centralização dos recursos provenientes das Caixas Escolares, que passariam a ser fiscalizados e controlados pelo governo estadual. Na sua coluna diária no jornal *A Cidade*, do dia 10 de maio de 1951, Almeida repudiou o projeto, alegando que “ninguém mais verá o dinheiro, além de provocar um inchaço no Estado com a contratação de mais funcionários, e o aumento de papelada” (A Cidade, p.3, 10 mai., 1951). Este era um dilema e um desafio para um país, que buscava se modernizar, Como crescer de forma planificada sem tornar o sistema oficial da administração pública, inchado, burocrático e lento?

Além da falta de vagas, e de escolas, outros problemas afetavam a educação no país, como a repetência e a evasão (obstáculos que precisavam ser superados).

Em meados do século XX, o ensino primário atendia somente 50% da população infantil do país; desta, apenas 16% chegava ao quarto ano do ensino primário. Manter as crianças na escola, até receberem o diploma, era um grande desafio que aproximou representantes do Estado e da sociedade civil. Embora estes números fossem menores no Estado de São Paulo, estavam muito longe do ideal, ou seja, uma rede escolar que atendesse a todas as crianças e jovens do Estado. A taxa de crianças não escolarizadas, em São Paulo, era de 26,44%, chegando a 57,41% na faixa dos 7 anos, decrescendo entre 9 e 10 anos e voltando

a crescer, após os 11 anos, alcançando 43,38%, no último ano do período da escolarização obrigatória, sendo que apenas 15,5 estudantes concluíam o curso primário. (BRASIL, 1964)

Os jornais publicavam reportagens, artigos e colunas em que analisavam os motivos do baixo rendimento e de evasão dos alunos. A diversidade encontrada nos mostra como era complexo o sistema educacional. Programa muito extenso, excesso de disciplinas, conteúdos inadequados, desinteresse e indisciplina dos alunos, subnutrição, desinteresse dos pais, má qualificação dos docentes e período escolar insuficiente, estes eram alguns dos motivos levantados.

Sobre o elevado índice de reprovações o *Diário da Manhã* publicou em 1958:

Não se compreende que um Estado como nosso, continue ainda com um índice de 40% de analfabetos; um Estado onde há trinta mil professores primários em condições de lecionar. (...) Com relação as reprovações, pode-se dizer que alcança a trinta e dois por cento, sendo mais elevado no primeiro ano, série em que o aluno deve ser alfabetizado. Isto se deve à curta duração do período diário de aulas – duas a três horas. (*Diário da Manhã*, p.8, 28 nov., 1958)

Em Ribeirão Preto, conforme Tabela abaixo, constatamos que as taxa de evasão e repetência eram menores se comparadas com os números do país e do Estado. O número de alunos que se graduavam também era maior em relação às estatísticas federais e estaduais. Estes dados mereceriam uma análise mais aprofundada, mas infelizmente não será possível pela própria limitação das fontes e dos objetivos do trabalho.

Tabela 01 – Adaptação: dados do Censo IBGE, 1954 – Estado de São Paulo (Ribeirão Preto) – Ensino Primário⁶

Descrição	Quantidade	%	Observação
Matrícula Geral	17.409	100	Total de matrículas efetuadas
Efetivas	14.040	71,57	Número efetivo de Frequência
Aprovação Geral	10.049	57,72	Número dos alunos (aprovação do 1º para 2º ano)
Conclusão de Curso	2.428	17,29	Número de alunos que concluíram o curso

A subnutrição, considerada como desencadeadora do baixo rendimento escolar, era um obstáculo seríssimo, que comprometia o desenvolvimento das crianças e sua aprendizagem.

⁶ As informações apresentadas foram adaptadas dos dados encontrados no Documento “IBGE, Conselho Nacional de Estatística. Sinopse Estatística do Município de Ribeirão Preto” do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Para solucionar o problema o Estado e os municípios adotaram a sopa escolar, que apesar de funcionar precariamente, procurava oferecer pelo menos uma refeição aos alunos. Em 1951, o jornal *A Cidade* ao comentar sobre a merenda escolar destacava: “a sopa escolar é uma instituição de grande valor, principalmente nas escolas onde o horário das aulas coincide com o horário das refeições, sendo servido sopa, canjica ou café com leite” (*A Cidade*, p.4, 10 jun., 1951). Os jornais também publicavam reportagens que mostravam a preocupação e as ações que o governo federal vinha praticando com a finalidade de resolver o problema. Em 1956, o *Diário da Manhã* publicou uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação, denunciando a situação de miséria dos estudantes brasileiros. Mais um desafio a ser enfrentado, o combate à pobreza e a fome.

Segundo relatório: de 10 alunos, 2 vão para aula em absoluto jejum, 3 tomaram café simples, 4 café com pão e apenas 1 café com leite, pão e manteiga. Em 1955 foram atendidos 600 mil alunos, em 1956 serão mais de 1 milhão. Em 1957, pretende-se atender 3 milhões. O objetivo é chegar a atender 6 milhões. (*Diário da Manhã*, p.6, 2 fev., 1956)

Apesar de todos os problemas, limitações e obstáculos, a expansão e democratização do ensino, através da escola pública, possibilitaram um espaço de convivência, em que as diferenças sócio-econômicas, finalmente, se confrontaram. Se a sociedade foi estabelecendo os espaços de cada um, dentro da cidade, delimitando o lugar da elite, o lugar da classe média e o lugar das classes populares, a escola democrática derrubava as barreiras, obrigando todos a conviverem no mesmo espaço. Uma convivência marcada pela desigualdade, que exigiu a interferência do poder público. Afirmam Freitas e Biccas (2009, p.106):

Contudo, também se deve levar em conta que a História social da educação é a história de sucessivas articulações por meio das quais a sociedade, com suas muitas expressões de desigualdade e diversidade, configuraram o próprio Estado que, por sua vez, participa da configuração da mesma sociedade que legitima sua ação com maior ou menor abrangência.

No dia 17 de fevereiro de 1950, o articulista Escolar, do *Diário da Manhã*, em sua coluna, narrou ter recebido denúncia anônima, que em certas escolas primárias, as classes eram formadas pelos melhores alunos, mais ricos e alinhados. Essas turmas eram destinadas à esposa de diretores, amigos destes ou de professoras que tinham a sorte de ter parentes vereadores. Os outros alunos eram considerados “refugo”. Escolar lamentava que a denúncia fosse anônima e apesar de não haver provas de que houvesse um protecionismo, ele encaminhou a denúncia para a Delegacia Regional de Ensino. Embora não se tenha

informações de que uma investigação tenha, efetivamente, sido feita, comprovando as denúncias, podemos constatar que havia resistência e discriminação nas escolas. A criança pobre chegava à escola, mas era preciso demarcar seu lugar nela.

O jornal *A Cidade*, em 1951, denunciava que muitos grupos escolares e ginásios mantinham um bar ou cantina de propriedade particular. Esses proprietários, segundo o artigo, eram comerciantes que só queriam lucrar, já que não pagavam impostos, nem aluguel. Pais reclamavam que não podiam pagar as despesas diárias com lanches. A situação era tão grave, que muitas reclamações foram encaminhadas à Câmara Legislativa, exigindo o fechamento dessas cantinas. A queixa mais freqüente era sobre a humilhação que sentiam certas crianças mais pobres, diante de crianças que “exibiam notas de cruzeiro e devoravam as mais finas gulodices, blasonando sua fartura monetária” (*A Cidade*, p.4, 10 jun., 1951). O *Diário da Manhã*, em dezembro de 1955, publicou um comunicado da 30ª Delegacia Regional de Ensino de Ribeirão Preto aos diretores e professores dos grupos escolares e cursos primários, exigindo que tomassem medidas, para que as festas de encerramento do ano letivo, inclusive formatura, se “revestissem de simplicidade, suspendendo qualquer exigência com relação a trajes especiais”.

Como adaptar um modelo de escola conservador, que no passado atendia a tão poucos?

A democratização do ensino trazia um desafio muito complexo, que se fosse realmente enfrentado, mostraria a verdadeira face da sociedade brasileira, excludente e com um alto índice de desigualdade sócio-econômica. Um modelo de escola disciplinadora, que naquele momento, muitas vezes não conseguia manter a disciplina. A indisciplina passou a ser apontada como um dos fatores determinantes no baixo rendimento dos alunos. Os periódicos, constantemente, abordavam o assunto. Em 1949, com a manchete “A vigilância da conduta escolar”, assinada pela educadora Leontina Silva Busch, o *Diário de Notícias* mostrava, claramente, que a escola não era lugar para indisciplinados.

A escola é um meio social onde a criança revela facilmente seus bons e maus costumes. (...) Mas a pouco e pouco vai-se ajustando ao convívio escolar e nesse esforço de ajustamento põe a mostra os desvios de conduta (...) Não há criança de conduta perfeita. Os desvios de conduta nas atividades em grupo são naturais e mesmo necessárias para que surjam os reparos, as censuras dos companheiros mais refletidos. Mas há crianças que apresentam excessivas falhas de comportamento em convívio ativo com outras. São as que tem predomínio de tendências anti-sociais, as irascíveis, absorventes tirânicas, agressivas. (...) A função da escola, além de alfabetizar, é socializar a criança, isto é, ensina-la a ajustar-se ao meio, a conviver brincando ou trabalhando com companheiros em ambiente de compreensão,

de camaradagem, de tolerância, na sua linguagem e gesto. (...) Durante o primeiro mês de frequência escolar, a criança normal se ajusta e gosta do meio. Somente não se ajusta logo as deficientes mentais e as de índole briguenta. (...) Mas o meio escolar tem que ser sempre moralmente sadio. Nunca pode sofrer degradação. Se a criança resistir (...) Esses desajustados devem ser encaminhados para escolas corretivas especiais, onde a recuperação moral se faça sobre a base de um diagnóstico preciso e em regime de atividades adequadas. (Diário de Notícias, p.3, 20 nov., 1949)

Em 1950, o articulista Escolar, em sua coluna Ensino, no *Diário da Manhã*, também escreveu sobre a indisciplina.

Em Minas Gerais um aluno tentou matar a professora com um revolver calibre 32. A vida moderna com sua decadência moral está criando situação verdadeiramente difícil aos professores. Os pais o que muito fazem, são levar queixas e valentias extemporâneas às escolas, incriminando sempre a professora como responsável pelos atos selváticos dos filhos. (...) Estamos de acordo que a professora seja responsabilizada por atitudes violentas contra uma criança indefesa: mas quando essa criança é as vezes um garoto de 12, 13 ou 14 anos, ralé da rua, indisciplinado e conhecedor de todos os termos do vocabulário da indecência porque não haver leis de amparo também à professora e de castigos aos pais, únicos responsáveis pelos primeiros passos dos filhos ? (Diário da Manhã, p.2, 7 jun., 1950)

Almeida, em sua coluna diária no jornal *A Cidade*, em 1951, abordou a questão da indisciplina, ao comentar sobre a crônica que o professor Sebastião Fernandes Palma tinha publicado sobre o caso do professor Bonifácio que, segundo a imprensa local de São Paulo, tinha batido num aluno:

Está certo o Prof. Sebastião Fernandes Palma... Andou errado o prof. Bonifácio, se é que os acontecimentos são o espelho do que os retrata a imprensa, pois que não devemos castigar crianças com o pulso e a violência do adulto. Entretanto, sabem o que seja a petulância dos garotos mal educados, atrevidos, desrespeitadores dos próprios pais, para quererem que um professor viva e haja exclusivamente dentro do espírito e da filosofia do Confúcio? O povo não sabe o que sejam êsses garotos... Quem quiser conhece-los que tome o bastão do ensino e vá dirigi-los seguidamente". (...) A Secretaria da Educação também esteve certa abrindo imediata sindicância. (...) Em nosso tempo de criança um desaforo na escola aos mestres resultava em duros corretivos em casa. Hoje o professor, movido sabemos lá pelo que, toca n'uma criança, cai o mundo abaixo. Surgem sindicâncias, surgem juizes de menores, surge, enfim, toda a família dos desconhecidos para se levantar contra o mestre escola. Errou o Prof. Bonifácio. Errou, tornamos a repetir. Mas ninguém lhe atire a primeira pedra, porque do arranha-céu do tubarão ao mocambo do paria, há milhares e milhares de escândalos muito mais importantes e muito mais sensacionais que os tapas aplicados pelo professor Bonifácio a um aluno que, naturalmente, seria um "anjo de cara suja". (...) Denuncia as mazelas do país tantos crimes sem punição a atitude do professor é pequena mediante tantas impunidades. Um prefeito da capital

não teve suas contas reconhecidas até hoje e não foi punido. Funcionários públicos de secretarias que andam pelas ruas das cidades do interior e da capital sem função. Na central do Brasil há mortes diariamente sem punição. Os nordestinos morrem à mingua nas retiradas, desamparados pelos governos... E quem já foi preso pelos desmandos? (A Cidade, Ribeirão Preto, p.3, 6 abr., 1951)

“Somente não se ajusta logo as deficientes mentais e as de índole briguenta”. “Mas quando essa criança é as vezes um garoto de 12, 13 ou 14 anos, ralé da rua, indisciplinado (...)”. “O povo não sabe o que sejam esses garotos (...)”. Para os três jornais, o problema estava nos alunos. Embora fosse preciso apurar a responsabilidade dos professores nos fatos narrados, esses eram antes de tudo: vítimas! Havia unanimidade nos três periódicos: os pais eram os responsáveis pela educação de seus filhos, portanto, os maiores culpados pela indisciplina dos mesmos na escola. O *Diário de Notícias*, mais radical, defendia as escolas corretivas para a solução do problema. Em momento algum o modelo de escola vigente foi questionado. Embora os jornais demonstrassem a complexidade e os novos desafios que a escola teria que confrontar e enfrentar, não havia um debate mais aprofundado sobre esta nova configuração educacional. Neste momento, os três jornais representavam a mesma face conservadora e tradicional.

Como verificamos, a missão da escola primária era difícilima. Grande desafio também era o de alfabetizar os adultos no Brasil. Este assunto foi, exaustivamente, debatido na imprensa, em meados do século XX, especialmente depois que governo federal se dispôs a assumir a luta contra o analfabetismo, criando em 1947 a Campanha de alfabetização de adultos, assunto que trataremos a seguir.

2.5. Campanha de Alfabetização de Adultos: a cura para a “chaga” do analfabetismo, o “cancro social”

O professor Mário Rodrigues da Silva, responsável pela Campanha de Alfabetização de Adultos, em Ribeirão Preto, em 1959, publicou um artigo no jornal *A Cidade*, em que destacava a importância da mesma. A data é importante, pois apesar da campanha ter vivido seus momentos de glória, entre os anos de 1947 e 1950, os jornais continuaram a depositar nela a expectativa de que vencido o problema do analfabetismo, o Brasil se tornaria moderno e desenvolvido, com o povo “integrado à sociedade”:

(...) mas o mais sério problema do ensino não é o da educação primária já bem organizado em todos os setores, porém é o da educação do adulto, pois, infelizmente nossa pátria conta ainda com grande porcentagem de analfabetos; é estarrecedor o seu número, quase sessenta por cento. (...) Qual a terapêutica que curará esse mal? O professor é a única solução. É dele que a pátria espera o extermínio dessa chaga que vem de longe. (...)

Em 1947, no governo do General Eurico Gaspar Dutra foi iniciada no Brasil a cruzada contra o analfabetismo do adulto, mas essa campanha não visa apenas o analfabetismo, antes de tudo tem como alvo a recuperação do brasileiro cego pela ignorância. É a educação do nosso homem analfabeto, a sua integração na sociedade, a sua retirada do marasmo habitual, a sua transformação de peso inútil em indivíduo operoso e realizador. (A Cidade, p.3, 21 abr., 1959)

A Campanha de Alfabetização de Adultos aparecia nos três periódicos, constantemente. Era comum que uma mesma notícia ou artigo sobre a campanha, publicado em jornais de São Paulo ou Rio de Janeiro, fossem reproduzidos e publicados em mais de um jornal local. O professor Lourenço Filho dirigiu a campanha, até 1950, apresentando resultados favoráveis. De 1950 a 1954 os resultados ficaram abaixo da expectativa. O Ministério da Educação financiava as unidades de ensino instaladas, orientava os trabalhos e mobilizava a opinião pública e os governos estadual e municipal, em favor da campanha, que iria acabar com o analfabetismo no Brasil. Nos primeiros anos, o número de alfabetizados setuplicou. Os resultados podem ser conferidos na Tabela abaixo:

Tabela 02 – Número de alfabetizados pela Campanha de Alfabetização de Adultos

Antes da Campanha	
Ano	Número de Alunos
1943	94.291
1944	95.119
1945	101.165
1946	120.165
TOTAL	410.740
Durante a Campanha	
Ano	Número de Alunos
1947	473.477
1948	604.521
1949	665.000
1950	720.000
TOTAL	2.462.998

Fonte: Beisiegel (1974, p. 122)

O *Diário da Manhã*, em 1948, publicou que a Campanha de Educação de Adultos era um dos movimentos mais patrióticos, já promovidos pelo governo. Jamais uma campanha recebeu tanto apoio, colaboração e aplausos. O artigo destacava que ela estava sendo denominada “Campanha da Redenção Nacional”, e enfatizava ser dever de todos os brasileiros trabalharem para que ela se intensificasse, de modo que o Brasil vitorioso, se igualasse às nações civilizadas, não tendo mais a vergonhosa estatística de analfabetos.

O artigo enfocava o caráter patriótico da campanha, capaz de mobilizar a população de norte a sul do país:

Jornais e estações de rádio tem emprestado valiosa e patriótica cooperação. Na Bahia, a empresa de Publicidade “Cruzeiro”, tem divulgado espontaneamente, notícias sobre a campanha, além de distribuir gratuitamente, cadernos para as escolas. A Rádio Cultura D'Oeste, em Lavras, Minas Gerais, divulga diariamente textos de propaganda da campanha, segundo o noticiário todos os estabelecimentos de ensino, daquela cidade, mantém curso noturno para adultos analfabetos. Participam também da campanha: Rádio Difusora Acreana, de Rio Branco, no território do Acre, Rádio S. Carlos, da cidade de São Carlos, em São Paulo. Em Ribeirão Preto, tem sido enorme a colaboração popular, a rádio e a imprensa. Cursos noturnos funcionam em grupos escolares, entidades de classe, albergues e instituições outras (Diário da Manhã, p.6, 1948)

Embora a Campanha de Alfabetização de Adultos fosse promovida pelo governo federal, os recursos eram limitados. Quem sabe seja esta a explicação para tanta propaganda e exposição nos meios de comunicação. Sem a colaboração da iniciativa privada e o voluntariado civil, a campanha estava fadada ao fracasso. Muitas notícias atualizavam os dados da campanha, mostrando resultado, estatísticas, além de depoimentos sobre as experiências em cada estado. Havia, por parte da imprensa, a esperança de que ela conseguiria erradicar o analfabetismo no país.

Segundo estatísticas da campanha de Educação de Adultos, no Estado de São Paulo 63% dos alunos possuem de 21 a 30 anos. 25% de 15 a 20 anos; 9% de 31 a 40; 2% de 41 a 60; e ainda 9% de idade desconhecida. Os dados foram obtidos pelo número de matrículas de 107.685, no ano de 1950. Na capital, a maioria trabalha na indústria, com 2.817 do sexo masculino e 483 do sexo feminino, em segundo lugar estão as domésticas, com 3.174, todas do sexo feminino. No interior, a maioria trabalha na agricultura, sendo 41.214 homens e 17.584, mulheres, segue-se as domésticas com 25.570, todas do sexo feminino. (Diário da Manhã, p.2, 26 abr., 1952)

O artigo citado acima traz números interessantes. A campanha atingia, numa porcentagem maior, os mais jovens, com idade entre 21 e 30 anos. Na cidade de São Paulo, a

maioria dos alunos era de operários, já no interior, os camponeses eram a maioria. Outro dado chamou atenção: embora o número de homens fosse superior, o número de domésticas, que buscaram os bancos escolares, era bem expressivo.

A seguir, dados de outra pesquisa publicada, no *Diário de Notícias*:

Numa pesquisa feita pela professora Noemi Rudolfer da USP, constatou-se que o analfabeto além de sentir inferior é vítima de exploração. Assim 25,65% afirmam terem sido lesados em dinheiro e documentos. Entre os entrevistados 87,50% afirmaram que tem encontrado dificuldades e obstáculos que os colocam em uma posição de humilhação. O analfabeto é uma vítima da deficiência do sistema educacional que a Campanha de educação de adultos pretende resolver. Mais uma vez a população é chamada a participar. Contribuindo para essa cruzada de educação, que tanto necessita do apoio de todos os cidadãos, estaremos ajudando a libertação de milhões de analfabetos, vítimas de uma situação de inferioridade de que precisam sair. (Diário de Notícias, p.2, 22 jul., 1949)

A Campanha ganhava projeção mundial. O *Diário de Notícias* informava que para a UNESCO, a experiência do Brasil estava sendo vista com bons olhos pelos órgãos internacionais, inclusive com um esforço para que políticas comuns fossem implementadas em todo o continente americano.

O jornal do Brasil publicou que deverá ser realizada uma conferência interamericana de alfabetização e educação de adultos no Brasil. A escolha do Brasil, segundo o jornal, representa o reconhecimento dos esforços do governo na difusão do ensino supletivo. Cinco temas serão debatidos durante a conferência: A situação do analfabetismo na América e a orientação para a unificação das estatísticas, a escola primária e o analfabetismo, a organização de campanhas contra o analfabetismo, os objetivos e técnicas a serem utilizadas nas campanhas e finalmente, a alfabetização e a educação de adultos em geral. (Diário de Notícias, p.4, 5 jul., 1949)

Em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, do Distrito Federal, o professor Lourenço Filho, diretor do Departamento Nacional de Educação, declarou que a campanha que o Ministério da Educação vinha fazendo, em todo território nacional, não era apenas de alfabetização. Lembrava o educador que, naquele momento, era importante também, fornecer material de leitura para aquele contingente de mais de meio milhão de jovens, homens e mulheres, que o curso supletivo já havia ensinado a ler, além de atender os alunos em aprendizado.

O importante é dar o hábito da leitura, como instrumento de civilização e cultura, de difusão de conhecimentos úteis e de apoio para a auto-educação de cada um e de todos. É preciso ensinar a ler, fazendo ler com esse

propósito. Editoras como a Melhoramentos e a Ipê estão colaborando na Campanha, (...) Uma iniciativa nova é o jornal mural, impresso só de um lado para ser pregado nos pátios de fábricas e oficinas, estações ferroviárias, agências de correio, locais de aglomeração pública e nos próprios cursos de ensino supletivo. A educação é direito de todos, diz a Constituição. E será preciso não deixar morto esse salutar princípio político, também educando adolescentes e adultos, além de todo esforço na educação de crianças. (Diário de Notícias, p.4, 20 jul., 1949)

Em 1950, Ribeirão Preto possuía 47 cursos com 1.714 alunos matriculados. Em 1958, a Delegacia Regional de Ensino informava que na região ribeirãopretana havia 3.250 alunos matriculados em 141 cursos, 64 instalados na cidade. Os esforços vinham tanto da iniciativa pública, quanto da privada. O SENAI, por exemplo, oferecia nas fábricas, cursos de alfabetização e ensino intermediário, com aulas de uma hora e meia. Em 1950, 174 operários receberam certificado de habilitação.

Com a manchete “Não deve votar o analfabeto“, o *Diário da Manhã* de 1º de janeiro de 1950, sentenciava: “Quem não sabe ler nem escrever é de presumir que se conserve isolado das mais vulgares noções das coisas públicas”. A Campanha de Alfabetização de Adultos, tão bem recebida pela imprensa, daria a estes brasileiros o “status” de cidadãos; os jornais enfatizavam que os analfabetos eram “aleijados sociais” e dependia deles mudarem sua situação. Com esta “fala” a imprensa reafirmava o discurso presente, desde o final do século XIX, que legitimava o alijamento do povo da participação política, que só seria modificado, na Constituição de 1988, com a incorporação do analfabeto ao processo eleitoral.

Nos três periódicos, a defesa da lógica capitalista estava presente, ao disseminarem a idéia de que as barreiras sócio-econômicas seriam “quebradas”, quando todos estivessem alfabetizados. Ao se tornar um cidadão, o indivíduo tinha, dentro da lógica do liberalismo, todas as chances de vencer. A responsabilidade passava a ser pessoal e individual. Desta forma, o Estado se isentava de qualquer responsabilidade social.

O discurso presente nos jornais, reforçava a lógica do capitalismo liberal. O indivíduo fracassava não por causa do sistema sócio-econômico, que gerava tanta desigualdade. Ele fracassava pelo fato de ser analfabeto. As péssimas condições de trabalho, a exploração, os baixos salários, a desigual distribuição da riqueza, as diferenças regionais, nada era questionado. O fim do analfabetismo “magicamente” resolveria as contradições e distorções sociais, e se não resolvesse, a responsabilidade recairia sobre os novos cidadãos brasileiros. Novamente, os três jornais mostravam a mesma face, conservadora e tradicional.

Ao longo desse Capítulo, vimos como a imprensa debateu os problemas do ensino primário, a escola do povo por excelência. No próximo Capítulo, iremos investigar como a imprensa discutiu o ensino secundário, isto é, a educação das elites.

3. A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NA FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

3.1. Ribeirão Preto, cidade padrão de progresso material e intelectual no coração do Brasil

No primeiro Capítulo, desvendamos uma cidade que se urbanizava e crescia. Os jornais acompanharam este processo, informando, esclarecendo, denunciando, mas também enaltecendo o município e seu povo. Ribeirão Preto era a cidade do progresso, por excelência e suas instituições, motivo de orgulho. Em 1951, o *Diário da Manhã*, ao noticiar a inauguração de mais uma escola na cidade, o Ginásio Apóstolo Paulo, declarava:

Esse fato é sempre elogiado, e muito orgulha aos riberaopretanos, uma vez que, realmente nada adiantaria um engrandecimento que fosse apenas material, que apresentasse edifícios e estradas, ruas e jardins, sem que o povo da urbe possuísse suas entidades cívicas, instituições filantrópicas, associações de caráter cultural e artístico, ou escolas, primárias, secundárias e superiores. (*Diário da Manhã*, p.1, 14 fev., 1951)

Os jornais sempre destacavam, preferencialmente, na primeira página, as notícias sobre o ensino secundário e superior. Reportagens, artigos e editoriais que ocupavam grande espaço nas coberturas feitas pelos periódicos, sempre enfatizavam que “Ribeirão Preto se orgulhava de seus ginásios, colégios e faculdades”, apesar de apenas uma pequena parcela da sociedade ter acesso a estas instituições de ensino.

Neste Capítulo, vamos procurar compreender, porque os jornais deram tanto “status” ao ensino secundário.

Com uma população de 100 mil habitantes, em 1950, a cidade contava somente com um colégio estadual que oferecia o 2º ciclo, 10 ginásios (apenas 1 era oficial); 5 escolas normais (sendo 1 oficial); 1 escola industrial estadual e 2 escolas de aprendizagem industrial e comercial privadas. Segundo dados do IBGE, em 1956, havia cerca de 4.600 alunos matriculados no ensino secundário, ou seja, aproximadamente 4% da população.

Autoridades compareciam aos eventos e inaugurações promovidos pelas escolas secundaristas. Diretores e professores eram figuras eminentes que se destacavam na sociedade. Médico, advogados, engenheiros, jornalistas, políticos, ao trabalharem nas escolas, ganhavam “status” ao mesmo tempo que conferiam “status” aos estabelecimentos de ensino.

A vida política e social perpassava por estas instituições, que foram responsáveis pela formação dos dirigentes que governaram a cidade no passado, dirigentes que a governavam no presente. E naquele momento, em seus bancos escolares, estava em formação a futura geração. Passado, presente e futuro se encontravam nas escolas secundaristas.

Na primeira página dos jornais e nas colunas sociais, os eventos escolares transformavam-se em notícia:

Professores da Escola Normal Livre “Dona Sinhá Junqueira” colarão grau hoje às 10 horas, no Teatro Pedro II, tendo como paraninfo o Professor Ruben Cione. Missa celebrada pelo bispo Diocesano D. Luiz do Amaral Mousinho. Recebem diploma também os formandos do Ginásio e Colégio Progresso, que terão como paraninfo o Deputado Federal Romeu José Fiori. Ao todo serão 268 alunos diplomados pela Sociedade Educacional de Ribeirão Preto. (Diário da Manhã, p.1, 12 dez., 1953)

Em 1957, *A Cidade* e o *Diário da Manhã* fizeram várias reportagens sobre as comemorações do I Cinquentenário do Ginásio do Estado. No dia 1º de abril, no salão nobre do Palácio do Comércio e Indústria, discursou o Doutor Edgard de Moura Bittencourt, ex-aluno do Ginásio do Estado e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado:

(...) É o que me representas neste instante, minha terra natal. Não te volves, é certo, para o horizonte do teu futuro, como fazes permanentemente, nem te volves para o céu da tua fé inquebrantável de grandeza cada vez maior. Olhas agora um pouco para o passado, como num deleite, de quem compara o que era dantes, para a realidade do que é agora e para a certeza do que será ainda. Volves teu olhar para o passado, cuidando de preservar a tradição com o qual irás valorizando, nessa sinfonia de gerações, a punjança de cada passo na energia da marcha cada vez mais firme, mais determinada, mais invencível. (Diário da Manhã, p.3, 4 abr., 1957)

Tradição, encontro de gerações... O Ginásio do Estado era o símbolo da excelência educacional no ensino secundário em Ribeirão Preto.

Em março de 1957, o *Diário da Manhã* dedicou a primeira página às comemorações do I Cinquentenário, destacando uma lista com o nome de ex-alunos ilustres e suas respectivas ocupações: militares, políticos, médicos, advogados, engenheiros:



Figura 26: A comemoração do Cinquentenário do Colégio do Estado

Fonte: Diário da Manhã, p.1, 12 mar., 1957

O evento foi planejado, durante meses. Convites foram emitidos aos ex-alunos, ilustres personalidades de destaque na sociedade de Ribeirão Preto. A cerimônia patrocinada pela Associação Comercial e Industrial mostrava a valorização e respeito que comerciantes e industriais tinham por esta instituição de ensino.

Pelos jornais também desfilavam as rainhas dos estudantes (alunas vencedoras dos concursos de beleza) e acompanhava-se a cobertura das festas, formaturas, verdadeiros eventos sociais, em que a elite ribeirãopretana comparecia e prestigiava:



Figura 27: Baile de coroação da Rainha dos estudantes, ao lado da eleita, o paraninfo Dr. Oswaldo de Abreu Sampaio, diretor do Diário da Manhã

Fonte: Diário da Manhã, p.8, 30 nov., 1955



Figura 28: Baile de coroação da Rainha dos estudantes na Sociedade Recreativa

Fonte: Diário da Manhã, p.8, 30 nov., 1955
Clube freqüentado pela elite de Ribeirão Preto.



Figura 29: Formatura do Curso de Relações Humanas, promovido pelo SESI

Fonte: Diário de Notícias, p.8, 12 dez., 1959

O Diário de Notícias, além de noticiar as atividades promovidas pelas escolas católicas da cidade, sempre prestigiava os eventos promovidos pelo SESI e SESC. O Paraninfo Welson Gasparine era repórter do jornal e ocupou cargos públicos como vereador e prefeito.

Os periódicos também noticiavam visitas oficiais, comemorações, desfiles e paradas, eventos em que as escolas participavam com suas fanfarras e acrobacias. As autoridades e o povo elegiam suas preferidas, fazendo com que, todos os anos, cada escola se esmerasse para ser eleita a melhor. Alessandra Furtado (2007), em sua tese sobre Ribeirão Preto destaca:

Dentre as comemorações cívicas nacionais festejam-se regularmente os dias da Independência do Brasil e da Proclamação da República, bem como os dias de Tiradentes e do Trabalho. Apesar das várias datas cívicas, a principal era a de “7 de Setembro”, quando desfilavam tanto o corpo discente da Escola Normal católica, quanto da pública pelas ruas centrais de Ribeirão Preto, ao lado de outras instituições da cidade.(Furtado, p.98, 2007)



Figura 30: Desfile na Esplanada do Teatro Pedro II, na Praça XV

Fonte: Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, 1963. Fotógrafo: Miyasaka
Embora a foto seja da década de 60, o desfile de 7 de Setembro era uma tradição na cidade, desde a época da Primeira República.

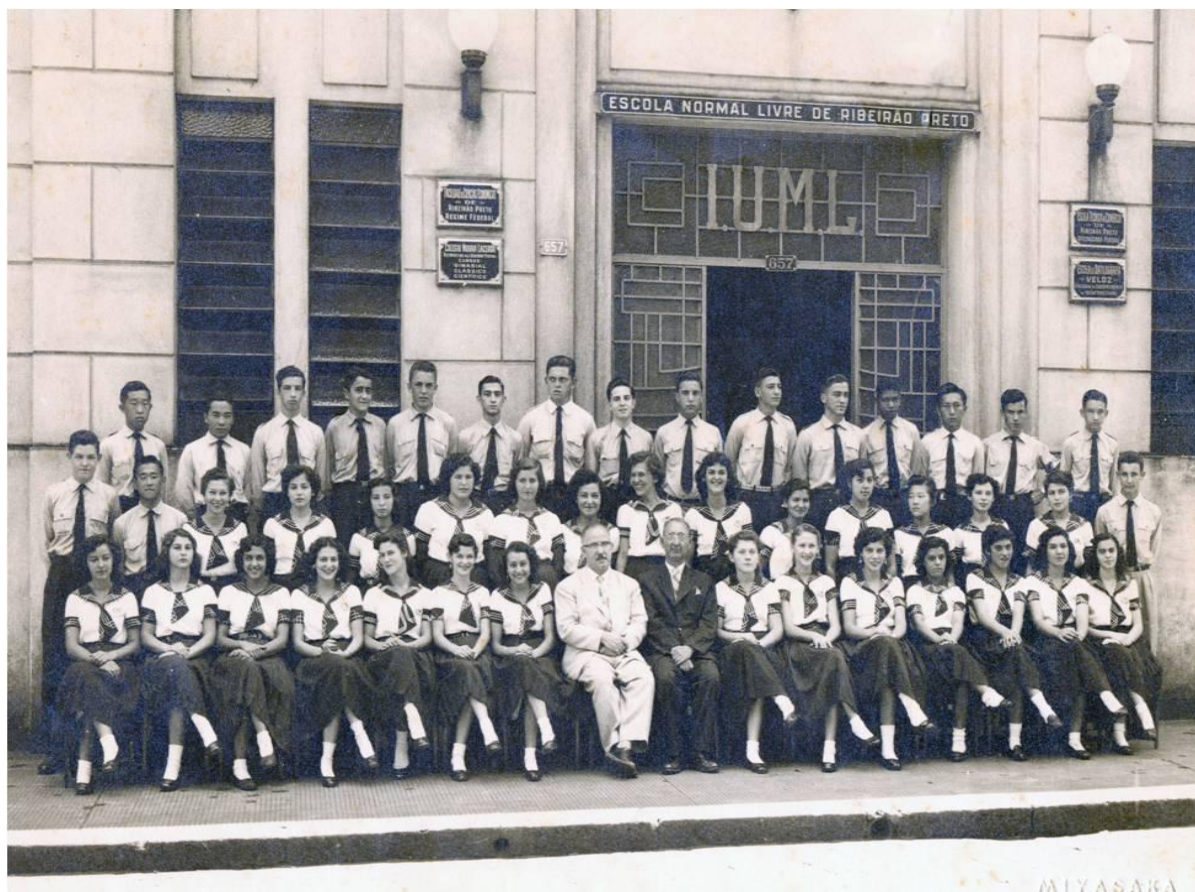


Figura 31: Grupo de alunos em frente ao prédio da Escola Normal Livre da I.U.M.L (Colégio Moura Lacerda, Faculdade de Ciências Econômicas)

Fonte: Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, década de 1950. Fotógrafo: Miyasaka.

A maioria dos estudantes eram moças, confirmando a tendência da “feminização” do magistério. Um universo, predominantemente, de raça branca, com alguns amarelos e um pardo.

No final do primeiro Capítulo, as imagens do Carnaval demonstraram como o lugar de cada um era bem demarcado na cidade. Para as camadas populares, o Clube Operário e o carnaval de rua, para a elite, os salões dos Clubes da Sociedade Recreativa e Regatas. Como podemos constatar, na educação também o lugar de cada um estava bem demarcado.

A missa na paróquia de bairro, formatura simples, no próprio grupo escolar ou na escola profissionalizante, cerimônias e bailes no Clube Operário ou na sede da Legião Brasileira - o povo colava grau.

Missa na Catedral Metropolitana, presidida pelo bispo, colação de grau no luxuoso Teatro Pedro II, bailes no salão da Recreativa animados por bandas e orquestra famosa - a elite colava grau.

O ensino secundário foi muito discutido e questionado. Nos periódicos não faltaram críticas ao governo federal, que seria responsável pela excessiva centralização legislativa e administrativa. A ganância dos proprietários dos estabelecimentos privados, que colocavam o

lucro acima do compromisso com a educação, currículos enciclopédicos, conteúdos inúteis à formação dos jovens, escolas fantasmas, fraudes nos exames, etc.

Embora houvesse uma pressão pela expansão do ensino secundário, não havia nos periódicos um debate mais aprofundado, que contemplasse mudanças efetivas para um acesso maior da população a este grau de ensino. Os exames de admissão não eram vistos como um gargalo que excluía parcela significativa da sociedade das escolas, já que para as classes populares, deveria haver outro tipo de escola. Era consenso. Os três periódicos ressaltavam, destacavam e clamavam: “era preciso expandir o ensino profissionalizante”, porque este sim, era destinado às classes trabalhadoras. Apesar das ações, principalmente do governo estadual, e as mudanças na legislação, que buscaram garantir maior acesso ao ensino secundário, prevalecia a mentalidade conservadora, que permeava o pensamento dos jornalistas e articulistas da época: “o ensino secundário não era para o povão”.

3.2. Avanços e retrocessos na expansão do ensino secundário

No Estado de São Paulo, o processo de abertura de novas unidades escolares provocou, de imediato, repercussões desfavoráveis e tentativas de resistência. Após a queda de Vargas, em 1945, a criação dos ginásios ficou sob a dependência da promulgação de lei aprovada na Assembléia Legislativa dos Estados. Segundo Sposito (2002), atendendo às reivindicações da população de diversas regiões e, movidos por interesses eleitorais, a partir desse período, os deputados estaduais, passaram a ser responsáveis pela proposta de criação de novos estabelecimentos secundários, nos vários municípios do Estado.

Entre 1947 e 1958, foram registrados 998 projetos de lei apresentados na Câmara. Quando as eleições se aproximavam o número de projetos apresentados aumentava, assim poucos municípios não encontraram um deputado para apadrinhar suas reivindicações por novas escolas. Desde 1949, alguns núcleos de deputados da Assembléia, especialmente aqueles ligados à UDN (União Democrática Nacional), “procuravam disciplinar a disseminação das escolas públicas de ensino médio, propugnando para que fosse elaborado um plano geral estabelecendo diretrizes para a sua instalação.” (SPOSITO, 2002, p.100)

Durante este período, várias tentativas foram feitas com o objetivo de estabelecer critérios gerais para a instalação de novas escolas secundárias. Inicialmente, uma comissão de professores da Universidade de São Paulo, estabeleceu as seguintes regras: a instalação das escolas estaria atrelada a um número mínimo de conclusões do curso primário nos

municípios. Definidos os critérios técnicos, foram estabelecidas outras condições de natureza financeira. Municípios com conclusões do curso primário, entre 150 e 120, deveriam custear parte das instalações dos ginásios. Desse modo, foi proposta a criação de 51 ginásios, no interior do estado.

Em 1950, muitos municípios atingiram a meta de conclusão do ensino primário, e os critérios estabelecidos se tornaram ineficientes. Apesar das tentativas de contenção da criação de ginásios, a expansão aconteceu.

Em 1951, com uma nova legislação, novos critérios deveriam ser estabelecidos pela Comissão de Educação e Cultura, porém, a resolução só foi aprovada em janeiro de 1955. Os deputados estaduais voltaram a apresentar projetos de lei e encaminhá-los para a votação sem um plano diretor que regulamentasse a expansão do ensino público. O poder político se transformou no principal agente na proliferação das escolas, no interior do Estado de São Paulo, portanto, os municípios que elegiam mais deputados, garantiam a criação de novas unidades escolares em sua cidade. Com a proximidade das eleições, aumentava o número de projetos propostos, como veremos no quadro abaixo. Por isso, muitos municípios, apadrinhados por seus deputados conseguiram instalar escolas de ensino médio, ampliando o número de vagas, tanto para o município, como para cidades vizinhas.

Cabe ressaltar também, que o poder executivo, ao vetar ou não os projetos, foi responsável pela aceleração ou recuo da expansão. Como veremos mais adiante, nas administrações de Adhemar de Barros (1947-1950) e Jânio Quadros (1955-1958), ambos praticantes da política populista, houve expansão da rede pública, já no governo de Lucas Nogueira Garcez (1951-1954) ocorreu uma retração:

Tabela 03 – Estado de São Paulo: Projetos de Lei criando Ginásios

Legislatura	Número de Projetos	Número de Criações
1ª (1947/1950)		
1947	28	14
1948	59	25
1949	192	...
1950	89	59
2ª (1951/1954)		
1951	42	...
1952	68	9
1953	86	11
1954	49	22
3ª (1955/1958)		
1955	23	1
1956	114	12
1957	127	85
1958	121	34
TOTAL	998	272

Fonte: BEISEIGEL, C. In Sposito (2002, p.99)

Na década de 1950, Ribeirão Preto elegeu dois deputados estaduais: Alfredo Condeixa Filho e Osni Silveira. Todos os candidatos em campanha prometiam trazer novas escolas para o município. A prioridade era atender a população mais carente, com a instalação de escolas nos bairros mais populosos, oferecendo, prioritariamente, cursos noturnos e profissionalizantes.

Os projetos de interesse local, apresentados no legislativo e sua tramitação, eram divulgados na imprensa. *A Cidade*, noticiava que o deputado suplente, Oswaldo Ribeiro Junqueira tinha solicitado informações à Secretaria da Educação sobre a possibilidade de apresentar um projeto para criação de um ginásio noturno, na Vila Tibério. O deputado justificava a sua solicitação, fazendo um relato sobre as características do bairro. Com uma

população de 18 mil habitantes, Vila Tibério era o bairro mais populoso do município, constituído, na sua maioria, de operários e comerciários, que não podiam frequentar os cursos diurnos dos estabelecimentos de ensino secundário oficial. O jornal informava aos leitores, o teor do projeto de lei apresentado pelo deputado Oswaldo Ribeiro Junqueira:

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo Decreta:

ARTIGO 1º - Fica criada, uma vez obtida autorização federal, um Ginásio Estadual no Bairro de Vila Tibério, no município de Ribeirão Preto.

Parágrafo único – O Ginásio Estadual de que trata o presente artigo deverá funcionar necessariamente, em período noturno.

ARTIGO 2º - A instalação do estabelecimento de que trata o artigo 1º fica condicionada à doação, ao estado, por parte da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, de uma área de terreno, no bairro de Vila Tibério, de dimensões que satisfaçam as exigências das disposições legais, vigentes e destinadas à construção de prédio próprio pelo Estado. (A Cidade, p.3, 7 abr., 1951)

O *Diário da Manhã*, no dia 29 de novembro de 1956, trazia a manchete: “Criação do Ginásio do Estado no bairro dos Campos Elíseos”, a notícia informava que o deputado Estadual Condeixa Filho tinha apresentado, na Assembléia Legislativa, projeto de lei para a criação do ginásio, com a seguinte justificativa: “Bairro populoso, pois numeroso, pois possui mais de 30 mil habitantes, não possui Campos Elíseos, ginásio oficial que possa atender gratuitamente à sua juventude estudantil”. (*Diário da Manhã*, p.8, 29 nov., 1956)

O ginásio só seria entregue à população do Campos Elíseos, na década de 1960, do século XX. Entre a tramitação do projeto, a doação do terreno pela prefeitura e a construção do prédio, muitos anos se passavam. As escolas secundárias enfrentavam os mesmos problemas do ensino primário, muitas funcionavam em instalações precárias. Eram comuns as reclamações de salas lotadas, falta de material, de professores e funcionários.

O *Diário da Manhã*, em fevereiro de 1956, estampava a manchete: “Concretizada uma velha aspiração. Instalado o Ginásio da Vila Tibério”. Após três anos, ao noticiar a abertura do Ginásio Santos Dumont, denunciava que a construção não estava pronta e que a inauguração feita às pressas atendia apenas aos interesses eleitoreiros, já que era ano de eleição:

O asfalto ainda não chegou, a escola não tem muro, não tem água. (...) Porque, a vigorar a mentalidade de prestar serviços ao povo em véspera de eleições os alunos do Ginásio do Estado da Vila Tibério só poderão lavar as mãos daqui a quatro anos. (Diário da Manhã, p.8, 2 abr., 1959)

A oposição do Executivo à criação de novas unidades escolares era possível mediante o veto dos governadores aos projetos de lei ou ao retardamento da instalação dos estabelecimentos criados. Adhemar de Barros⁷, primeiro governador eleito pela voto direto, apoiou incondicionalmente as iniciativas dos deputados. Esta postura se justificava, já que Adhemar procurava atender sempre as reivindicações das populações do interior. Durante seu mandato, os deputados criaram sem restrições, 99 ginásios estaduais e 45 escolas normais.

Na gestão seguinte, embora Lucas Nogueira Garcez tenha sido eleito pela legenda do PSP, ele rompeu com Adhemar de Barros. As primeiras medidas restritivas à disseminação de novos ginásios, podem ser constatadas, no início de sua gestão, em 1951, quando não sancionou a lei de criação de escolas secundárias em várias cidades do interior. A justificativa era a necessidade de uma ação planejada a longo prazo pelo Poder Executivo, disciplinando o crescimento da rede pública. Na ausência deste plano, Garcez manteve uma atitude moderada com relação à criação de novos estabelecimentos de ensino. Em 1954, final de seu mandato, cerca de dez projetos de lei foram vetados. O governador alegou que os vetos eram em decorrência de motivos técnico-financeiros. Os critérios utilizados por Garcez eram semelhantes àqueles adotado pela Comissão de Educação e Cultura, em 1949; a concessão dos terrenos pelo município e o número de alunos que concluíram o curso primário. Restrições de ordens financeiras também estavam presentes na hora de vetar os projetos. O Executivo estava empenhado em restaurar as finanças públicas e a construção de novos estabelecimentos de ensino implicavam em elevados gastos.

Em 1955, Jânio Quadros assumiu o governo do Estado, e nos primeiros meses de governo seguiu as orientações do governador anterior Lucas Nogueira Garcez. Passados os primeiros meses, atendendo a interesses políticos, o executivo autorizou uma significativa expansão de ginásios na cidade de São Paulo, apesar das críticas feitas pelos técnicos e

⁷ Eleito governador em 1947, Adhemar criou condições para suas bases políticas, já existentes, se aprofundassem mediante a organização de seu partido, o PSP (Partido Social Progressista), em todo o Estado de São Paulo. Nas eleições de 1947, o PSP elegeu, sozinho, 27% dos prefeitos, contra 11% do PSD, 4,5% da UDN, 4,5% do PTN e 5,4% de outros partidos, num total de 292 municípios. Na Assembléia Legislativa também foi significativa a participação desse partido, pois em 1947, 12% dos deputados faziam parte da bancada do PSP, elevando-se para 25% em 1950 e obtendo 22% em 1954; nessas duas últimas legislaturas o PSP foi o partido que reunia maior número de deputados. (SPOSITO, p.107, 1992)

secretários de seu governo. Jânio foi acusado de ser demagógico e de tomar decisões com objetivos políticos e eleitoreiros.

A ampliação da rede estadual de ensino médio gerou muita polêmica, controvérsia e defesas apaixonadas a favor e contra a expansão. Na Assembléia Legislativa, a resistência maior foi da bancada da União Democrática Nacional (UDN). Uma forte justificativa era o medo de que a expansão levasse à democratização e popularização do ensino secundário, que deveria continuar restrito às elites. Uma parcela dos educadores protestava alegando que a expansão dos ginásios significava prejuízo para a escola primária, relegada a segundo plano nos orçamentos e prioridades dos legisladores e chefes de governo. Havia também os defensores da expansão das escolas profissionalizantes, em detrimento dos ginásios. O jornal *A Cidade*, em seu editorial, saiu em defesa dos cursos profissionalizantes, criticando a instalação de novos ginásios:

O governador Nogueira Garcez vetou o projeto de lei nº 1016, que dispunha sobre a criação de ginásios em várias cidades paulistas. A criação de um ginásio é ato complexo que implica em considerar necessidades reais da região, considerar se o Estado tem meios para dar também a casa para o funcionamento do ginásio. Construir escolas no papel não resolve o problema do ensino, é preciso aparelhamento, corpo docente. Não se pode criar escolas como tática eleitoral. Criaram ginásios em cidades que não possuem nem grupo escolar. Se municípios da mesma região podem se agrupar para instalação, administração e exploração de serviços em comum, e se o ensino secundário é um serviço que aproveita vários municípios, por que não fazer um consórcio? (...) Os deputados dão preferência aos ginásios porque não semeiam escolas profissionais e instituições técnicas? O Ginásio leva ao Colégio e o Colégio à Universidade. A Constituição de São Paulo – Artigo 121 determina que o Estado distribuirá equitativamente pelo seu território escolas secundárias, profissionais e agrícolas, podendo fazê-lo em colaboração com os municípios diretamente interessados. Foi equitativa na legislação passada, a distribuição de escolas secundárias e agrícolas? (*A Cidade*, p.1, 20 fev., 1951)

Berardo (1951) em sua coluna, com o título “Ginásios ou Escolas Agrícolas?” também saiu em defesa do ensino profissionalizante. Ele começava parabenizando o governador Lucas Garcez por ter vetado o projeto de lei que dava quase uma centena de Ginásios para o interior do Estado, sendo que as cidades não atendiam as condições para receber ensino secundário, só atendiam aos interesses políticos. Seguiu argumentando que o problema do Brasil era técnico “o país necessita de escolas técnicas, inclusive de agricultura. Estamos inflacionando os cursos secundários, 70% de seus freqüentadores são candidatos ao funcionalismo público, pretendentes à burocracia. Pertencerão à classe estéril da economia.” Berardo continuava

denunciando, que havia também excesso de escolas normais e colégios. Encerrava propondo algumas soluções:

Soluções: descentralizar os serviços, fixar as diretrizes mínimas federais da organização escolar, completar essas diretrizes de acordo com as exigências locais, aperfeiçoar a fiscalização do ensino, intensificar o programa de criação de escolas rurais e profissionalizantes de grau médio, moralizar o ambiente escolar, preservar a escola secundária dos perigos que a ameaçam. (A Cidade, Ribeirão Preto, p.5, 9 mar., 1951)

A centralização, segundo os periódicos, acabava por criar um sistema de ensino ineficiente, desonesto, movido por interesses políticos e partidários. Como acontecia no Estado de São Paulo, na esfera federal também faltavam critérios técnicos e um projeto de educação. A esperança era de que com a votação da LDBE, os problemas seriam resolvidos e as distorções sanadas. Na imprensa era constante as denúncias de abusos cometidos pelos estabelecimentos privados de ensino, que segundo os jornais cobravam taxas altíssimas, extorsivas, particularmente da população mais carente que, por não obter vaga em escolas oficiais, eram obrigadas a recorrer ao ensino privado de péssima qualidade. Havia uma pressão social por maior fiscalização e controle dos poderes públicos sobre os aumentos das taxas escolares, a fim de que os abusos fossem coibidos. A intervenção do Estado, no ensino privado, era uma política totalmente contrária aos princípios liberais da livre concorrência capitalista. O governo federal estabelecia o limite máximo para o aumento das anuidades, porém eram constantes as denúncias de escolas que desrespeitavam a determinação federal. Os donos de estabelecimentos privados também pressionavam o governo.

Em dezembro de 1958, o *Diário da Manhã*, noticiava que o Ministério da Educação tinha autorizado um aumento de 30% sobre as anuidades cobradas em 1957. Segundo a reportagem, o Ministério permitiu o aumento, atendendo aos apelos das escolas particulares. Cedendo mais, o governo federal acabou por permitir um aumento de 35%. Porém no início de 1959, os alunos em protesto deflagraram uma greve geral, mediante as pressões o governo recuou, autorizando um aumento de apenas 10% na anuidade. Desta vez quem se sentiu prejudicado foram os professores que decretaram greve. *A Cidade*, publicou várias matérias sobre as greve dos alunos e professores, atacando o governo de Juscelino Kubitschek acusando-o de ser o responsável pelo caos em que se encontrava a educação:

(...) Economicamente o governo Juscelino Kubitschek tem sido um verdadeiro descalabro. O caso dos professores mostra a incapacidade deste governo. No primeiro momento autoriza os colégios particulares a aumentarem a taxa escolar em 35%, para no momento seguinte por pressão dos estudantes, voltar atrás e diminuir o aumento para 10%. Os donos acharam injusto e o governo resolveu conceder um subsídio aos colégios para que pagassem a diferença dos salários. Só que os donos não aumentam os salários enquanto não receberem o subsídio do governo. Os professores não confiando nos empregadores, nem no governo decidiram entrar em greve. Se o governo não tivesse se metido a fixar taxas e deixasse que cada colégio se entendesse com alunos e professores nada disso teria acontecido. (A Cidade, p.5, 20 mar., 1959)

Esta situação demonstra o quanto era complexo gerir o ensino em um país tão extenso e com tantas desigualdades. Público e privado se confrontavam. A intervenção estatal gerava problemas, a não intervenção, significava lançar a educação nas regras da livre regulamentação em que a sociedade sempre perdia, pois ao invés de baratear o ensino, este se tornava mais caro. Os três periódicos defenderam os alunos e professores em suas lutas e reivindicações, divulgaram informações sobre as greves que eclodiram em todo país, convocavam os professores para as assembleias e apontaram sugestões para a solução dos problemas. O *Diário da Manhã* citava os donos das instituições privadas, os chamados “tubarões do ensino”, como os principais responsáveis pela situação, ávidos pelo lucro obtido pela cobrança das taxas escolares e a exploração dos professores que recebiam salários miseráveis. O jornal *A Cidade*, como estudamos acima, criticou abertamente o governo de Juscelino Kubitschek.

O processo de reconhecimento dos estabelecimentos de ensino pelo governo federal e a autorização de funcionamento, também estavam contaminados pela burocracia e interesses políticos, que afetaram tanto a rede pública, quanto a particular. Em 1959, o deputado estadual Luciano Lepera denunciava no *Diário da Manhã*, irregularidades no Ginásio Alberto Santos Dumont:

O fato do não reconhecimento do Ginásio Estadual, pelo Governo Federal, é de grande gravidade, pois vem ocasionando serias dificuldades à Diretoria e aos alunos, porque o Inspetor Federal não assina documentos, impossibilitando as transferências, o contrato de professores e muitas outras limitações prejudiciais. (Diário da Manhã, p.12, 14., jun., 1959)

Em 1955, o fechamento do Colégio Progresso pelo Inspetor Federal, desencadeou na imprensa local revolta e indignação. Desde sua fundação, o Colégio Progresso esteve envolvido em denúncias de favorecimento político. Surgiu em 1930, num casarão da Rua

Américo Brasiliense, dez anos depois se instalou na Avenida 9 de Julho. Além do ciclo ginásial, foram implantados os cursos de pré-jurídico, escola normal, primário e jardim da infância. Era uma alternativa para a falta de vagas que existia principalmente no curso ginásial, já que o Ginásio do Estado não tinha condições de atender a demanda. Bolsas de estudo eram concedidas aos alunos que conseguiam as melhores notas, e que não dispunham de recursos financeiros.

Em 1948, o governo estadual, desejando instalar mais um ginásio oficial em Ribeirão Preto, nomeou uma comissão para conseguir um prédio, não encontrando nenhum estabelecimento adequado, a comissão resolveu visitar as instituições de ensino privado, constatando que o prédio do Colégio Progresso era perfeito para a instalação do novo ginásio.

A professora Carmem de Oliveira Pinto, fundadora do colégio, aceitou a proposta feita pela comissão, que segundo relatos da época, foi vendido por um preço bem mais alto que o de mercado. No prédio foi instalado o Instituto Otoniel Motta, porém a professora Carmem não querendo que o Colégio Progresso desaparecesse, procurou o professor Rubem Cione que, juntamente com os professores Mario Antunes de Souza e Antonio Robazzi fundaram a Sociedade Educacional, mantenedora do Colégio Progresso, que passou a funcionar em um prédio no centro da cidade, sob a direção do professor Rubem Cione.

Com recursos federais, a escola cresceu, abrindo novos cursos, com destaque para o Curso Normal noturno, o primeiro a se instalar na cidade, atendendo a classe trabalhadora. Os planos de crescimento não pararam, estava em andamento a criação de uma Faculdade de Direito, junto ao Colégio. (CIONE, 1997)

Em março de 1955, com um decreto o Colégio Progresso foi fechado. Os jornais *A Cidade* e o *Diário da Manhã* publicaram artigos protestando e repudiando o fechamento, denunciando que a perseguição política fora o principal fator de motivação, e que mais uma vez a educação sofria um golpe, prejudicando a juventude que não podia mais contar com aquele excelente estabelecimento de ensino.

A explicação para o fechamento teria sua origem na ligação do Colégio Progresso ao PTB, partido do então presidente Getúlio Vargas, dele recebendo recursos. O acesso ao governo federal teria ocorrido, através do professor Rubem Cione, ex-vereador pelo PTB, membro do Diretório local, regional e nacional do partido, que mantinha estreita relação com o Deputado Federal Dr. Romeu Fiori, grande líder sindicalista e amigo do presidente. Com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, assumiu o governo o vice-presidente Café Filho, filiado à UDN, partido totalmente antigetulista. Com o novo governo foi nomeado o senhor Francisco Tavares como Inspetor Federal de ensino. Em visita à Ribeirão Preto, fez um

relatório ao governo, propondo a liquidação do Colégio Progresso, através da cassação da concessão federal para o funcionamento. Foi inútil a intervenção do Dr. João Lauriano e Dr. Acácio Palma Guião, também inspetores federais de ensino, atestando que o Colégio Progresso funcionava de acordo com a lei e que os exames regulares eram feitos sobre a fiscalização dos inspetores, demonstrando, portanto, a plena regularidade do Colégio.

A direção do colégio recorreu, no entanto para a justiça era claro, a concessão de autorização para funcionamento de estabelecimento de ensino era competência do governo federal.

O *Diário da Manhã*, em maio, fez um apelo ao Sr. Armando Hildebrand, diretor do Ensino Coletivo, que esteve em Ribeirão para discutir o fechamento do Colégio Progresso:

É lógico que com falta de estabelecimentos de ensino, o fechamento de um em pleno funcionamento, representa uma medida negativa ao governo. (...) Se houver irregularidades, nomeie-se uma comissão interventora, destitua-se a direção do estabelecimento, mas que se prossiga ensinando, que não se prejudique, que não se crie um clima que redunde em dificuldade como o atual. (*Diário da Manhã*, p.8, 26 mai., 1955)

Seria impossível, nesta pesquisa, um estudo mais aprofundado do processo legal, para verificar a veracidade dos acontecimentos. De concreto só foi possível constatar que com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955, o governo determinou nova avaliação sobre a liquidação do colégio. No dia 14 de março de 1956, o presidente, pessoalmente, mandou uma carta para o professor Rubem Cione, restabelecendo o reconhecimento federal para o funcionamento do Colégio Progresso. Porém a sociedade já tinha sido desfeita e os prédios já haviam sido ocupados por outra instituição de ensino.

A discussão em torno da centralização e/ou descentralização do ensino foi uma constante neste período. Assim como os debates sobre maior valorização ou não do ensino profissionalizante e secundário, bem como o embate entre ensino público e privado.

Para aqueles segmentos populares que conseguiam ultrapassar as barreiras impostas pelo curso elementar, a instrução ginasial era vislumbrada como o melhor caminho para a sua ascensão social. Todavia essa aspiração emergente, que tendia a atingir setores sociais cada vez mais heterogêneos, ultrapassava os limites dos direitos sociais da cidadania, plenamente reconhecidos pelas elites dominantes. Como afirma Sposito:

Cada instalação de unidade ginasial, atendendo à demanda que se tornava mais insistente, promoveu mudanças de natureza substantiva, embora não imediatamente perceptíveis pelos agentes envolvidos no processo. O

conjunto das criações realizadas nesse período acabou por imprimir novas características à rede secundária de ensino público, que passava a atender parcelas mais expressivas das classes populares. No movimento de abertura de novos cursos ginasiais já estavam contidos elementos importantes para a gradativa transformação desse nível da escolarização em apenas mais um degrau da formação comum, obrigatória, mantida pelo Estado e destinado à maioria da população em idade escolar. (SPOSITO, p.240, 2002)

As condições políticas e sociais que determinaram o acesso de setores cada vez mais amplos da sociedade ao ensino de nível médio, embora limitado, não desqualificam, o processo de democratização das oportunidades educacionais. Em 1956, a população e a imprensa se mobilizaram numa campanha pela manutenção do curso normal noturno em Ribeirão Preto. O Diário da Manhã publicava:

Está sendo movimentada a campanha local contra o fechamento do curso noturno normal do Instituto Otoniel Motta. Esse curso foi instituído em virtude do fechamento da Escola Normal “Sinhá Junqueira”, do Colégio Progresso, servindo especialmente aos trabalhadores que puderam assim continuar os estudos. (Diário da Manhã, p.8, 26 mai., 1956)

Pesquisa feita com os alunos: “Por que deve ser mantido o curso normal noturno”? Com esta pergunta começava a reportagem, que ouviu vários estudantes:

É sabido que os cursos de escolas particulares possuem elevadíssimas mensalidades como é óbvio, dificultando assim o ingresso em tais estabelecimentos, lacuna essa, que o curso noturno do Instituto de Educação Otoniel Motta veio em boa hora sanar. E os alunos pobres que estudam no Ginásio da Vila Tibério, para onde irão quando terminarem o curso levando-se em consideração que são todos pobres os que militam naquele ginásio de bairro? (Diário da Manhã, p.3, 30 mai., 1956)

Com a Manchete: “Curso noturno no Otoniel Motta será mantido”, o *Diário da Manhã*, do dia 24 de novembro de 1956, informava que “o governo, após estudos optou pela manutenção do curso de 4 anos, com exames vestibulares para ingresso no primeiro ano” (Diário da Manhã, p.6, 24 nov., 1956).

Além da iniciativa dos poderes públicos, sobretudo dos Estados, construindo novas escolas e ampliando o número de vagas, o governo federal também tomou uma série de medidas. Em 1948, o Ministério da Educação concebeu um plano de cooperação financeira para o ensino médio, através da criação do Fundo Nacional do Ensino Médio com o objetivo de melhorar e ampliar o sistema escolar do país. A Lei nº 2.342 determinava, segundo o jornal:

E que aplique seus recursos através da concessão de: 1) bolsas de estudos aos alunos mais capazes dentre os necessitados; 2) contribuição, mediante convênio, a estabelecimentos de ensino de grau médio para sua manutenção, obras de ampliação e equipamentos; 3) contribuições mediante convênios a entidades públicas ou de direito privado destinadas a promover o aperfeiçoamento e a difusão do grau médio. (*Diário da Manhã*, p.10, 09 dez., 1956)

Somente em junho de 1955, pelo decreto 37.494, a lei 2.342, foi regulamentada pelo executivo. Embora o *Diário da Manhã* defendesse o ensino público e gratuito o decreto foi elogiado:

Entre o ensino gratuito da escola oficial (que sai caro à nação e que esta, por isso mesmo, não pode multiplicar) e a política de cruzar os braços existe um meio termo que consiste na política de colaboração entre o governo federal e a iniciativa particular. (*Diário da Manhã*, p.10, 9 dez., 1956)

As estatísticas mostravam que estudantes do 1º e 2º ciclos interrompiam os estudos por falta de recursos financeiros. Através da concessão de bolsas, mediante a aprovação em provas públicas, o governo federal buscava democratizar o acesso ao ensino médio, pelo menos este era o discurso vinculado na imprensa. Em outubro de 1955, o *Diário da Manhã* publicou a relação de bolsas concedidas às instituições particulares da cidade.

Ribeirão Preto, por intermédio da Inspetora Seccional, Professora Elza Rêgo Barros, conseguiu em 55, vinte seis bolsas, totalizando um valor de Cr\$ 54.400,00 cruzeiros. Os colégios beneficiados são: Ginásio Brasil com 5 bolsas; Colégio Duque de Caxias com 7 bolsas, Ginásio Metodista com 9 bolsas e o Colégio Moura Lacerda com 5 bolsas. (*Diário da Manhã*, p.8, 20, out., 1955)

Interessante destacar que nenhuma das instituições contempladas era católica, sendo as escolas leigas, as maiores beneficiadas pela subvenção estatal. Os dados sobre a distribuição das bolsas de estudo, pelo menos naquele ano, em Ribeirão Preto, corroboram com os estudos de Romanelli (1980); Buffa (1991); Ghiraldelli (2000) e Saviani (2008), sobre a tramitação no Congresso Nacional do projeto de Lei de Diretrizes e Base da Educação. As disputas entre os defensores da escola pública e da escola privada, ainda que de forma velada, tinham como pano de fundo, o destino dos recursos públicos para a educação. Dois anos antes da entrada do Substitutivo Lacerda no Parlamento, ou seja, em 1956, o debate entre defensores da escola pública e defensores da escola particular já dava mostras de que se desencadearia uma verdadeira guerra ideológica na sociedade civil.

A rede pública de ensino, que vinha se expandindo, tornou-se um patrimônio que os setores sociais mais democráticos não titubeavam em defender. Por outro lado, os empresários do ensino, os donos das escolas particulares, na falta de uma justa bandeira para lutarem pelo ensino privatizado, utilizavam-se da Igreja Católica, que lhes forneceu os velhos argumentos da “liberdade de ensino” e do “direito da família na educação dos filhos”.

Chegamos a conclusão que o objetivo do substitutivo era obter, do poder público, todas as regalias proteção para a iniciativa privada, em detrimento da escola pública. Em síntese, este era o aspecto central do problema: a iniciativa privada estava reivindicando para si a prioridade absoluta de ação e de proteção por parte do Estado, e para tanto, ela se opunha a que este exercesse a sua função democrática, que era a de fornecer educação ao povo, educação que, sendo pública, seria gratuita e, como tal entraria, em condições favoráveis, na linha de competição com a educação particular. Cabia, portanto, à iniciativa privada opor-se ao ensino oficial. Mas, não podia ela fazê-lo sem um mínimo de embasamento filosófico. Daí o seu apego “aos direitos da família”. Obviamente, seus interesses não poderiam ser defendidos, se ela não colocasse esses direitos, com base de sustentação de suas reivindicações. (ROMANELLI, p.175, 1980)

Em abril de 1959, o colunista José Roberio Tambúrus do *Diário da Manhã*, publicou um artigo em que criticava o Deputado Carlos Lacerda e destacava a necessidade da aprovação da LDBE, o mais rápido possível:

Aqui a nossa legislação é uma colcha de retalhos que o Sr. Carlos Lacerda, Gustavo Corção e todo seu “time” estão interessadíssimos em manter porque estão no Parlamento fazendo o joguinho dos comerciantes do ensino pelos quais são altamente recompensados. Ao contrário desses senhores, está porém trabalhando a Frente Parlamentar Nacionalista que em entrevista que manteve com o Sr. Ministro Clovis Salgado deixou patente o seu interesse em fazer aprovar o Projeto de Diretrizes e Bases do Ensino sobre o qual já tivemos oportunidade de nos referir, projeto esse que virá ditar normas para um ensino brasileiro que se readapte ao atual desenvolvimento da nação. (Diário da Manhã, p.6, 12 abr., 1959)

Como podemos constatar, o colunista atacou abertamente o deputado Carlos Lacerda, acusando-o de defensor dos interesses dos “comerciantes do ensino”.

Embora o embate no Congresso Nacional tenha se polarizado entre o ensino público e o privado, a imprensa não retratava as escolas privadas da mesma forma, ou seja, não havia um discurso hegemônico. Apesar de estarem do mesmo lado na defesa dos interesses do ensino privado, os proprietários das escolas leigas, eram vistos pela imprensa como “comerciantes do ensino”, enquanto que os católicos, lutavam por manter sua hegemonia filosófica e doutrinária. Os periódicos identificavam, e denunciavam os proprietários de

escolas particulares como os “tubarões” da educação, contaminados pelo principal “vício” privado, ou seja, a ganância. Entretanto, os jornais nunca atacavam ou incluíam as escolas particulares confessionais, na categoria de negócio, em que o lucro estava à frente dos objetivos nobres da educação.

Ribeirão Preto tinha quatro escolas católicas, localizadas em bairros nobres da cidade. Estes estabelecimentos de ensino sempre apareciam nos jornais, como já vimos anteriormente, como representantes da tradição e excelência do ensino em Ribeirão Preto. A ausência de bolsistas, em 1955, poderia significar a falta de interesse pelos recursos estatais, ou talvez não houvesse interesse em abrigar bolsistas em seus estabelecimentos. Um estudo mais apurado sobre a distribuição de bolsas, os critérios, mensalidades e o lucro das escolas particulares leigas e religiosas da cidade, seria muito interessante, mas infelizmente, este tipo de investigação está fora dos objetivos contemplados nesta dissertação.

3.4. O ensino secundário era um escândalo, e virou manchete de primeira página

As denúncias eram as mais variadas, concessões de abertura de novos estabelecimentos de ensino sem nenhum critério ou fiscalização, favorecendo o funcionamento de “escolas fantasmas”, fraudes nos exames de admissão e maturidade e venda de diplomas.

Em 1949, Ribeirão Preto foi palco de um escândalo que repercutiu em todo país. O *Diário da Manhã* informava, todos os dias, seus leitores sobre os desdobramentos dos fatos. Com a manchete: “Pagaram gordas quantias em troca da aprovação nos exames de maturidade”, o jornal revelava os detalhes sobre a venda de diplomas. A reportagem destacava a seriedade da fiscalização dos exames:

O Dr. Acácio Palma Guião, Inspetor Federal de Ensino no Colégio “Duque de Caxias”, foi nomeado pela diretoria do Ensino Secundário, juntamente com o Sr. Gentil Gomide de Castro, para presidir os exames de maturidade, que estão atualmente se realizando no Colégio Estadual. (Diário da manhã, p.1, 14 abr., 1949)

Ao ser informado pelo diretor do Colégio do Estado, Dr. Edgardo Cajado, sobre denúncias de fraude nos exames, Dr. Acácio Palma Guião foi para a delegacia acompanhar as investigações:

Um professor de fora que presentemente estava angariando dinheiro de candidatos aos exames de madureza, à razão de 1.000 cruzeiros “per capita”, para o pagamento de Inspetores e professores do mencionado Colégio, criminosamente com a promessa de conseguir o preterido certificado de licença ginasial. (Diário da manhã, p.1, 14 abr., 1949)

A reportagem continuava dando os detalhes da investigação. Durante o depoimento na Delegacia Regional de Polícia, Fernando Assunção, brasileiro, com 23 anos, disse que nunca tinha afirmado ser professor, mas a polícia apresentou como prova a ficha que ele havia preenchido no hotel Brasil, em que se declarava professor. Os estudantes que se sentiram lesados pela extorção, também prestaram depoimento na delegacia. Durante as investigações foram encontrados no hotel Brasil, requerimentos de alunos, identificação, extensa lista de contribuintes, fotocópias, documentos de alistamento militar, certidão de nascimento e o livro com as arrecadações:



Figura 32: Foto tirada na Delegacia de Polícia no momento em que Fernando Assunção foi detido para prestar depoimento, estava presente o Dr. Acácio Guião

Fonte: Diário da Manhã, p.1, 14 abr., 1949

O fotojornalismo já era utilizado, inclusive, na cobertura dos acontecimentos locais.

Em declaração ao jornal o Dr. Acácio Guião defendeu a cidade. “Estes fatos podem surgir em Lucélia, Bariri, etc., mas nunca na culta cidade de Ribeirão Preto, cujo povo honesto e digno jamais toleraria a consumação de tão vil atentado contra a nossa mocidade

estudiosa”. Segundo as investigações, os alunos ao tomarem conhecimento das notas baixas obtidas nos exames no Colégio do Estado, procuraram Fernando Assunção que prometeu alterar as notas para a aprovação dos alunos. Ao serem anunciados o resultado dos exames, uma surpresa, reprovação em massa:

(...) eis que os candidatos aos exames exigiram uma explicação formal das ocorrências, insistindo na prometida devolução do dinheiro em caso de reprovações. Foi o suficiente. O palito de fósforo chegara ao estopim e a bomba explodiu. (...) Dr. Romero Barbosa, lente catedrático da cadeira de História declarou: examinei, em dois dias, 121 alunos, na cadeira de História e foram aprovados somente 11 alunos, 1 moça e 10 rapazes. É possível que esses estudantes, candidatos ao exame de madureza, tivessem vindo cassar as suas aprovações. Todavia, de pronto se certificam de que se defrontaram com bancas e professores honestos e justos. (Diário da Manhã, p. 1, 14, abr., 1949)

Segundo as apurações da polícia, cerca de 70 alunos caíram no conto do diploma em Ribeirão Preto. Cabe destacar que na lista, encontrada no hotel, havia uma grande quantidade de descendentes de imigrantes, principalmente japoneses, que provavelmente, buscaram este recurso, pois sabiam que seriam reprovados nos exames orais e escritos de português, como de fato ocorreu, já que só três candidatos foram aprovados por esta banca. O dinheiro dos estudantes não foi encontrado, pois o cúmplice do estelionatário Fernando Assunção, fugiu, dias antes, para São Paulo, levando a quantia. Segundo os jornais inúmeros jovens tinham sido extorquidos em São Paulo, Sorocaba, Passos e outras cidades. É preciso ressaltar que em momento algum a imprensa responsabilizou os estudantes pela compra dos diplomas, ao contrário, eram sempre tratados como vítimas dos crimes “perpetrados pelos tubarões do ensino”. Nos dias posteriores, uma série de artigos, colunas e matérias procuravam informar, explicar e esclarecer os fatos que envolviam os cursos e exames de Madureza:

O artigo 91 da Lei Orgânica foi criada, não com o fim de concorrer com os cursos regulares de ensino no que são sólidos e valiosos. Porém foi criada para amparar indivíduos de certa idade e que possuem conhecimento não oficializado. (...) Em grande parte dizem algumas pessoas, os maiores culpados são os cursos “arapuca” que fazem do ensino um verdadeiro comércio. (...) pagam aos seus “orientadores” e “diretores” grandes quantias e esses “mestres” encorajam os seus alunos a prestarem os exames de madureza. (Diário da Manhã, p.1, 20 abr., 1949)

Lamentavelmente certo jornal da capital afirmou, há pouco, fazendo uso de títulos garrafais, que em Ribeirão Preto, compravam-se certificados. Essa afirmativa carece de verdade. Os alunos do atual Madureza, com 95% de reprovações, que digam se tais afirmativas, a respeito de nosso Colégio, são

verdadeiras. Felizmente os nossos mestres não se vendem por dinheiro. Estão encarando, com firmeza e justiça, a situação de suborno constatada em outros lugares”. (...) A Associação Regional de Rádio e Imprensa, órgão que congrega todos os jornalistas e radialistas da zona Mogiana enviou veemente protesto à *Época*, de São Paulo, contra as inverdades publicadas por aquele jornal sobre os exames de madureza de nossa cidade. (*Diário da Manhã*, p.1, 22 abr., 1949)

Escolar, em sua coluna diária “Ensino”, também comentou sobre o assunto e defendeu Ribeirão Preto:

(...) lendo a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, encontramos uma manchete que deprime sobremaneira a honestidade do Ginásio do Estado e do professorado secundário local. Estava assim redigida: “Em Ribeirão Preto, vendem-se diplomas às dúzias e pelo crediário”. (...) Ribeirão Preto não se envolveu nas falcaturias dos Exames Madureza. Quem se acha metido nessas tralhas são elementos exógenos, aventureiros de outras terras, que aqui aportaram para se valerem do clima de expectativa e ansiedade dos alunos. Mas afinal de contas, de onde vem o púz que infeccionou o ambiente dos Exames de madureza? Dizem que parte de certos cursos da Paulicéia que apregoam a feitura do ginásio em um ano e que nem sequer exigem a presença dos alunos nas aulas do preparatório! (*Diário da Manhã*, p.3, 24 abr., 1949)

Algumas considerações importantes podemos fazer sobre as fraude no Exame de Madureza. Cabe destacar a posição da imprensa que saiu em defesa do Colégio do Estado e de seus professores. Honestidade, honradez, tradição. Como já foi estudado no início deste Capítulo, o Colégio do Estado não era simplesmente uma instituição de ensino, e sim o símbolo dos valores mais elevados, cultuados pela intelectualidade e a elite ribeirãopretana, portanto era inadmissível que a reputação do Colégio fosse manchada. Reputação alicerçada, na reprovação, num ensino seletivo e excludente. Com orgulho o *Diário da Manhã* encerrava a cobertura do escândalo com a manchete: “Terminaram os exames de Madureza – aprovação mínima dos candidatos”.

O tradicional estabelecimento da rua Prudente de Moraes confirmou ser um verdadeiro padrão de orgulho no Ensino Secundário Brasileiro. (...) Terminaram no Colégio Estadual os exames de madureza. Terminaram como se esperava: com uma aprovação mínima dos candidatos, os quais se apresentaram sem os conhecimentos necessários a uma aprovação. (*Diário da Manhã*, p.10, 1 mai., 1949)

Também chamam atenção, as denúncias vazias, sensacionalistas, soluções superficiais. Fechamento dos cursos de Madureza, maior fiscalização, transformação dos exames em monopólio do Estado, só podendo ser realizados nas escolas oficiais. Soluções

imediatistas, que não aprofundavam as discussões sobre as anomalias no ensino secundário no Brasil, que era totalmente excludente. A situação permaneceu como mostrava Almeida, em 1951, em sua coluna no jornal *A Cidade*:

Vendemos diplomas à mancheia pelo Estado; tivemos exames de madureza que foram verdadeiras vergonhas à consciência pública; temos escândalos e mais escândalos diariamente em escolas fictícias, sem professores registrados, sem regime correto de aulas, lastrados apenas no peso do dinheiro. Quem as conhece? Quem foi detido ou recebeu sindicância como vendilhão da sociedade paulista? (*A Cidade*, p.3, 6 abr., 1951)

Havia uma pressão, principalmente por parte das camadas médias da população, de ascensão socio-econômica, através do ensino secundário. As brechas na lei, a multiplicação de escolas, as promessas, a venda de diplomas, escolas fantasmas eram sintomas de um sistema totalmente ineficiente e elitista que não servia mais para esta sociedade que crescia, se urbanizava, se industrializava e almejava níveis mais altos de escolarização, que passava a ser valorizada e reconhecida como um bem social. Como afirma Romanelli:

Quantitativamente falando, a expansão existiu, mas foi contida pela inelasticidade da oferta, pelo baixo rendimento do sistema escolar e por seu acentuado aspecto de discriminação social. Qualitativamente, essa expansão sofreu deficiências de caráter estrutural, porque tanto em relação à demanda quanto em relação à oferta ela se processou em direção oposta àquela exigida pelo desenvolvimento brasileiro. (ROMANELLI, p.127, 1980)

Outra denúncia freqüente era com relação ao custo abusivo da educação do Brasil. O país vivia um período inflacionário que levava a um aumento constante dos bens de consumo. Os pais não tinham como custear as despesas com a educação. Em 1951, o articulista Ariás, do jornal *A Cidade*, denunciava que a educação estava passando por uma crise, os preços dos livros e dos estudos era um absurdo. “Um absurdo o que certos ginásios cobram dos alunos, auferindo lucros fabulosos. Falam que a crise do papel eleva o preço dos livros, é uma grande mentira basta ver a quantidade de revistas e gibis, e jornais com edições volumosas” (*A Cidade*, p.3, 10 jun., 1951).

Alvarus Oliveira, colunista do *Diário da Manhã*, em 1952 denunciava:

Este ano muitos pais foram obrigados a tirar seus filhos dos educandários por falta de recursos. E isto porque os preços cresceram de maneira assustadora. Houve protestos, houve movimentação dos pais e de alunos contra os aumentos. Mas, como em tudo, a majoração levou a melhor. E o preço dos livros? E como muda de compendios cada ano! Até parece que os colégios ou quem não sabemos, são sócios dos editores dos livros didáticos!

(...) O ensino no Brasil é indústria lucrativa. É meio de receita para o governo. Embora isto custe a muitos brasileiros que tem vontade de educar-se, a quebra de um ideal, e a contrariedade de uma tendência... (Diário da Manhã, p.2, 27 mar., 1952)

Em 1955, o mesmo Alvarus Oliveira, em sua coluna, voltou a comentar sobre o preço abusivo dos livros didáticos:

(...) Com respeito ao livro didático existem vários pontos a serem cuidados. Mesmo caro, poderia ser mais aproveitado. Um estudante que passasse de ano, venderia seus livros usados ao colega que subisse à série. Para isso seria necessário que não mudassem tanto o programa. Cada ano os livros diferem na edição. Por que? Haverá algum interesse inconfessável nesta política? (Diário da Manhã, p.5, 5 out., 1955)

Como se pode constatar, o problema continuou. Em 1957, o *Diário da Manhã* publicava uma reportagem em que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek se pronunciava sobre o assunto:

(...) O Presidente da República em recente pronunciamento lançou a idéia do livro didático único, como meio de subtrair o ensino, sobretudo o primário e secundário, às influencias diretas da elevação do custo de vida. Evidentemente a idéia é infeliz. (...) a adoção do livro único constitui caminho aberto à estagnação, e, ao mesmo tempo, propicia enriquecimento do feliz autor e do venturoso editor eventualmente escolhido, com evidente desestímulo para os demais educadores que se dedicam a esse tipo de literatura. (...) O aconselhável no caso (...) recomendar-se aos professores que somente exijam novas edições dos livros adotados, desde que elas tragam modificações substanciais em relação aos programas escolares. Na verdade há muito tempo vem sendo seguida uma prática condenável: os livreiros lançam com desusada frequência, novas edições de livros didáticos, com alterações insignificantes (...) Essa prática impede que nas famílias numerosas, um mesmo livro seja utilizado por mais de um filho – e nisso está o grande negócio das editoras. (Diário da Manhã, p.4, 12 fev., 1957)

Assim como já foi estudado, anteriormente, com relação ao aumento das taxas escolares, novamente era cobrada uma solução para o problema do livro didático, e novamente o governo foi convocado a legislar sobre o assunto. E a fronteira entre o público e privado era de novo questionada, ameaçada e violada. O que deveria prevalecer o *laissez faire*, princípio básico de uma economia liberal, ou o Estado de Bem Social, responsável por garantir o acesso da população aos serviços básicos? Com a manchete “O momentoso problema das taxas e material escolar”, o *Diário da Manhã*, lembrava aos leitores que

educação era um serviço público de primeira necessidade, porém, não era protegido nem controlado pelas autoridades:

Tudo subiu, de maneira surpreendente, sem nenhum controle, sem que ninguém explique as causas e muito menos a competente autorização legal. Afinal de contas, o ensino além de ser catalogado entre “os serviços públicos”, amparados pelas leis vigentes, também é considerado gênero de primeira necessidade, sujeito as mesmas medidas de proteção e controle dos demais. Mas, ao que parece, está abandonado à sua sorte, ou melhor, a ganância dos que querem se enriquecer com o ensino, sejam os proprietários de escolas, os fabricantes e vendedores de material escolar e os livreiros. (Diário da Manhã, p.8, 28 fev., 1957)

Também era noticiado com alarde os abusos do magistério. Os periódicos sempre saíram em defesa dos professores, inclusive reforçando a imagem do professor missionário e sacerdote, porém esta relação não era apenas de admiração e devoção. Não faltaram críticas sobre a conduta destes profissionais, os artigos sempre acabavam com uma repreensão e lembravam o professor de seu dever e compromisso com a profissão. Em 1949, o *Diário de Notícias*, denunciava a falta de assiduidade dos professores secundários:

O mal existe e a tendência dele é alastrar-se cada vez mais. E o pior é que os estudantes vêem nesse exemplo um estímulo para a sua ausência às aulas, também. Que resultados terão para o Ensino a falta de professores e alunos? Por certo que serão os piores resultados. Todavia não é justo jogar toda a culpa nos professores porque uma boa parte deles cumpre suas obrigações. Não se pode culpar a direção dos colégios a quem não cabe tomar expediente de natureza quase policialesca, para coibição do mal. O professor deve ser um modelo de correção, já que ensinar não significa só transmitir conhecimentos, mas também estimular com bons exemplos a conduta dos alunos. É preciso que professores e alunos façam sua parte, cumpram seus deveres, para que a educação atinja bons resultados. (Diário de Notícias, p.3, 9 jul. 1949)

Almeida (1951) e Oliveira (1952) criticavam a postura dos professores recém formados:

Caros colegas: temos entre nós excelentes professores; gente que faz jus ao nome santo e sacrossanto de Mestre! Mas temos também elementos que vivem exclusivamente em busca de remuneração. (...) Não são exageros os gritos alarmantes dos jornais. “SÃO FATOS COMPROVADOS”. (...) Nossas escolas normais fogem a realidade. O Professor recém-formado quando procura serviço já não o faz com o sentido de trabalhar, mas apenas com o intuito de conseguir um lugar agradável, perto das cidades, onde haja “sombra e água fresca”, como diz a gíria. Aquele espírito de sacrifício de resistência ao meio e de interesse pelo trabalho e pela criança, desmilinguiu-se, cedendo lugar á reclamações constantes, á insatisfação, sempre aliados ao

desejo perene de gazoamento e de aplicação da lei do mínimo esforço! (...) Contudo, meus caros professores, sendo hoje o Dia do Trabalho, poderemos dizer, sem reboços, que estamos em decadência, por falta talvez, de um pouco mais de compreensão daquilo que se chama sacrifício profissional, e que era o maior lastro da classe. (A Cidade, p. 3, 1 mai., 1951)

Todos os anos moças disputam vagas na Escola Normal, há uma reivindicação por mais escolas normais, faltam professoras, sobretudo na zona rural. Ao se formarem as “educadoras deveriam assumir o compromisso de ir educar onde as mandassem, não ficar perambulando pela metrópole em busca de pistolões para escolas centrais, ou procurando nomeação de empregos públicos. (Diário da Manhã, p.4, 23 fev., 1952)

Viraram manchetes de jornal também os resultados “sofríveis” nos exames de admissão, de madureza e dos vestibulares. Os jornais publicavam os erros dos estudantes como se fossem verdadeiras anedotas. A responsabilidade pelo baixo rendimento, as reprovações em massa, eram sempre dos alunos que não se prepararam adequadamente. Em outros artigos e reportagens, os “programas quilométricos” eram os vilões, criticados, inclusive pelo próprio governo. Importante ressaltar que em momento algum a imprensa questiona a necessidade dos exames ou critica sua existência. O exame era uma “entidade” que garantia a qualidade, o acesso dos melhores, que excluía, segregava e que garantia que o ensino secundário continuasse a ser para poucos.

Com a manchete: “Demonstração coletiva de ignorância nos vestibulares de Odontologia”, o jornal *A Cidade*, em 1951, destacava o fracasso dos candidatos: eram 187 jovens concorrendo a 50 vagas, apenas 7 passaram. “Isto porque, sem que eles quisessem, serviram durante 7 anos, de material de experiências frustradas na adaptação de um programa de ensino quilométrico. Aí está o resultado concreto da chamada Reforma Capanema⁸. Alguns dos candidatos cursaram o Pedro II, que serve de padrão no ensino secundário nacional” (A Cidade, p.3, 20 abr., 1951). A reportagem finalizava, dando destaque aos erros mais gritantes: Machado de Assis, escritor português; Rui Barbosa, romancista do século XVIII e autor de “Quincas Borba”, além dos erros de gramática, conjugação de verbo, etc.

⁸ O ministro Gustavo Capanema elaborou as “leis orgânicas do ensino”, também conhecidas como “Reforma Capanema”, implantando-as através de uma série de Decretos-Leis baixados entre 1942 e 1946. Por essa via foram promulgadas em 1942 as leis orgânicas do ensino secundário (Decreto-Lei n 4.244 de 09.04.42) e do ensino industrial (Decreto-Lei n 4.073 de 31.01.42). Através do Decreto-Lei 4.048 de 22.01.42, foi criado o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, colocado sob controle da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade representativa do empresariado industrial. Em 1943, foi a vez da lei orgânica do ensino comercial (Decreto-Lei n 6.141 de 28.12.43). E em 1946, portanto já após a queda do Estado Novo, foram decretadas as leis orgânicas do ensino agrícola (Decreto-Lei 9.613 de 20.08.46), do ensino primário (Decreto-Lei 8.529 de 02.01.46) e do ensino normal (Decreto-Lei 8.530 de 02.01.46), tendo sido ainda criado o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Decretos-Leis 8.621 e 8.622 de 10.01.46) que, a exemplo do SENAI, foi também colocado sob o controle do empresariado correspondente. (Saviani, p.10, 2000)

Em decorrência do escândalo dos exames de Madureza, realizados em 1949, no Colégio do Estado, em Ribeirão Preto, já citado na pesquisa, o *Diário da Manhã*, todos os dias publicava as respostas dos estudantes, consideradas verdadeiras “pérolas” da ignorância, que demonstravam o despreparo dos candidatos:

(...) As vezes temos pena dos nossos professores. Quantas e quantas coisas já ouviram durante os dias dos comentados exames (...) uma delas deu-se com a banca de Matemática. O professor Artur de Souza Filho com muita solenidade, perguntou a um dos examinados: “O que é um polígono?” O aluno, que não conhece geometria e tão pouco conhece grego, respondeu ao Professor e com sua resposta, destruiu a solenidade do Exame: “Polígono, professor ? É um quadrado que tem cinco lados”. (*Diário da Manhã*, p.1, 20 abr., 1949)

(...) Na banca de português conseguimos mais esta: uma aluna, cujo nome não será publicado, foi chamada ao quadro para escrever qualquer coisa. Teve dificuldade para escrever. Ou melhor não sabia escrever. Apareceu uma palavra que possuía, para desgraças da infeliz e pobre examinada, um “g” (“G” de gato). E a nervosa moça não sabia se o tal “g” era “q”. E perguntou à professora: A palavra é escrita com aquela letra que tem o pauzinho para baixo, professora? (*Diário da Manhã*, p.10, 24 abr., 1949)

Em abril de 1951, o jornal *A Cidade* publicou as críticas feitas pelo recém empossado Ministro da Educação:

Senhor Simões Filho, reuniu-se no Rio de Janeiro, com membros da Comissão Geral de Revisão dos Programas de Ensino Secundário. Na sua opinião é preciso descongestionar os programas do “Curriculum”, tornando-os exequíveis e eficazes. A ineficiência dos nossos cursos fundamentais é devido, em primeiro lugar, à sobrecarga dos programas, em segundo lugar, à falta de curiosidade das novas gerações brasileiras, em terceiro lugar, ao erro de se fazer do ensino secundário, falsamente denominado fundamental, uma simples estação de parada, no caminho que leva ao doutorado. Ninguém estuda para saber. As escolas por sua vez, não têm a preocupação de ensinar. Todo mundo estuda para o fim de passar no exame vestibular.” (...) A impressão que se tem é a de que em regra os programas refletem a erudição daqueles que os organizam e não aquilo que os estudantes devem aprender. Não são propriamente “programas de ensino”, e, sim, “programas de matéria”, isto é, programas das ciências. Não contêm, por exemplo, a respeito de Geometria, só o que o professor possa lecionar em um ou dois anos, mas tudo quanto a disciplina encerra desde Euclides. Não são, em uma palavra programas. São índices. Seus organizadores não tiveram nem mesmo o cuidado pedagógico de enunciar a matéria em função do tempo. Tiveram apenas a preocupação de encher paginas e paginas do “Diário Oficial da União”. (*A Cidade*, p.5, 11 abr., 1951)

O Ministro Simões Filho foi duro em suas críticas, principalmente, quando declarou que o ensino secundário só estava servindo como passagem para o ensino superior, sendo que os alunos só estudavam para passar no vestibular. Provavelmente repreendido, no dia seguinte foi mais cauteloso e comedido em seus comentários. Estava tomando ciência dos problemas de sua pasta, e com relação às reformas de Francisco de Campos (1931) e Capanema (1942), declarava que era cedo para avaliar os resultados, já que pouco tempo tinha se passado. Diante da cautela do Ministro, o artigo cobrava providências, alegando que:

Os programas atuais são “inexeqüíveis”, quer pela sua extensão, quer por sua complexidade. Queremos significar, porém, que o Sr. Ministro deve antes de mais nada cogitar de reduzir os programas atuais, porque nada adianta ao professor esgotar as unidades determinadas no seu programa, quando os alunos estão *in albis*. Atualmente o aluno recém saído do Grupo Escolar, na primeira série ginásial, com apenas onze anos, se vê “afogado” por nove matérias, com programas quilométricos. É preciso restabelecer a quinta série, pois com cinco anos o aluno fica mais maduro. (A Cidade, p.2, 12 abr., 1951)

Mudou o governo, mas o problema persistiu. Em 1957, com a manchete de primeira página “A crise no Ensino Secundário”, o *Diário da Manhã* publicava:

A percentagem das reprovações continua a ser espantosa e desalentadora. O resultado dos exames vestibulares é alarmante. Fracassada a organização do Ensino Secundário porque o próprio Congresso insiste em manter programas de ensino inadequados.

Ninguém mais ousa contestar, com efeito, que a falência do ensino secundário resulta em grande parte da má organização dos programas oficiais, caracterizados por um excesso absurdo de matérias, sobretudo nos cursos ginásiais. (...) O pior aspecto do regime vigente de rigorosa centralização reside na evidência de que o governo federal, através do Ministério da Educação, requerendo tantos poderes para si, de fato não exerce. Detem o poder mas não governa pela impossibilidade material de atender um país tão extenso. (Diário da Manhã, p.1, 10 mar., 1957)

Havia também um discurso saudosista sobre a qualidade do ensino secundário. As explicações para a perda de qualidade despertaram debates polêmicos. Todos eram responsabilizados: Estado, escolas privadas, professores, alunos e pais. Santos (1951) começava seu artigo comentando que o pai não acreditava como o nível dos cursos ginásiais tinha decaído em relação a sua época. Ao dar palestras para os ginásianos e alunos dos chamados “colégios”, pensava no pai: “Toda vez que o faço, fico com vontade de passar adiante os pitos de meu pai (...) Quem quizer aferir o nível de cultura dos portadores de diplomas secundários, que converse com eles. São, com poucas exceções, incapazes de dizer

ou escrever meia dúzia de palavras em português, corretamente. Por aí se conclui o resto.” (A Cidade, p.2, 04 abr., 1951).

Santos se perguntava quais seriam as causas para essa queda da qualidade. Na época do pai, década de 30, o ensino era excelente, na sua época de ginásio, mesmo com 5 anos, já não era tão bom, o que se dizer então do ginásio com 4 anos. Estava feito o diagnóstico a queda da qualidade estava associada à diminuição do tempo do curso. Interessante que o mesmo diagnóstico era usado para o ensino primário. A educadora Lucia Magalhães (1951), denunciava três pontos como geradores da crise do ensino secundário:

(...) barateamento excessivo das regalias de reconhecimento oficial, concedido a centenas de estabelecimentos que estão bem longe de poder ministrar, satisfatoriamente, ensino secundário, mas que vem expedindo diplomas em tudo equivalente aos dos estabelecimentos oficiais e aos dos particulares capazes e idôneos. Também julgo prejudiciais as facilidades demasiadas concedidas a milhares de pessoas para o exercício do magistério secundário. (...) outro fato que muito contribui para a atual crise é o desinteresse generalizado dos alunos pelos estudos. (Diário de Notícias, p.4, 6 abr. 1951)

Interessante ressaltar, que Magalhães não apontava uma única razão para o problema, ela fazia uma análise abrangente abordando as instituições de ensino, a formação do professor e o rendimento dos alunos. Em muitas outras matérias, se destaca a “voracidade” dos donos de estabelecimentos de ensino mais preocupados em enriquecer com o “negócio educação”, deixando a qualidade em segundo plano. A má formação dos professores, a profissão como um “bico”, despreparo e descaso, eram apontados também como responsáveis pelo baixo nível de rendimento dos alunos e os resultados sofríveis dos exames. Aquela idéia de que o Ensino Secundário destinado à elite e de excelente qualidade, estava muito longe de ser uma realidade, ou pelo menos uma unanimidade entre os educadores da época.

Como podemos concluir, os problemas eram percebidos, apontados, denunciados, ridicularizados, mas não havia efetivamente uma proposta, um projeto para que mudanças concretas e estruturais fossem feitas no ensino secundário. Os três jornais defendiam no Brasil, como afirma Fausto (2004) um padrão dualista na educação, mantendo dois sistemas paralelos de ensino, um para o povo e outro para a elite. O primeiro começava na escola primária e continuava nas poucas escolas profissionalizantes de ensino médio. O segundo sistema, também iniciado no primário, continuava na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar as elites para as escolas superiores e para posições mais privilegiadas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta investigação, havia uma grande expectativa, e uma pergunta que não queria calar. Os jornais trariam material suficiente para uma investigação? Depois de muitos meses no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, foi possível constatar que o material que existia superava todas as expectativas e apresentava um grande desafio, na qual nos lançamos. Como foi possível verificar, ao longo da dissertação, os periódicos dedicavam em suas edições um espaço privilegiado para informar, debater, criticar e polemizar sobre os mais diversos assuntos, envolvendo a temática da educação.

É interessante destacar que naquele período, meados do século XX, preferencialmente, escreviam sobre educação, profissionais diretamente envolvidos com esta atividade, sobretudo, os colunistas: professores, inspetores escolares, diretores de escola, delegados de ensino, etc. Estes profissionais tinham voz na imprensa, a eles era concedido a primeira página nos editoriais. As colunas diárias ficavam na terceira página, ou seja, no início do jornal, numa página ímpar, na parte superior, um espaço privilegiado, que hierarquizava a temática da educação, como um assunto importante e muito valorizado. Esta constatação, da predominância dos educadores, nos remete a duas hipóteses:

- “O jornalismo não tinha se especializado a ponto de ter profissionais, que só se dedicassem à temática da educação?”
- Os editores, ao contratarem estes profissionais, os intelectuais ribeirãopretanos, tinham um interesse estratégico de conferir credibilidade e “status” a seus jornais?”

Independente dos critérios para a escolha destes profissionais, a relevância está no fato deles escreverem sobre educação, estando dentro da educação, atuando, vivendo o cotidiano escolar, as rotinas, as políticas educacionais, os problemas profissionais. Hoje, este espaço para a educação, na grande imprensa, ficou sob a tutela dos chamados “especialistas”, principalmente os psicólogos, psiquiatras, pedagogos, psicopedagogos, sociólogos e cientistas políticos. Raramente, o professor ocupa este veículo de informação, a imprensa escrita, a não ser em revistas especializadas ou na imprensa sindical.

As colunas diárias sobre educação, tanto no *Diário da Manhã*, quanto no jornal *A Cidade*, foram publicadas entre os anos de 1948 a 1952. Embora a maior parte dos exemplares disponíveis pesquisados tenham se concentrado, neste período, constatamos que ao longo da

década de 1950, apesar de a educação ter mantido um espaço privilegiado, não era mais debatida, diariamente. A educação passou a ser mais divulgada, através de notícias, informativos e notas, superando as colunas, artigos e editoriais, tão presentes, no início da década. Não foi possível desvendar o porquê deste deslocamento de um jornalismo opinativo para o informativo. Lançamos algumas hipóteses:

- “Será que os leitores já não tinham tanto interesse sobre os assuntos relacionados à educação?
- A educação passou a ser interpretada como uma temática, que já não apresentava tantos conflitos e polêmicas, que necessitassem de um espaço diário?
- As notícias e reportagens ganhavam as páginas dos jornais, somente quando geravam escândalos, pois do contrário não despertavam mais o interesse dos editores e leitores?”

Em relação à linha editorial e ideológica, no início da pesquisa, havia uma imensa expectativa, principalmente sobre o jornal *Diário de Notícias*, já que visões de mundo se confrontariam e demarcariam seu território de poder e influência. Como constatamos, embora o periódico católico tenha propagado os dogmas e preceitos da Igreja, dedicando um espaço grande aos eventos católicos, dando voz aos padres, bispos e ao próprio papa, através da publicação das encíclicas, divulgando um discurso moralizador e defendendo o ensino religioso, em muitos momentos, os periódicos se aproximaram.

No campo educacional, os três jornais se assemelhavam, principalmente quando defendiam o modelo de escola conservadora e disciplinadora, quando valorizavam a tradição de suas instituições secundaristas, e finalmente, quando defendiam o ensino secundário para a elite e o profissionalizante para as camadas populares.

Existia inclusive, pelo menos é o que se percebe nos jornais, um clima de camaradagem entre os periódicos que se manifestavam, por exemplo, nos respectivos aniversários, em que os concorrentes faziam questão de publicar seus cumprimentos e palavras elogiosas.

Em determinados assuntos, houve consenso, em outros momentos polêmica e contradição. Esta polissemia de vozes, é que torna a “fonte jornal” tão interessante. Vozes mediadas pelo calor dos acontecimentos vividos, naquele momento, em tempo real, impregnados de sentimentos, com defesas apaixonadas, demarcando espaços. Formadores de opinião, manifestavam uma visão de mundo, reforçando valores e crenças.

Os jornais *Diário da Manhã* e *A Cidade* realizaram uma cobertura local mais combativa, se especializaram, fazendo reportagens em diversos pontos da cidade, ou seja, iam aonde a notícia estava. Transformaram suas redações num espaço em que a população podia se manifestar, se queixar dos problemas e reivindicar soluções para os mesmos.

Havia uma sofisticação, tanto na qualidade da impressão, quanto nas coberturas jornalísticas que contavam com fotógrafos registrando os acontecimentos, fazendo com que, como verificamos ao longo da dissertação, a imagem falasse mais que as palavras impressas.

Quando iniciamos esta jornada, eu, como historiadora, professora no Ensino Fundamental e Médio, na rede pública do estado de São Paulo, os assuntos que me mobilizaram, instigaram e desafiaram na pesquisa foram: a democratização da educação, o ensino público e o papel da escola na sociedade. Como afirma Thompson:

Não me sinto nada constrangido pelo fato de que, ao apresentar os resultados de minha própria pesquisa histórica, formulo juízos de valor quanto a processos passados, seja de maneira clara e incisiva, seja na forma de ironias e apartes. Isto é adequado, em parte porque o historiador examina vidas e escolhas individuais, e não apenas acontecimentos históricos (processos). E embora possamos não fazer atribuições de valor aos processos, as mesmas objeções não surgem com a mesma força quando examinamos as opções dos indivíduos, cujos atos e intenções podem certamente ser julgados (como foram julgados pelos seus contemporâneos) dentro do devido e relevante contexto histórico. (THOMPSON, 1981, p.52)

Ao nos depararmos com os debates feitos na imprensa, em meados do século XX, sobre a missão da escola, os sentidos dos conteúdos, metodologias, a inserção das camadas populares na educação, a escola como micro organismo do macro social, as políticas públicas, percebemos que as mesmas questões estão postas em pleno século XXI. Nesta jornada, mergulhamos no passado e nos deparamos com a face do presente.

Também constatamos que, no discurso da imprensa, havia uma idealização da escola, em que o passado sempre superava o presente, a saudade de um tempo em que a educação era melhor. Um discurso que escutamos, hoje, nas salas dos professores, nas reuniões de pais, nos encontros pedagógicos. A escola do passado é sempre melhor, porque cumpria seu papel de forma mais eficaz, normatizando e disciplinando.

Finalmente, esperamos que ao recuperar, selecionar e problematizar os jornais, esta dissertação seja um incentivo para que novas pesquisas explorem a imprensa escrita. Fonte privilegiada, o jornal ainda é pouco utilizado e investigado nas pesquisas realizadas no Brasil, sobre a História da Educação.

FONTES

Arquivo pesquisado:

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Arquivo (Documentos):

IBGE, Conselho Nacional de Estatística. Sinopse Estatística do Município de Ribeirão Preto. *Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*. S/L: Agencia Municipal de Estatística, 1954 (datilografado).

PINTO, Luciana Suarez Galvão. Crise e ajustamento da economia de Ribeirão Preto (1930-1965). *Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*. Número do registro 466, caixa 46, pasta 109.

SANTOS, Plinio Travassos dos. O Histórico e para a história. *Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*. Número do registro 412, caixa 28, pasta 59.

Jornais:

A Cidade. Ribeirão Preto. 1949-1959. Diário.

Diário da Manhã. Ribeirão Preto. 1948-1959. Diário.

Diário de Notícias. Ribeirão Preto. 1949-1951 / 1955-1959. Diário.

Jornais (Artigos e Matérias):

A CRISE DO ENSINO SECUNDÁRIO. *Diário da Manhã*, p.1, 10 mar., 1957.

A EXTINÇÃO DO ANALFABETISMO. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.1, 17 jan., 1950.

A INFÂNCIA ABANDONADA, *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, p.1, 31 mar., 1950.

A UNESCO E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, p.4, 5 jul., 1949.

ALMEIDA, Octacílio Alves. Ensino. *A Cidade*, Ribeirão Preto, p.3, 20 fev., 1951.

_____. Ensino. *A Cidade*, Ribeirão Preto, p.3, 1 abr., 1951.

_____. Ensino. *A Cidade*, Ribeirão Preto, p.3, 3 abr., 1951.

_____. Ensino. *A Cidade*, Ribeirão Preto, p.3, 4 abr., 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p.3, 6 de abril de 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p.3, 10 abr., 1951

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 1 mai., 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 10 mai., 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 11 mai., 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 12 mai., 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 15 mai., 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 19 mai., 1951.

_____. Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 20 jun., 1951.

AMARAL, Enéas. Educação e Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.5, 12 fev., 1952.

APOSENTADORIA AOS PROFESSORES. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.1, 16 jan., 1948.

ARIÁS, J. A Cidade, Ribeirão Preto, p.3, 10 jun., 1951.

BERARDO, João Batista. Ginásios ou escolas técnicas? A Cidade, Ribeirão Preto, p.5, 9 mar., 1951.

BUSCH, Leontina Silva. A vigilância da conduta escolar. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.3, 20 nov., 1949.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.2, 26 jan., 1952.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.4, 20 jul., 1949.

CAMPOS. Paulo Mendes. Educação e Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.4, 24 fev., 1952.

CARIDADE EM RIBEIRÃO PRETO. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 18 nov., 1955

CONCESSÃO DE BOLSAS. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 20 out., 1955.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCADORES. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p 5, 8 jul., 1949.

CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS. A Cidade, Ribeirão Preto, p.1, 14 mar., 1951.

CORTEZ, Onesio M. A Cidade, Ribeirão Preto, 22 mar, 1959, p.5

CRIAÇÃO DE UM GINÁSIO NOTURNO. A Cidade, Ribeirão Preto, p.3, 7 abr., 1951

CRIAÇÃO DO GINÁSIO DO ESTADO. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 29 nov., 1956.

DEFICIENTE FLAGRANTE DO ENSINO PRIMÁRIO. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p. 8, 28 nov., 1958.

DEMONSTRAÇÃO COLETIVA DE IGNORÂNCIA. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 1, 20 abr., 1951.

DIA DA SAÚDE DA CRIANÇA. A Cidade, Ribeirão Preto, p.5, 26 jun., 1951.

DIA DA SAÚDE DA CRIANÇA DA ROÇA. A Cidade, Ribeirão Preto, p.1, 4 ago., 1949.

EDUCAÇÃO E ENSINO. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.3, 12 jan., 1951.

EM GREVE OS PROFESSORES CARIOCAS. A Cidade, Ribeirão Preto, p.1, 26 jun, 1951.

EM GREVE OS PROFESSORES. A Cidade, Ribeirão Preto, p.5, 18 mar., 1959.

EMBOABA, João. A Cidade, Ribeirão Preto, p.6, 14 mar., 1951.

_____. Mais um grupo escolar. A Cidade, Ribeirão Preto, p.8, 12 jun, 1951.

ENQUÊTE ENTRE OS ESTUDANTES. Diário da Manhã, p.3, 30 mai., 1956

ESCOLAR. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.3, 12 jan., 1950.

_____. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.3, 17 fev., 1950.

_____. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.3, 9 mar., 1950.

_____. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.3, 10 mar., 1950.

_____. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.3, 24 abr., 1949.

_____. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.2, 3 mai., 1950.

_____. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.2, 7 jun., 1950.

_____. Ensino. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.2, 24 jun., 1950.

ESTE ANO: MERENDA. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.6, 2 fev., 1956.

EXAME DE MADUREZA. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.1, 14 abr., 1949.

FARO, Domingos. Delegado de Ensino. A Cidade, Ribeirão Preto, p.3, 21 mai., 1951.

FECHAMENTO DO CURSO NORMAL. Diário da Manhã, p.8, 26 mai., 1956.

FECHAMENTO DOS CURSOS DE MADUREZA. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.1, 20 abr., 1949.

FESTIVAL NO 3º GRUPO ESCOLAR. A Cidade, Ribeirão Preto, p.8, 26 jun., 1951.

FINANCIAMENTO DO ALUNO. Diário da Manhã, p.10, 9 dez., 1956.

GINÁSIOS E MAIS GINÁSIOS. A Cidade, Ribeirão Preto, p.1, 20 fev., 1951.

GREVE É SINTOMA. A Cidade, Ribeirão Preto, p.5, 20 mar., 1959.

INSTALAÇÃO DE CURSOS DE EMERGENCIA. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 28 fev, 1957.

INSTALA-SE A CÂMARA MUNICIPAL. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.12, 1 jan., 1948.

IRREGULARIDADES NO GINÁSIO. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.12, 14 jun., 1959.

LAR SANTANA. A Cidade, Ribeirão Preto, p.1, 1 mar., 1959.

LIMA, José. Dever patriótico. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.3, 3 jul., 1949.

LIVROS DIDÁTICOS E PROGRAMAS ESCOLARES. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.4, 12 fev., 1957.

MAGALHÃES, Lucia. Displícência dos professores e desatenção dos pais. Diário de Notícia, Ribeirão Preto, 6 abr. 1951, p.4.

MARINO, Divo. O Feijão e o Sonho. A Cidade, Ribeirão Preto, 21 abr., 1951, p.2

MELHORAMENTO DOS PREDIOS ESCOLARES. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.6, 6 fev., 1952.

MULHERES PROTESTAM FALTA. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 30 out., 1954.

NÃO DEVEM VOTAR OS ANALFABETOS. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p. 6, 1 jan., 1950.

NOVA ETAPA DO EXAME DE MADUREZA. Diário da Manhã, p.10, 24 abr., 1949.

NOVA LEI DO ENSINO. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.1, 8 jul., 1949.

NUNES, Padre Adalberto de P. Civilização versus barbárie. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.5, 5 jul., 1949.

NUNES, Padre Adalberto de P. Os católicos progressistas. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.5, 20 jul., 1949.

_____. Escola livre ou monopólio do ensino. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.3, 19 out., 1951.

_____. A responsabilidade dos que ensinam. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.5, 12 mai., 1951.

O ANALFABETO, UMA VÍTIMA. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.2, 22 jul., 1949.

O CINQUENTENÁRIO DO GINÁSIO. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.3, 3 abr., 1957.

O CUSTO DA VIDA EM RIBEIRÃO. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.6, 31 jan., 1952.

O DRAMA DOS QUE AMBICIONAM. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.1, 15 abr., 1949.

O MOMENTOSO PROBLEMA DAS TAXAS. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 28 fev., 1957.

OLIVEIRA, Alvarus. Onde vai tanta professora. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.4, 23 fev., 1952.

_____. Ensino Caro. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.2, 27 mar. 1952.

_____. O livro didático. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.5, 5 out., 1955

OS BARES E MERENDAS. A Cidade, Ribeirão Preto, p.4, 10 jun., 1951.

OS ESCANDALOS DO EXAME MADUREZA. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 19 abr. 1949.

OS PROBLEMAS DO ENSINO. A Cidade, Ribeirão Preto, p.2, 12 de abril de 1951.

OSWALD, Maria H. O Papel da professora. A Cidade, Ribeirão Preto, p. 3, 1 mai., 1951.

PROBLEMAS DO ENSINO. A Cidade, Ribeirão Preto, 11 de abril de 1951. p.5

PRODUTIVA REUNIÃO PEDAGÓGICA. A Cidade, Ribeirão Preto, 21 abr., 1959, p.3.

PROFERIDA A DECISÃO NA AÇÃO. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.8, 28 mai., 1957.

PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO. A Cidade. Ribeirão Preto, p. 5, 17 mar, 1959.

PROFESSORES E ALUNOS. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.3, 9 jul., 1949

PROFESSORES PRIMÁRIOS GAÚCHOS. A Cidade, Ribeirão Preto, P.1, 7 abr., 1959.

PUGLIA, Elezer. Os menores abandonados de hoje serão os criminosos de amanhã. Diário da Manhã, p.1, 10 mai., 1957.

RAGAZZONI, Orlando. O nível de vida na atualidade ribeirãopretana. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.2, 7 jul., 1949.

RECLAMAÇÕES DO POVO. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.8, 6 nov., 1958.

RIBEIRO, Frei José P. Escola Neutra. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p.4, 5 mai., 1951.

ROSSETTI, Nicolau. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, p. 5, 13 mai., 1951.

ROVAI. Congresso de normalistas. A Cidade, Ribeirão Preto, p.3, 8 mai., 1951.

SANTOS, Carlos Alberto. Ensino, problema angustiante. A Cidade, Ribeirão Preto, p.2, 4 de abril de 1951.

SERÃO AUMENTADAS EM 30%. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.1, 18 dez., 1958.

TERMINARAM OS EXAMES DE MADUREZA. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, p.10, 1 mai., 1949.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus. *História da sociedade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Censo escolar do Brasil*. Brasília: IBGE, 1964, p.9.
- BRASIL, Alex Ricardo. Os títulos de eleitor ao longo do tempo. In: BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. *Justiça eleitoral: uma retrospectiva*. São Paulo, 2005.
- BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez, 1979.
- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. *Educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1929-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa: As influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães*. Uberlândia: Edufu, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- CIONE, Rubens. *História de Ribeirão Preto, vol.II*. 2ªed. Ribeirão Preto: Legis Summa LTDA, 1993.
- _____. *História de Ribeirão Preto, vol.III*. Ribeirão Preto: Legis Summa LTDA, 1992.
- _____. *História de Ribeirão Preto, vol. V*. Ribeirão Preto: Legis Summa LTDA, 1997.
- _____. *História de Ribeirão Preto: Revivescências*. Ribeirão Preto: Legis Summa LTDA, 1992.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUNHA, M.V. *Educação e Pesquisa*, v.25, p. 39-55, jul/dez, 1999.

_____. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas(12): 119-142, Set.02.

FARIA FILHO, L. M. Fazer Histórico em Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendiz. In: FARI FILHO, L. M. (org.). *Pensadores Sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira – O Brasil Republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

FRANCO, Afonso Arinos Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Alessandra Cristina. *Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto – SP*. Tese (Doutorado em Educação – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2007).

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.), *História da vida privada: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIÃO, João Rodrigues. *O município e a cidade de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1922.

GUIRALDELLI, Paulo. *História da Educação*. 2 ed, São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LE GOFF, Jaques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAGALHÃES, José de. *Monografia sobre Ribeirão Preto*. São Paulo: Habitat, 1951.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

PELISSARI, Hélio. *Os Desbravadores*. São Paulo: Palavra Mágica, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Col. História & Reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PILET, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 5^a. ed. São Paulo: Ática, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 16^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2^aed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. *A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas*. 6^a ed. Campinas: Autores associados, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima. *História da Organização do Trabalho escolar e do Currículo no Século XX*. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1992.

THOMPSON, Edward. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. *A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizados por NEGRO, A. L.; SILVA, S. Campinas: Unicamp, 2001.

VIARTI, Paulo. A História da Imprensa em Ribeirão Preto. Facículo 27: *Revista Revide número 143*. Ribeirão Preto: São Francisco gráfica e editora, 1995.

WALKER, Thomas; BARBOSA, Agnaldo. *Dos Coronéis à Metrópole* (Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX) Thomas Walker e Agnaldo de Sousa Barbosa. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Formação do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ática, 2006.

ANEXO

**ANEXO 1 – LISTA DOS JORNAIS PESQUISADOS NO ARQUIVO PÚBLICO E
HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO**

DIÁRIO DA MANHÃ		
	ANO	PERIODO
	1948	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1949	ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO E SETEMBRO (seis meses)
	1950	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1951	JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (seis meses)
	1952	JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (seis meses)
	1953	JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (seis meses)
	1954	OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (três meses)
	1955	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1956	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1957	JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO E JUNHO (seis meses)
	1958	OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (três meses)
	1959	MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (9 meses)

A CIDADE		
	1949	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1950	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1951	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1953	DEZEMBRO (incompleto)
	1954	FEVEREIRO E ABRIL (incompletos)
	1955	MARÇO, ABRIL E AGOSTO (incompletos)
	1956	JANEIRO E JUNHO (incompletos)
	1957	MAIO E DEZEMBRO (incompletos)
	1958	FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (incompletos)
	1959	FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO (incompletos)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		
	1949	JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (seis meses)
	1950	JANEIRO A DEZEMBRO (ano todo)
	1951	JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (nove meses)
	1955	DEZEMBRO
	1957	MAIO E NOVEMBRO (dois meses)
	1958	MARÇO
	1959	DEZEMBRO